

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



**LUTAS
SOCIAIS
NOS CAMPOS**

ENTREVISTAS · ANÁLISE

REFORMA AGRÁRIA · RENDEIROS DO NORTE

Uma explicação

Os leitores habituais do *Combate* surpreender-se-ão com a saída deste número: por um lado, o tempo que decorreu depois do último jornal; por outro, o aspecto diferente e o seu conteúdo ligeiramente modificado. Estes factos merecem explicação.

É bem diferente o contexto social actual do que deu origem ao *Combate*. Agora a movimentação social é mais pontual e sectorial, as reivindicações mais canalizadas pelos aparelhos sindicais. A dinâmica das lutas raramente conduz ao desenvolvimento e à maturação de relações sociais de tipo novo. Nesta situação o perfil das lutas sociais não se tem modificado substancialmente ao longo dos meses, o que justifica um maior espaçamento da saída do jornal. Além disto, o entusiasmo de grande parte dos colaboradores esmoreceu e, ou deixaram de trabalhar o jornal de forma a que o seu conteúdo seja mais durável e as análises mais detalhadas e mais profundas: não ficamos só pela análise ou interpretação social das lutas, mas procuramos introduzir um estudo estatístico que ajude os leitores a situar a luta no contexto económico e social geral do capitalismo do minante.

O jornal sairá, de agora em diante, sem periodicidade certa, mas enviá-lo-emos a todos os assinantes e procuraremos fazer uma distribuição que, no entanto, será muito limitada. Apelamos para todos os camaradas que queiram distribuir e vender o *Combate* nos seus locais de trabalho, que nos contactem, indicando o número de exemplares que desejam receber. Não sabemos ainda exactamente o preço a que nos ficará o jornal; podemos prever uma diminuição dos custos graças a um maior esforço nosso, mas contamos com um aumento substancial do preço das expedições.

Quais as razões que nos levaram a fazer um número dedicado às lutas sociais no campo, com especial relevo para a reforma agrária? Mantendo a orientação que já vigorava nos últimos números, em que dedicávamos cada jornal a um único tema, pareceu-nos que os problemas da reforma agrária eram os de maior importância nesta altura. Estávamos no furor da aplicação da *Lei Barreto*, preparavam-se as desocupações, realizavam-se já algumas com bastante violência. Além disso, o *Combate* apresentou desde sempre uma grande lacuna em relação aos problemas do campo e tornava-se premente encarar a questão.

De imediato nos debatemos com a questão das cooperativas a visitar. A escassez dos recursos disponíveis levou-nos a restringir a escolha às localizadas no distrito de Évora. Aqui, escolhemos duas cooperativas com características bem diferentes: uma, Escoural, com elevada extensão de terras e grande número de trabalhadores; outra, S. Manços, muito mais pequena. Efectivamente, com estes factores variam os problemas de organização, as relações entre os cooperantistas, a viabilidade económica, em suma, a resposta da autoridade face ao capitalismo envolvente tem especificidades diferentes, e diferente é também a luta a travar contra os gestores operários, que têm inevitável tendência a aparecer. Na escolha atendemos ainda aos problemas levantados pelo modo como as desocupações ocorreram: com resistência activa e mais ou menos violenta, como no caso da 6 de Agosto, ou com uma resistência menos viva.

Vamos agora proceder a uma apresentação sumária das cooperativas onde realizámos entrevistas:

A Cooperativa Agrícola Unidade de S. Manços localiza-se no concelho de S. Manços (distrito de Évora). Não é a única cooperativa da localidade, pois aí existe também uma outra ligada ao Partido Socialista. A Cooperativa Unidade de de S. Manços tem uma área de cerca de 2.242 hectares. Nela laboram 180 trabalhadores. Foram entregues as herdades Oliveira e Curvalho e a herdade dos Currais, com um total aproximado de 712 hectares.

A Cooperativa 6 de Agosto situa-se em S. Pedro da Galinhoeira, no concelho de Arraiolos (distrito de Évora). Praticamente toda a população da freguesia trabalha nesta cooperativa, com excepção de algumas mulheres que trabalham na cooperativa dos tabacos de Arraiolos. A área desta cooperativa é, aproximadamente, de 5.945 hectares, com 307 trabalhadores. Foi entregue a herdade de Almagem, com cerca de 210 hectares, e a herdade do Silval, de cerca de 165 hectares.

A cooperativa de Bandeiras localiza-se perto do Vinheiro (distrito de Évora) numa localidade constituída por casas dispersas, construídas em pequenos lotes a terra resultantes da divisão de uma grande herdade que, posteriormente, em grande parte se reconstituía. A Cooperativa de Bandeiras é uma pequena unidade integrada na União das Cooperativas do Vinheiro, que reúne várias cooperativas de pequenas dimensões. A maior das cooperativas integra das na União, a de S. Gregório, tem 100 trabalhadores.

A União Colectiva de Produção Salvador Joaquim Pomar localiza-se em S. Tiago do Escoural, no concelho de Montemor-o-Novo (distrito de Évora). Nesta freguesia existe já um número significativo de operários industriais e ferroviários, bem como uma actividade comercial acentuada. Não tendo sido os comerciantes o motivo principal da ainda não existência de uma cooperativa de consumo alargada a toda a população, têm-se oposto violentamente à sua criação. Este UCP ocupa uma área de 13.216 hectares, com 616 trabalhadores. A maior parte dos trabalhadores são da freguesia do Escoural, mas outros cooperantes são de Beja, Sagres e Sagres. Foram requisitadas pelo Centro Regional da Reforma Agrária de Évora as herdades do Couto e anexas e a de Romilhas, num total de 343,3 hectares, para serem entregues a 38 seareiros; essas herdades foram entregues mediante forte repressão da GNR. A herdade do Sítio de Castro (com 107,5 hectares e 68 cabeças de gado) foi também entregue, bem como a herdade do Sítio da Fua (463 hectares, 2 tractores, um telecine, vários alfaias e 3.000 fardos de palha).

As entrevistas foram todas realizadas com elementos dos corpos directivos das cooperativas. De há muito a não serem efectuadas os trabalhadores andam dispersos no campo. Com os poucos a que tivemos acesso a conversa era difícil, mostrando-se tristonhos, dispendiosos mal informados, e aconselhando-nos invariavelmente a falar com pessoas mais dentro dos assuntos. Isto é, em Outubro e Novembro de 1977, data em que as entrevistas foram obtidas, a cautela impunha nos campos.

Vimos, ainda, uma entrevista com quatro cooperantes do Norte, do Movimento da Reestruturação e Bandeira do Norte (MARN), em Julho de 1977. Pretendia nos assua esclarecimentos das razões que se buscavam nos campos do Norte, quais os problemas que os trabalhadores aí enfrentam, e verificar as diferenças nos objectivos, nos métodos de actuação nas relações criadas, relativamente à zona da Reforma Agrária.

ENTREVISTAS EM S. MANÇOS, 6 de AGOSTO, ESCOURAL e BARDEIRAS

V.1

Problemas discutidos

As desocupações e o desemprego. A história de uma desocupação. O critério económico principal da gestão das cooperativas tem sido a garantia de um fíguro, enquanto que o critério dos agrários é o do lucro máximo. A "lei Barreto", o seu significado e a luta dos trabalhadores. A dependência relativamente ao aparelho de Estado quanto aos créditos e quanto aos técnicos.

As novas relações sociais criadas pelos trabalhadores na luta directa contra o capitalismo. As ocupações. A posição dos trabalhadores quanto à acção dos partidos. As reuniões entre os trabalhadores. A participação das mulheres nas reuniões das cooperativas e a sua posição geral na vida social; as creches, a educação, os refeitórios, as cooperativas de consumo. As diferenças salariais entre os proletários.

As desocupações...

Desde há alguns meses que as desocupações, a entrega forçada de reservas, são o aspecto da repressão à reforma agrária que mais tem suscitado as atenções. Quanto aos trabalhadores, as desocupações constituem o perigo mais directo, já que comprometem a segurança de emprego — questão que constitui o estímulo imediato para a ocupação das terras. A lei 77/77 ("lei Barreto") considera que as reservas devem constituir unidades económicas rentáveis: e se, para tal, for preciso destruir cooperativas, estas serão destruídas (art. 36 nº 5). Ou seja: o critério da rentabilidade põe-se para as reservas entregues aos agrários, mas não para as novas unidades de produção criadas pelos trabalhadores. Por isso o problema das reservas foi um dos mais abordados nestas entrevistas.

S. Manços

Combate: Vocês pensam entregar as reservas?

— Quando veio a intervenção da G.N.R. — foi aqui a primeira propriedade em que intervieram — foi na altura em o Dr. M. Soares foi à TV dizer que as ocupações que houve foram ocupações selvagens. Eu assisti a várias ocupações e posso dizer bem alto que nunca houve ocupações selvagens. As desocupações que ele manda fazer é que são selvagens, por que são feitas à mão armada. Eu nunca levei um pau nem uma espingarda para lado nenhum, e ele agora manda uma força da G.N.R. partir-me a cabeça: "ou sai ou morre". Eu considero isto uma desocupação selvagem e o Dr. M. Soares sabe bem que é assim que os trabalhadores pensam.

Quanto à questão de saber se vamos entregar reservas, pois se elas forem à mão armada claro que temos de as entregar. Nós não temos senão o nosso corpo e eles trazem uma força da G.N.R. com cavalos-marinhos, cães policiais e tudo isso — bastam dez guardas para cinquenta trabalhadores.

— Nesta cooperativa, por exemplo, já nos tiraram três reservas. "Esta

mos com a reforma agrária", mas mandam para cá tropa da G.N.R. que se a gente levanta cabelo é lombada no espinhaço. Foi isso que aconteceu no outro dia em Évora.

Combate: Como é que foi isso de Évora?

- Foi no dia 30 de Agosto. Eles deram cinco minutos para retirar, mas começaram logo a dar pancada, e outro a atirar com uma pistola. Mas eu, que estive na tropa e vi que eram balas falsas, disse-lhe: "Vá, dá lá aqui no fundo das costas outra". Ora isto não é de quem está com a reforma agrária.

6 de Agosto

Combate: Em fins de Agosto ou princípios de Setembro houve a entrega de terras que antes do 25 de Abril pertenciam à Fundação Abreu Calado; feita com extrema violência. Pode contar-nos o que se passou?

- Foi o seguinte: Mandaram-nos uma carta dizendo para entregarmos as propriedades. Como nos faziam falta, entendedos não as entregaram. Então mandaram vir a G.N.R. Juntamos várias cooperativas e gente de vários lados (de Montemor, Évora, Mora, etc.). Pelas duas horas da tarde, quando a guarda chegou, mandou-nos sair no prazo de cinco minutos. A população desviou-se um bocadinho, mas de imediato começaram a empurrar; começaram a dar castiças conforme entenderam, até fora da propriedade, já a cem ou duzentos metros. A um colega nosso, fracturaram-lhe a clavícula; ainda não está bem. Estava aí uma multidão. Os velhos que não eram capazes de fugir, assim como os que caíam, ainda apanhavam mais. A um deles os médicos contaram-lhe 52 vergastadas, que lhe deram por não ser capaz de fugir. Aqui foi um princípio de uma guerra civil que fizeram aqui.

O caso passou; a gente é que está sempre a passar mal.

... É o desemprego

O número de trabalhadores ditos "eventuais", isto é, que não tinham emprego assegurado durante todo o ano, era muito elevado antes das ocupações. Com as ocupações, não só o emprego aumentou muito, triplicando, mas a percentagem de trabalhadores permanentes aumentou mais ainda (quadruplicou), de forma que a percentagem dos "eventuais" relativamente ao total de trabalhadores tornou-se muito menor. É claro que as desocupações, além de pôrem em risco muitos empregos, podem ainda fazer surgir conflitos entre "eventuais" e permanentes, o que é evidentemente do interesse do governo e da classe dominante.

S. Manços

Combate: Vocês têm um trabalhador para cerca de 18 hectares, o que é uma mão-de-obra muito intensiva. Como é que, com a entrega das reservas, vão conseguir ocupar esse número de trabalhadores?

- Esse é um problema que não pode ainda ser discutido, porque ainda não temos projectos feitos; só com o tempo podemos ir vendo. Eu não sei quem dá solução a isto. O governo está a dar as reservas, mas não está a dar solução a esse problema. Se o governo não tomar uma posição, teremos nós de a tomar, seja lá como for... As pessoas quando se vêem perdidas tomam posições de qualquer maneira. Já não falo pelos outros, falo por mim. Quando me vejo perdido, sou capaz de ir ter com os responsáveis e dizer que são eles os culpados por a minha vida estar perdida, e depois não sei o que irá acontecer. E o responsável é o governo! Nem o Salazar fez o que faz agora o M. Soares: mandar a G.N.R. para cima dos trabalhadores, e diante uns dos outros, diante de crianças, de pais e de velhos. No tempo de Salazar chamava-os aqui, chamava-os além,

e lá mandava-lhes arrear à vontade dele, matava-os, prendia-os. Mas diante uns dos outros, nunca se fez isso. Eu tenho 48 anos e nunca vi fazer o que o Dr. M. Soares está a mandar fazer aos trabalhadores.

- Na relação dos hectares que tínhamos no Centro de Reforma Agrária, tínhamos umas determinadas herdades apedagadas à nossa cooperativa, como a do Falcão, por exemplo, mas nós nunca a explorámos; essa herdade nunca foi nossa.

- Foi meia dúzia de dias nossa, mas depois tiraram-nos e no Centro ainda está como sendo nossa. O Monte dos Frades é a mesma coisa. Por isso dizem que esta cooperativa tem um dado número de sócios para um dado número de hectares, mas é mentira. Agora, com as outras reservas que nos tiraram, com que terra fica a gente? Já não temos 20 hectares por cada cooperante. O Castelo (uma das reservas que nos tiraram) está semeada de ponta a ponta de trigo. A herdade dos Currais, que nos foi retirada há quase um ano, está praticamente abandonada — andam lá 18 vacas. Fizemos o alqueive, ficou toda preparada para semear, mas nós já não podemos semear e ninguém pegou nada a gente. Este ano deram-na a um gajo para ir lá semear aquilo.

- Diz-se que as vacas não são de lei; que ele vende a pastagem a pessoas que têm gado.

Combate: A nova lei da reforma agrária favorece os patrões, entre outras coisas porque os obriga a empregar só o número de trabalhadores que empregavam a 1 de Janeiro de 1975 (*), que era portanto muito pequeno. Assim, uma cooperativa entrege uma reserva e fica com excesso de mão-de-obra. Se os patrões que recebem as terras não empregam um número suficiente de trabalhadores, o que é que estes passarão a fazer?

(*) Na verdade, nem sequer assim é. A Lei afirma (art. 36 nº5 a)) que só será empregue "a totalidade ou parte" dos trabalhadores.

- Ficamos parados. É o que eles faziam antigamente e é o que eles querem fazer agora. É o que acontece nos Currais, onde só têm um vaqueiro. Nós começamos sem coisa nenhuma e hoje temos para aí, em vacas, mil e tal; quase mil e tal ovelhas; cerca de seiscentos porcos. Mas isto tem sido só da nossa luta, do nosso trabalho. Isto é rendimento que temos criado. Se isto fosse devidamente ajudado... Se o Estado se pusesse ao lado dos trabalhadores isto dava para todos os trabalhadores que estão em Portugal.

Combate: Nalgumas reservas entregues aos agrários, estes estão a pagar salários mais elevados do que as cooperativas. Aqui nesta região acontece isso? E, se acontece, qual a reacção dos trabalhadores?

- Trabalhadores que pensem assim são uns lacaios. Estão-se a enganar a eles próprios. Quer eles queiram, quer não, o futuro de toda a Europa, de todo o mundo, é o socialismo. Por estarmos numa unidade colectiva e ganharmos só 4.995\$00 e eles virem a ganhar oito ou nove contos, isso não quer dizer que esse dinheiro lhes deva interessar. Eles estão a roubar-se a si e aos outros trabalhadores. Quando podíamos caminhar mais rapidamente, temos de dar um passo à retaguarda por causa desses lacaios. Porque não se condenam os reacccionários, os latifundiários, os fascistas — condenam-se é os lacaios, que fazem o jogo deles. Se eles se apercebessem, nenhum ia trabalhar ao serviço dos agrários. Se amanhã, daqui a dois, ou doze, ou treze anos, se isto virar mesmo para a esquerda a sério, então esses lacaios serão vítimas como serão os agrários. Um agrário reúne-se em sua casa com mais dois ou três agrários e diz: "Vamos fazer uma desocupação, que eu tenho tantos e tantos tipos para ir para lá". Os trabalhadores têm de lutar contra eles. A gente não esmorece! Só se vê de que uma revolução é feita se houver sangue, suor e lágrimas. Se não, não é uma revolução a sério.

Combate: Aqui na vossa região há casos desses?

- Há desses, e há casos piores

ainda, onde vão buscar lacaio a ou tras zonas. Isto é uma prova de que estamos a lutar com consciência, por que se não esses gajos apareciam es tendidos numa estrada. Mas como nós estamos a lutar com consciência, es tamos a defender os interesses deles. A luta pelo socialismo é a defesa dos interesses dos nossos filhos, dos nossos netos, e esses lacaio agem não só contra eles, mas contra os in teresses dos filhos deles.

6 de Agosto

Para além do significado da entre ga de terras, ela criou-vos problemas de ocupação de mão-de-obra?

- Inicialmente tínhamos 4.800 hec tares. Obrigaram-nos a entregar 400 ha da Fundação, a parte do Silval de 180 ha, e o Almares com aproximada mente 400 ha. Para já ainda temos mui to serviço para fazer mas, se entre garem o Zambujo, os Foros e as Pican seiras, dão cabo da nossa cooperati va. As três propriedades ainda atin gem cerca de 400 hectares e uma delas fica mesmo no centro da cooperativa. As outras ficam na extrema, mas uma tem um bom olival. Nós somos 334 pes soas; se nos tiram essas proprieda des continuamos a caber cá dentro; mas para trabalharmos, para aquilo produzir e dar para a gente -- então deixa de chegar.

Combate: Vêem alguma possibilida de de resistir continuando com a coo perativa se tirarem mais alguma pro priedade?

- Não sabemos. Só depois de o caso vir é que vamos ver como há-de ser. E, quando chegar a pontos de não dar, se virmos mesmo não poder resistir, então não sei. Ou vamos ficar todos aí num cabeço qualquer, ou não sei.

Além, no olival que entregamos ao agrário, este meteu lá um retornado. Agora o retornado já quer vir para a nossa cooperativa, porque combinou com o patrão um serviço e o patrão arranjou-lhe umas coisas que ele não é capaz de fazer. Aquilo está comple tamente abandonado.

Mas como se fazem as desanexões e as reservas? Certamente de muitas maneiras. Cada uma terá a sua histó ria. Vejamos uma: nela se vê a função dos partidos dividindo os trabalhado res, estimulando cisões que são de pois aproveitadas, com os compadrios ministeriais, para se privilegiarem certos trabalhadores, prejudicando os restantes. É assim que fracções da classe dominante criam apoios entre os explorados. É assim que surgem os lacaio de que mais acima falava um trabalhador.

6 de Agosto

Combate: O Ministério da Agricul tura justificou a entrega das terras dizendo terem sido os trabalhadores da Fundação Abreu Calado a pedirem -nas. Como se explica que sendo tra balhadores os que pediram as terras, não se tenham preocupado em prejudi car-vos?

- Foram os trabalhadores de Bena vila que pediram; dos trabalhadores daqui de S. Pedro ninguém a pediu. Embora lá trabalhassem 45 pessoas, só duas lá quiseram ficar.

Os outros trabalhadores pediram a terra da Fundação porque o ministro da Agricultura foi a Benavila e, ha vendo dois partidos, ele jantou e passeou com um deles, tendo os comu nistas ficado de parte. Andaram a pas sear lá dentro, mostraram-lhe as ins talações, uma escola agrária para en sinar a rapazes a arte de tractoris ta e outras coisas, um asilo para ve lhos, e tudo tinha sido entregue ao Estado. Depois disseram ao ministro que queriam a Fundação como estava an ticamente. O ministro fez com que fos sem ao Governo Civil de Évora e pedis sem a desanexação da propriedade dos Testos para juntarem à Fundação Abreu Calado.

Nós achamos que, estando a proprie dade mesmo aqui dentro da aldeia, seríamos nós que tinha direito a tra balhá-la, e não os de Benavila, que estão a 60 km da propriedade.

Agora têm a propriedade ocupada por gente que não é capaz de a traba lhar, porque nunca trabalharam; são

incapazes de saber o serviço que lhes pertence fazer. Têm um pomar de pereiras e macieiras e não são capazes de arrenjar aquilo; terá de ficar abandonado. Nesse grande pomar, quando chegava Fevereiro, Março e Abril todo o pessoal da cooperativa trabalhava ali. Como é que eles agora com quatro ou cinco pessoas são capazes de o ter em condições?

Combate: Os trabalhadores daqui que antigamente trabalhavam para a Fundação estão na cooperativa?

- Daqui só estavam dois. Agora, quando a propriedade foi entregue, saímos a toca de porrada e tiros; alguns partiram os queixos e outros deram cabo das costas. Alguns perderam ali sangue, perderam ali carne, e o feitor que ali está, no dia seguinte teve o descaramento de convidar 46 pessoas para irem trabalhar para lá da mesma maneira. Ninguém foi. Houve um dos nossos camaradas que lhe disse: "Devem vir para cá muito bem, pois estão esquecidos da carne e do sangue aqui perdido".

Combate: Quem é esse feitor?

- É o senhor Matias Pereira, de Benavila. Era o feitor da propriedade de dos Testos quando formámos a cooperativa e por isso ajeitou-se a gente. Como era feitor, nós apurámos-lo para ficar à frente da cooperativa, para manobrar, por estar mais dentro do assunto. Mas trabalhou sem pre falso, contra a gente. Quando isto foi para ser entregue, ele sabia o que andava a fazer; mas nós não andávamos na companhia dele; ele é que andava sempre à volta do sindicato e do Centro de Reforma Agrária, ele é que resolvia esses problemas. Chegaram a andar ali uns tractores, mas ele só mandava fabricar (*) as terras on de esperava tomar conta delas. As outras ficavam com tudo por fazer.

(*) Fabricar significa lavar as terras.

Pelo emprego, ou pelo lucro imediato?

Ao ocuparem as terras, os trabalhadores tiveram de se subordinar à economia capitalista dominante. Mas, por outro lado, desenvolvem, em antagonismo com os critérios capitalistas, novos critérios, resultando directamente da forma como se organizam na luta -- solidariedade, comunitarismo. Mas até na própria forma económica de explorarem as terras a contradição com o capitalismo se observa. Aquilo que os trabalhadores procuraram de imediato foi a garantia de emprego; a possibilidade de viverem e não só sobreviverem. Para os agrários, pelo contrário, era o lucro máximo imediato que importava. Daí, dois critérios muito diferentes: para os trabalhadores, aumentar ao máximo as culturas, para criar emprego e produção; nisso revelam uma mentalidade puramente proletária, em nada pequeno-camponesa. "O rendimento de qualquer propriedade", afirma um trabalhador "está no pessoal que lá trabalha ou não". Para os agrários, o critério é: diminuir tanto quanto puderem a força de trabalho e, para isso, preferem criar gado a promover a cultura. O antagonismo entre estes critérios é muito claro.

Escoural

- Já viu aqueles vales cultivados, passados à máquina, ao tractor? Nós aproveitamos todas as terras que sejam produtivas para semente. Agora não vamos meter ali nenhum rebanho de gado. Ora o tipo (o reservatório) governa-se só das vacas; não se governa de mais nada. Perde-se ali uma elevada quantidade de semente de trigo, milho ou outra coisa. Portanto, nós queremos todas essas terras aproveitadas para serem sementadas e cultivadas. Há outros terrenos que podem servir de pastagem para o gado.

- O reservatório até pode lavar aquilo tudo, sem dinheiro e sem fa

zer nada. Há na região pequenos seareiros. Que ele dê a folha que devia fazer a esses seareiros; eles fazem-lhe aquilo e ainda lhe dão parte do produto, ainda por cima lhe pagam. E, ainda que não lhe pagassem, o trabalho tinham-no eles e ele tinha o lucro do gado, e até lhe fabricavam a terra.

Numa pastagem daquelas, o fulano atrai para ali com 60 vacas. Ora, 60 vacas dão pelo menos 300 contos de lucro. Mas mesmo que fossem só 20 vacas, a 5 contos em cada, eram já 100 contos de lucro. O que é que isso custa? Nada, nada. É até fácil de fazer. Na outra vez, quando ele ali estava, a barragem tinha-a entregue a outro; as searas estavam entregues a seareiros. Portanto, ele arrenda a herdade e sub-arrenda-a a uns poucos. Por isso eu disse ser fácil, sem dinheiro nenhum, ser lavrador, da maneira como eles preparam as coisas.

- A sorte do tipo é isto estar de uma maneira que não lhe distribuem os homens que devia empregar. Ganha o que quer. Se dissessem: "Tomas conta de 300 hectares e a esses hectares correspondem tantos homens" -- já nenhum agrário queria! Mas o tipo até diz que quer homens e não os tem, que os homens estão todos nas cooperativas. Há pouco tempo perguntavam a um agrário, num programa de rádio: "E você é de opinião que haja cooperativas aqui na terra? -- Pois sou". Não havia via de ser! Os homens trabalham todos nas cooperativas e ele não tinha nenhum! Até pode ir para aí dizer que não tem os homens de que precisa! De maneira que com a nova lei o tipo está à vontade como nunca esteve. A lei só obriga a ter os homens que se tivessem no dia 1 de Janeiro de 1975(*). Se não tivesse nenhum, não é obrigado a meter ninguém. Por isso agora só lê tem um homem.

- Todos aqueles que pediram terras, deram-lhas. Até atribuíram reservas a alguns seareiros que já tinham morrido há mais de vinte anos.

- Nós aqui sofremos o que sempre sofreu toda a vida a agricultura portuguesa. O pessoal, só o daqui, já tem sido demais. Porque desde o momento em que se vá preparar as coisas para a pecuária, nós sabemos que a lavoura é muito menos, e menos o pessoal empregado. Já não é o mesmo que se passa em certas partes no estrangeiro, em que o pessoal vai todo para a indústria e fica só uma certa parte na agricultura. Se nós pormos todos os trabalhadores na agricultura, onde vamos pôr pastagens e regadios? O regadio dá muito emprego, mas se for com prejuízo -- bolas para ele! Dará emprego, mas será um emprego com prejuízo. Por exemplo, agora temos as mulheres todas na apanha do tomate; depois vão uma semana para a azeitona. E depois? Até haver tomate outra vez? Desmoitam mate é não? É muito caro. Cada molho de sargaço custa 1\$00 a apanhar. O que se precisava era de indústria para o pessoal se empregar quando não faz falta na agricultura. Nós sabemos que vamos viver da agricultura, e já acabámos de ver que estes hectares não mantêm as pessoas. Se fôssemos tratar de pôr mais gado seria mais rentável para a cooperativa, mas depois faltavam os postos de trabalho. Mas se havemos de ter postos de trabalho que nos não-de dar prejuízo, nunca mais endireitamos a vida. Este modelo de agricultura não presta. Não basta fabricar a terra -- e então terra que sabemos logo a partida que não dá. Mas é o que nós vamos fazer, senão depois dizem logo que abandonávamos umas e só cultivávamos as melhores. Evidentemente que, se o fizéssemos, íamos copiar o tipo de exploração dos agrários, que não estamos interessados em copiar. Ao semeá-las não há chatices; contudo, o rendimento é muito pouco. O rendimento de qualquer propriedade, hoje, está no pessoal que lá trabalha ou não. A agricultura tem de criar postos de trabalho para o pessoal, que é o que não há. Quer dizer, a gente mesmo que veja que não tem trabalho para todo o pessoal tem de o trazer para aí a desmoitar, ou neutra qualquer coisa. É isto que está errado.

(*) Ver a nota da pag. I. 5.

Bardeiras

Se eles nos tirarem a parte de regadio ficam sô estas coisas. Além de que o regadio é a base da mão-de-obra do pessoal. Se eles tirarem o regadio, pelo menos parte das mulheres passa a ter sô quatro meses de serviço ao ano. Fica o pessoal sem emprego. Apesar de todos os anos lá se gastarem 300 ou 400 contos, dá ocupação dentro daquele período em que não há outra coisa para o pessoal fazer.

- Se nos tiram o regadio, a outra parte também não a queremos. Ou tudo ou nada. Se não, ficamos logo na miséria.

Combate: Quantas pessoas tinham os agrários a trabalhar na propriedade de que ocuparam?

- Duas.

Combate: E quantas lá têm vocês agora?

- Temos 25. E sô porque não temos possibilidades para fazer mais postos de trabalho. No momento em que tivemos base financeira para fazer mais postos de trabalho, empregam-se ali mais.

- São cerca de 900 hectares e sô lá havia duas pessoas. Era o vaqueiro e o guarda. Metiam para ali 120 ou 150 vacas. Havia um seareiro, fazia a seara, deixava lá a palha e pronto. Agora semeamos lá trigo, milho, feijão. Este ano foi bera. Aliás, teríamos ganho muito dinheiro se não tivéssemos semeado. É claro que semeamos, e colhemos palha para o gado. Mas se não tivéssemos semeado muito, era menor o prejuízo.

"Lei Barreto"

Porquê a "lei Barreto"? Porque é que um governo que controla uma economia em que o capitalismo de Estado é dominante vai procurar servir os interesses dos mais retrógrados pro

prietários privados -- os agrários, parasitas e contrariando a produção?

S. Manços

Combate: Qual a diferença que vêm entre a primeira lei da reforma agrária e a nova lei?

- Se com a outra estávamos mal, com esta estamos muito pior, porque com a outra lei podíamos semear; agora com esta nova lei, que o agrário pode estar seis anos sem semear, eu pergunto -- como é que se vai produzir amanhã para os nossos netos? Claro que isto é empenhar o país completamente.

Combate: Mas porque é que acham que o governo está a fazer isto?

- A razão deve ser por causa da política. Se eles estivessem lá no governo a ganhar os cinco contos que nós ganhamos cá no campo, eles resolviam a coisa de outra maneira. Está certo que devia haver uma diferença, mas não uma diferença tão grande. Enquanto isto existir, não vamos para o socialismo e não é assim que vamos pagar as dívidas aos outros países. Nós estivemos sessenta anos governados pelos espanhóis, segundo os nossos avós diziam, e isto a continuar assim não sei por quem é que seremos governados.

- Eles não querem que a primeira lei vá avante. Dizem por todo o lado que querem as cooperativas mais pequenas. Mas acho que estão errados, porque se as cooperativas forem mais pequenas, os trabalhadores que dão o rendimento, por qualquer motivo, prejudicam mais o conjunto. Enquanto que com as cooperativas maiores, uns já cobrem o menor rendimento dos outros. Esta segunda lei quer uma reforma agrária capitalista.

- Nós ocupamos as terras sô com os nossos calos das mãos. O governo devia mandar cá quem queria as terras sozinhas, e não com as forças da G.N.R. com armas. Se fizessem isso, nós resolvíamos bem a coisa e avançamos com a reforma agrária.

- Eu estava de acordo que se desse terra a todos os que a quisessem, mas era para eles trabalharem. Ora, eles querem terra, mas é para eu, ou tu, ou o outro irmos para lá trabalhar, para nos explorarem como antigamente. Assim é que eu concordava: dar terras para eles e a família deles irem para lá trabalhar, tal e qual como eu. Se não, então, não se fazia o 25 de Abril.

- Eu acho que o governo fez esta nova lei da reforma agrária por razões políticas. Sendo Portugal um país de fracos recursos económicos, que fez uma descolonização exemplar -- segundo o meu ponto de vista -- e que por tanto terá que pagar os seus tributos a alguém, isso certamente traz reflexos políticos; é um governo que pede vassalagem, que solicita empréstimos ao capitalismo americano; teremos de pagar, todos nós portugueses, e com juros bastante elevados, uma descolonização que fizemos, a posse da terra, o controle operário, as próprias nacionalizações, isso tudo. Portugal é um país muitíssimo dependente do resto do mundo: não temos recursos, não temos combustíveis. Adivinhando-se uma viragem para a esquerda, isso prejudicaria os projectos dos americanos, que querem manter as bases em Espanha e não perder o controle em Portugal. Isto transcende o âmbito económico; não é por acaso que no V Governo o Carlucci se deslocava constantemente à América e já se falava na sua própria missão. Isto mostra como a esquerda prejudicava os americanos. Chegamos ao VI Governo e começa a haver a pouco e pouco recuperação. Os americanos começam a pouco e pouco a retomar posições. Com o governo PS o quê é que se vê? Os pedidos de empréstimos. Os juros destes empréstimos são muito elevados e especiais. A nova lei da reforma agrária é mais uma das posições do capitalismo americano. Ele exige que a curto e médio prazo as terras sejam entregues aos agrários. Outra imposição foi destruir a Intersindical criando a Carta Aberta, o que não conseguiram porque entre tanto a Intersindical ganhou corpo. Quando surge o problema de deixar as terras ao abandono e se prefere entrega

das aos agrários, então o problema deixa de ser económico e passa a ser estritamente político. Desde que eles o resolvam a nível político, mais tarde resolvê-lo-ão a nível económico: pôr trabalhadores no desemprego; eles fariam então a nova exploração, que talvez fosse mais racional -- para nós não é. Mas é certo que o problema do desemprego nunca preocupou os capitalistas -- estes procuram tirar do operário o máximo de rendimento, apoderando-se da mais-valia, nem que tenham de pôr milhões e milhões de trabalhadores no desemprego. O próprio Barreto, quando vem falar connosco, fala em subsídios de desemprego... Mas há algum país onde o subsídio de desemprego resolva o problema?

6 de Agosto

Combate: Qual é o objectivo do governo com a actual política?

- Na minha ideia são os grandes lavradores, os grandes agrários, que irão ter conversas com ele e dizem-lhe que precisam mesmo das propriedades e ele será lá do partido deles, e punxará por eles.

Combate: Qual é a mais vantajosa para os trabalhadores -- a actual lei da reforma agrária ou a anterior?

- Pelos jeitos do que estou a ver, do que tenho visto e do que tenho ouvido, esta não tem vantagem. Estão a cortar praticamente quase tudo, até o crédito agora só dão para o nosso ordenado. O crédito do gásóleo acabou, tínhamos crédito para certas coisas de farinha e gado, para comprar tractores -- tudo isso acabou. Tivemos que entregar dois tractores a um agrário e na altura disseram-nos que se os entregássemos nos davam crédito para comprar outros, e depois não deram. Quando fazemos investimentos em terras que são entregues, não nos dão nada. Foi o que nos aconteceu. Gastámos lá muito dinheiro, perto de dois mil contos, em abertura de valas, limpeza das propriedades, poços, etc.; ora, quando as entregamos, prometeram dar-nos esse dinheiro. Já as entregamos e o dinheiro não veio. Nem vem.

- O governo diz que não derruba cooperativa nenhuma, mas tira um boca do daqui, tira outro dali, outro do meio, a cooperativa fica derrubada. Pois se estavam lá 100 ou 200 pessoas, depois podem lá ter serviço para cinquenta ou vinte? E é capaz assim de, ao fim de um tempo, derrubar tudo. Não sei -- o governo também pode ser derrubado, quem sabe lá... (risos).

Combate: Acha que a generalidade da população, que são explorados, está com força suficiente para derrubar o governo neste momento?

- É natural. Isto, com voltas que dá, ou ele deve demitir-se ou deve ser derrubado. Não deve ficar lá muito tempo.

Bardeiras

- Eles estão a programar levar-nos ao desemprego e à miséria; isto não admite dúvida e não há peneiras disso. Eu acho, na minha maneira de ver, que uma boa organização era até que o Estado, com esses tantos homens que tem, desses como regentes agrícolas, os trouxessem para o pé de nós, para nos ajudarem, pois eles têm outra capacidade; eles com o estudo, nós com a prática, avançávamos a valer.

Pondo em causa as conquistas mais imediatas da reforma agrária, a própria subsistência dos trabalhadores, é claro que a "lei Barreto" se depára com uma hostilidade generalizada. Que formas assumiu essa hostilidade? Como lutam os trabalhadores? Até onde a luta, até onde a expectativa?

6 de Agosto

Combate: Muitas cooperativas têm o mesmo problema da vossa: a constância entrega de reservas deixa-as sem viabilidade de subsistirem. Nunca pensaram em juntar-se, em criar um movimento entre as cooperativas para, em conjunto, conseguirem resistir?

- Assim os conjuntos, a gente só os faz de cooperativa a cooperativa. Se tivermos um naufrágio e formos a uma cooperativa aqui vizinha pedir so

corro, essa cooperativa socorre a gente. E se houver um agrário ou um sequeiro que trabalhe ~~isolado~~, que não se quis juntar com a gente, pois a gente socorrerá essa pessoa quando a cooperativa não precisar.

Combate: Para trabalhar vocês em treajulam-se e, para resistir à em treca das terras, porque não fazem uma união entre as diferentes cooperativas?

- Mas quando foi da nossa entrega veio gente de muitas cooperativas. Eram a volta de três mil pessoas; havia gente de Mora, Coruche, Cabeção, Évora, S. Miguel de Machete, Viana, havia gente de muitos lados.

Agora mandaram uma carta aí a uma cooperativa. Como vão responder que não entregam a reserva, lá virá a força para os obrigar. Nessa cooperativa são cento e poucas pessoas; se a cooperativa tiver de entregar aquelas propriedades, fica só com duas; como é que aquela gente conseguirá sobreviver? É impossível. Matam a cooperativa. Se o governo ou o Centro lhe cortar o crédito, tem de morrer mesmo.

Combate: Como será possível modificar este estado de coisas?

- Para modificar isso não pode ser a gente. A gente tem esses ministros para resolver esses problemas. Se o governo manda dar porrada em quem trabalha, é porque não querem que trabalhem; como é que resolve a economia do país?

Combate: Acreditam que alguém melhor do que os trabalhadores possa resolver os problemas dos trabalhadores?

- Só os ministros. Os trabalhadores não podem resolver porque eles não deixam. Eles mandam entregar as propriedades que vemos que nos fazem falta, e se não as queremos entregar, mandam dar porrada para as deixarmos.

Escoural

Combate: Como pensam resistir aos ataques à reforma agrária?

- Se não houver uma mão -- e essa mão não são espingardas -- é o povo todo, a tal unidade dos camponeses com os trabalhadores da cidade. Se mexem mais na reforma agrária, nós paramos mesmo de todo. Ou não mexem mais, ou então... Se tirarem mais reservas gera-se um grande ódio, que põe de transformar-se numa guerra civil.

O povo aderiu à cooperativa. Está com a luta. Sente-se melhor assim do que andando por conta dos lavradores. Vivemos melhor assim e gostamos mais de trabalhar assim. Portanto, se entregarem as terras aos lavradores, nós não vamos trabalhar para lá; primeiro, porque não nos dão lá trabalho; e, em segundo lugar, porque as pessoas são daqui, estão aqui registradas e querem trabalhar aqui.

O povo aderiu a nível de freguesia à cooperativa. São duas mil e tal pessoas a viverem à base da cooperativa. Famílias inteiras aqui trabalham: pais, filhos e filhas.

Os créditos

Os trabalhadores têm de desenvolver a luta contra a repressão governamental em dois sentidos: por um lado, a tentativa de oposição política às medidas repressivas; por outro, procurar a todo o custo manter a sobrevivência das novas unidades de produção, apesar das reservas, apesar do corte dos créditos, apesar de o preço dos produtos industriais aumentar mais rapidamente do que o dos agrícolas, e tantas outras dificuldades.

S. Manços

Combate: No Escoural estavam a tentar resolver a situação que a lei da reforma agrária cria fazendo investimentos: barragens, converter terrenos que antes eram de sequeiro em regadio, mas tinham o problema da falta de dinheiro. Vocês já pensaram nessa hipótese?

- Já a pensamos e já andamos a fazer, porque nesta zona em que estamos a trabalhar não existia regadio, e agora já há dois anos que existem rega-

dios: há feijão, batata, tomate, couves, há essas coisas todas. Mas não quer dizer que agora as cooperativas todas digam: "Vamos explorar tudo em regadio". Isso seria completamente errado. Isto tem de ser controlado pelas cooperativas. Se uma força de cooperativas decidir cultivar em regadio, outras tem outras culturas com certeza.

Combate: Têm dificuldades económicas?

- Ai Jesus, nem me fale nisso!

- Não deve haver cooperativa nenhuma no Alentejo que não tenha dificuldades económicas, umas mais, outras menos. Quando começámos aqui a trabalhar chegámos a estar três a quatro semanas sem receber um tostão. Depois fizemos uma reunião na Casa do Povo e pensamos: "Vamos todos os sócios da cooperativa abonar 1.000\$00, como joia", que era para abonar para os que, chegados ao sábado, estivessem mais necessitados. E isto durou sei lá quanto tempo... No ano seguinte a seara foi melhor, e isto tem andado equilibrado, mas não podemos dizer que estamos bem de massas, não; porque até a seara do ano passado foi muito ruim devido ao tempo.

6 de Agosto

Combate: Daqui a quantos anos pensam que a produção obtida na cooperativa será suficiente para haver dinheiro disponível que pague aos trabalhadores sem terem de recorrer ao crédito?

- Esse problema só se resolve quando o preço dos produtos for equivalente às coisas obtidas de fora. Há dois anos um tractor custava 200 contos; se agora o formos comprar custa 800 €, entretanto, continuamos a vender o trigo pelo mesmo preço. O mesmo se passa com a aveia, tomate, etc. Como é possível a agricultura fazer sobrar dinheiro para comprarmos as coisas? Estando os preços ao nível a que estão, será difícil uma cooperativa viver só à sua custa. Ao tomarmos as cooperativas, elas estavam sem coisíssima nenhuma para podermos tomar alguma medida a fim de termos dinheiro para pagamentos. Assim, temos de tomar tudo a crédito.

Enquanto os preços assim estiverem é também difícil elevarmos os nossos ordenados. O dinheiro das máquinas que levamos para as oficinas sai da agricultura.

Combate: Nesse caso as cooperativas estarão sempre com a corda ao pescoço. Mesmo assim acham importante a existência das cooperativas?

- A sua vantagem é muito grande. Havia gente que só trabalhava quando era da azeitona e depois trabalhava duas semanas, logo a seguir passavam cinco e mais de boa vida. Se aranjavam outra semanita, logo era seguida de duas de boa vida. Agora levanta-se toda a gente de manhã e todos sabem onde ir ganhar o pão, e antigamente não sabíamos.

S. Manços

Combate: Um dos problemas das cooperativas é o de venderem o que produzem a baixos preços e comprar o que precisam a altos preços. Pode dizer-se que com o desaparecimento dos intermediários isto desapareceria, mas isso não põe em causa a estrutura social. Como é que as cooperativas podem romper com esta estrutura social em que vivem e que as estragula?

- Em meu entender isso só se resolve se o governo tivesse capacidade suficiente para atender ao problema das cooperativas, que é o que ele não tem querido fazer. Porque, se o governo estivesse ao lado da reforma agrária, iria adquirir os produtos que nós estamos a produzir e então acabávamos logo com os intermediários, imediatamente.

- Quando fomos lá a Lisboa com couves, feijão, repolho e mais material, o governo proibiu-nos de vender em certos sítios, porque íamos vender mais barato. Por várias vezes lá fomos, nós e outros trabalhadores, e foi o próprio governo a proibir-nos.

Combate: Vocês conseguiram resolver os vossos problemas de comercialização se estivessem unidos a outras cooperativas da vossa confiança. Que

dificuldades encontram para não avançarem nessa via?

- Nós tínhamos essas possibilidades se nos deixassem trabalhar à vontade. O problema é o governo não nos abonar o dinheiro e a outra dificuldade é que nós queremos fazer as coisas e temos medo: aquela herdade das oliveiras nunca deu nada, gastámos lá mil e tal contos a limpá-la com uma máquina do Estado, a fazer os chavancos, e quando aquilo estava a produzir tiraram-no-la. Nós fizemos um barracão enorme noutro lado, e fizemos além outro para uma oficina e há mais de seis meses que estamos à espera da electricidade e, sempre com desculpas, isso passa para outro dia. Queríamos ali fazer uma vacaria, um lagar, uma adega, um barracão para celeiros... Não fazemos mais coisas porque temos medo que nos sejam tiradas. E é por isso que esta coisa em vez de ir para a frente começa a voltar para trás, e então o nosso país em vez de ganhar, perde.

Escoural

Combate: Cortaram o Crédito de Emergência?

- Cortaram a todas as cooperativas enquanto não apresentaram as contas das cooperativas. A nós também o cortaram. Ao fim de uns dois meses tinham-nas lá todas. Havia de facto muitas cooperativas que não as tinham.

- O pessoal aqui é muito: mais de 600 pessoas. É preciso muito dinheiro para se lhes pagar, por menos que ganhem. Nós ganhamos um dinheiro que nem sabemos o que lhe devemos fazer por ser tão pouco. Afinal de contas, mesmo assim são precisos na ordem dos 2.300 contos para se pagar. Ora, 2.300 contos é muito. E isto é só para a mão-de-obra. Agora as coisas são tão caras porque as não há. Já viu? Este ano, com uma seara como houve, e não prestando os terrenos, é uma miséria. O ano passado foram umas searas boas. Este ano não valeram nada. A terra ser muita não representa nada, só representa o que produz.

E a percentagem de ferro que estas terras têm? Se fosse no estrangeiro

teria muito valor. Mas aqui... so servem para reservas de caça.

Bardeiras

Combate: Onde arranjaram dinheiro para os melhoramentos que fizeram?

- Quando a gente se formou o Centro da Reforma Agrária assinava uns papeis e nos íamos ao banco levantar o dinheiro. Outro era mesmo empresta do pelo Centro, através do Crédito de Emergência. Agora não temos tido possibilidades de levantar mais dinheiro porque tiramos de lá para comprar uma manada de ovelhas e porcos. Chegámos a ter no banco um débito de 1.900 contos, tendo-se pago de juros, o ano passado, so relativo a esse dinheiro, 52 contos. Pagaram-se os porcos, pagaram-se as porcas, e pagaram-se já 450 contos que tinham da do para as ovelhas. Neste momento apenas se deve ao Totta e Açores 450 contos, de que teremos de pagar 79 contos de juros.

Outros melhoramentos agora não podemos fazer, pois não podemos pagar juros a 17%.

É a partir desta relação entre as novas unidades de produção e o crédito governamental que temos de entender as suas relações com os técnicos dos vários serviços de Estado. É como que um crédito de cérebros... Valerá de alguma coisa? Será sequer utilizado?

Escoural

Combate: Quantos regalos foram feitos pela cooperativa?

- Feitos por nós há dois, e outros dois não foram. Está-se também a formar outro muito grande. São todos de terra, excepto um que já meteu pedra.

Combate: Vieram cá técnicos, ou foram do vosso engenho?

- Vieram técnicos, uns de Évora, outros de outro lado. O engenheiro que veio tirar a planta desta levou pelo projecto 96 contos.

Combate: Mas não foram os serviços oficiais?!

- Foram os serviços oficiais, mas quem paga tivemos de ser nós. Tivemos que pagar tudo.

Combate: Mas os serviços oficiais não têm obrigação de dar apoio gratuito?

- Ha! ha! Esses gajos do IRA! Pois têm! Mas há para aí algumas cooperativas à espera há mais de quanto tempo, e não o dão. Pois eles não têm dinheiro!

Combate: O IRA não tem dinheiro?

- O dinheiro ao IRA também tem que lhe vir de qualquer lado.

Combate: Quem faz a contabilidade?

- A gente aqui faz o que pode fazer e depois há os balancetes, que são feitos por umas pessoas que aí há, que têm habilitações para isso. É um rapaz que é empregado no banco. Há ainda outro que tem já ajudado.

Combate: E nas outras cooperativas onde não há pessoas capazes de fazer as contas?

- Lá as fazem noutro lado. Como têm de as fazer, ou fazem-nas, ou dão-nas a fazer.

Combate: O Centro da Reforma Agrária não tinha umas pessoas que andavam por aí a fazê-las?

- Ah, esses? Sei lá!

- Anteriormente as coisas estavam de uma maneira, agora foram-se modificando para outra, sempre para pior.

6 de Agosto

Combate: Quando têm necessidade de apoio técnico, como o conseguem?

- O apoio que mais necessitamos é o da escrita. Às vezes é pessoal do sindicato, a outras pedimos, outras pagamos.

As novas relações sociais criadas na luta

Vimos claramente, ao longo de todas estas respostas, que se os trabalhadores arrostam com tantas dificuldades, com a repressão e os boicotes governamentais, a necessidade de suspender os cortes de crédito, a desanexação das reservas e todo o acréscimo de trabalho resultante da organização da produção nas cooperativas, se os trabalhadores lutam com tantos obstáculos é só porque, por detrás de tudo isto, há uma coisa verdadeiramente nova: as novas relações sociais que se criaram. É um modo novo de vida. É o que um trabalhador classificará de "podermos trabalhar à vontade".

S. Manços

- Eles apregoam aos trabalhadores isto e aquilo, mas se os trabalhadores estiverem unidos não precisavam para nada de pedir dinheiro às outras nações. Portugal tem condições para isso. O que era preciso era estar tudo organizado. Mas não deixam os trabalhadores trabalhar à vontade. No meu ponto de vista, com o Alentejo bem explorado, e que deixassem os trabalhadores à vontade -- isto dava para tudo.

As ocupações

Os "trabalhadores à vontade" são as suas formas de organização social, surgidas da luta directa contra o capital, desenvolveram-se, organizando pelo seu modelo toda a produção e toda a vida social. Os "trabalhadores à vontade" é a luta contra as formas de organização capitalistas, que escravizam, controlam e impedem o livre desenvolvimento das relações comunitárias e igualitárias entre os trabalhadores.

Bardeiras

- O nosso controle é muito fácil de fazer. Era a falta de trabalho que

tínhamos. Um certo número de camaras diz: "A gente vai para aqui trabalhar", Outros dizem: "A gente vai para acolá". Quer dizer, a gente sempre procura pessoas com mais relação, pessoas com quem temos mais ligação; um diz "vamos fazer isto", esse diz a outro, o outro diz a outro e junta-se um grupo.

Os primeiros a avançar com as ocupações foram os do campo de Santana; atrás desses começaram outros a pensar no Monte Meio; depois pensou-se na Ilha Fria e por aí fora.

Quando se sabia que estava um grupo para ir tomar um bocado de terra aqui ou além, os outros já lá não iam, e começavam a pensar noutra. Nunca houve problemas com isso.

- Aqui passou-se o seguinte: a gente andava a trabalhar, cada qual nos seus bocados. As mulheres andavam a trabalhar na herdade de Vale das Antas, que era regadio de tomate, por conta de um tipo de Pavia. Quando um dia apareceu lá em Vale de Antas uma roulotte para ocupar aquilo, foi mesmo o encarregado que disse: "Vocês não deixem que ocupem isto. Põem lá na parede que isto foi ocupado, senão vocês têm de ir trabalhar, amanhã ainda pode ser em Vale de Antas, mas neutro dia já pode ser de Pavia para baixo". Então as mulheres que andavam lá pegaram nos homens e foram escrever na parede que estava ocupado. Quando os da roulotte viram aquilo, desistiram e abalaram.

Os da cooperativa de S. Gregório (os que trabalham agora nessa cooperativa), havendo aí duas herdades que pertenciam à freguesia de S. Gregório, e como queriam fazer a cooperativa a nível de freguesia, foram nesse próprio dia apanhar as herdades da Cabeça e da Cheada.

- Aqui andava um rapaz -- que agora não está na cooperativa, está a trabalhar na herdade do Olival -- andando lá a trabalhar, pensou em ocupar aquilo e aliar-se à cooperativa. Quando isto foi ocupado, o dono desta propriedade, que é o senhor António Lobo da Silveira, tinha aí um guarda florestal e disse-lhe: "Arranja uns colegas e toma conta disto".

Ele então convidou uns quatro ou cinco e a ocupação foi feita. O inventário e tudo foi feito na presença do dito senhor. As ocupações foram feitas assim; depois havia pessoas que andavam a trabalhar além, aqui e noutra lado. Fez-se uma reunião aqui nas Bardeiras, para o pessoal todo que quisesse vir para a cooperativa. Só não entraram as pessoas que não quiseram. Ora esse rapaz entrou, mas começou só a puxar para o lado do patrão, ou não sei como é que foi.

Combate: Qual era a ideia do patrão ao querer que isto fosse ocupado?

- Talvez ele quisesse que ficassem aqueles na cooperativa, pois poderiam ir outros ocupar e ele ter de deixar a casa e ir para outro lado.

Combate: A cooperativa é formada por quantas pessoas?

- Agora devemos ser umas 58 ou 59 pessoas. Em S. Gregório são uns 200; é a maior cooperativa da união. É uma cooperativa a nível de freguesia.

Combate: A vossa cooperativa é formada por uma só herdade?

- Esta cooperativa foi, em tempos, uma propriedade como é esta agora. De pois o proprietário ofereceu isto há muitos anos ao povo. Isto foi dividido em courelas de dois hectares, mas as pessoas que nesse tempo vieram para aqui mandaram fazer umas casas e começaram a viver neste conjunto. Às tantas um lavrador começou a comprar. Um dia comprava uma, outro dia comprava outra, até que formou uma herdade de que tem 600 hectares.

Combate: O que restava ainda dessas courelas entrou para a cooperativa?

- Aqueles pedaços que eram de cada um não estão na cooperativa. Só o que está na cooperativa é que é trabalhado e administrado em conjunto.

Combate: Como se formou a união das cooperativas?

- Quando já estavam todas as cooperativas formadas começámos a pensar que não tínhamos onde meter os tractores e os reboques. Neles se transportava o pessoal para casa, à noite, e levavam-no de manhã para o trabalho. Ficava tudo ao relento. Uns roubavam uma coisa, outros faziam outra. As cooperativas grandes têm esse problema resolvido porque, com as terras, apañam instalações maiores. Aqui, as cooperativas independentes, que são umas dez, combinaram fazer a ocupação de umas instalações para guardar o material. Ocupámos aquilo porque estava tudo desprezado. É claro, não nos em caminhamos só nós, mas fomos encaminhados também pelo senhor capitão Porto e por esse senhor, que estava aqui de Évora, o senhor Pezarat Correia. Foi então que passámos a fazer parte da União. Todas as cooperativas, hoje, lá têm um certo depósito de dinheiro para umas obras que lá fazemos -- porque quando fizemos a ocupação só lá estavam as casas, não havia mais nada. As cooperativas foram-se aliando e depositaram dez contos cada uma. Formou-se uma oficina. A padaria já lá estava instalada, mas teve de ser arranjada.

S. Manços

Combate: Aqui em S. Manços existem duas cooperativas, ambas formadas por trabalhadores que antigamente eram assalariados dos mesmos patrões; porquê esta divisão dos trabalhadores e porquê as relações entre uns e outros não são tão boas como tudo isso?

- Isso é uma coisa que não tem explicação no meu entender.

Combate: Com certeza que tem uma ideia...

- Mas uma coisa é certa: dizer tudo é bom para os doidos! Se a gente não se quiser pronunciar tem o direito de aguentar a coisa. Está certo?

Combate: Certíssimo!

- Os dessa cooperativa eram intermediários, pequenos lavradores, e queriam dividir estas herdades para eles,

mas não o puderam fazer porque entre tanto tãha-se formado a cooperativa com os trabalhadores. Viram que não podiam ficar nesta cooperativa e desviaram-se, porque trabalhar é que eles nunca tinham feito na vida. Eles só foram para lá trabalhar para fazer reacção.

- Não gramavam a gente porque nós estamos ligados ao Partido Comunista.

- Aqui há também gente do Partido Socialista e de outros partidos... e nós aqui conseguimos dominar a coisa. Depois chamavam-nos ladrões. Nós fomos ocupar as herdades de dia, e eles foram à uma e às duas horas da noite ocupar montes e herdades que a gente já tinha ocupados. Deixavam uma car tinha a dizer: "este monte está ocupado por isto e por aquilo".

- Eles estavam combinados com os patrões e com os grandes agrários, e nós nunca quisemos isso.

- No princípio, quando isto começou, depois do 25 de Abril, nós começamos a fazer reuniões na Casa do Povo, começou-se a falar na reforma agrária, e a primeira herdade de que tomámos conta foi Botarelos, terra que há vinte anos não era cultivada. Fomos com uns tractores que andavam aqui, em S. Manços, e fabricaram aqui a terra toda; começaram a formar as sementeirias. Começou-se então a formar daí as cooperativas. Mas como ninguém tinha dinheiro, quatro ou cinco trabalhadores pensaram tirar cem contos a juro para pagar o aluguer dos tractores, e a um tractor do Estado que foi lá arrancar umas árvores; nas terras que ocupámos, dum tal senhor Canelas, não havia máquinas, nem gado. Nada.

Nessa reunião que se fez na Casa do Povo, alguns começaram a dizer: "Então eles pediram cem contos, e agora quem vai pagar esse dinheiro?" E foi por aí que começou a divisão entre a malta.

Depois começámos a ocupar outras terras, sem máquinas, sem nada, e eles começaram a dizer uns para os outros: "Deixa que eles ainda cá vêm!" Eles pensavam dividir as terras e fi-

car lá com os seus trabalhadores; e nós ficaríamos aqui isolados, sem termos máquinas, sem termos nada. Quando começamos a fabricar terras e a comprar tractores, começaram a ver que nós não precisávamos deles. Nesse ano semeámos o que pudemos: era de dia, era de noite, era sempre. Fizemos uma seara enorme, e tudo isto com meia dúzia de tractores. Foi então que eles começaram a ver que estavam mesmo enganados. Eles tinham levado com eles muita gente. No primeiro dia em que foram trabalhar, os intermediários e os pequenos lavradores tinham levado uns lenços ao pescoço e, como já estava calor, puseram-se à sombra das árvores a descansar; e os trabalhadores diziam: "Então nós estamos a trabalhar e eles já estão ali a descansar!" Eram trabalhadores que trabalharam sempre na minha companhia e gostávamos de trabalhar lado a lado. Depois, quando surgiu essa coisa, separámo-nos. Não sei quem está enganado: se nós, se eles. Eu dou-me bem com eles. É claro que eles são trabalhadores como eu. Eles tinham lá muita gente que os explorava a eles; como vi que esses exploradores lá estavam, disse para mim que aquilo lá já não estava bom. Nesta cooperativa somos todos trabalhadores, e quando toca a trabalhar, vamos mesmo todos trabalhar. Se virmos algum que não quer trabalhar dizemos que ele não faz falta, porque isto que está aqui é dos trabalhadores.

- Estou desconfiado que foi esse deputado camponês do PS, esse macaco, que foi ele, para ganhar dezasseite ou dezoito contos do M. Soares, tem dividido as pessoas aqui.

- Ele anda aí com uma camioneta que ele tem, com altifalante, a apregoar no meio da rua: "Camaradas, não tenham medo, saiam para a rua, vamos ver o Dr. M. Soares". Foi um vigarista toda a vida.

- Ele e o irmão eram igualmente trabalhadores desde pequenos, mas ele meteu-se nuns negócios e enganou o irmão, e por isso zangaram-se. E agora que se meteu em deputado do Dr. M. Soares -- ainda pior. Foi ele, com

mais dois ou três macacos, que dividiu o povo de S. Manços. Se não fosse estas divisões, a reforma agrária, como nós dizemos, era um foguete que nunca mais caía no chão. Do sal até ao vinagre, esta terra dá de tudo um pouco.

- Na nossa freguesia o povo está dividido com esta coisa da política. Os que estão cá do nosso lado vêm a coisa normalmente, os do outro lado vêm lá à maneira deles. Mas isto vai tudo dar no mesmo: quando nós dizemos "está a vida má", ouvimos os outros dizer "a vida está má". É tudo a dizer: "Isto não chega, daqui a nada estamos pior do que no outro tempo". E, na verdade, há muitas coisas em que estamos pior do que no outro tempo. Por exemplo, nesse caso da Guarda estamos pior, no outro tempo prendiam um aqui e outro além, e agora é arrear para baixo. Eles não deixam direitar a gente de maneira nenhuma. Multam por tudo e por nada, não que rem deixar endireitar as cooperativas de maneira nenhuma.

Não sei que mal os trabalhadores fizeram. Trabalhámos a vida inteira. Mais ou menos quem aderiu ao Partido Comunista foram os trabalhadores. Eu às vezes já tenho dito assim: "Não seria melhor morrerem os trabalhadores e deixarem-nos cá a eles?" Quería ver o que é que eles comiam, de que é que se governavam! No outro tempo, com as Casas do Povo, só tinha trabalho quem pagava as quotas. O ganhão, o feitor, o manageiro, o chaveiro, esses tinham sempre as quotas em dia e tinham sempre trabalho. Por isso, hoje, esses ainda estão agarrados ao patrão. Agora esses que andavam sempre com a enxada na mão, que faziam quase meio dia de serviço a ir e vir do trabalho e chegavam lá e não lhes davam trabalho -- no fim de semana não havia que comer nem nada. Desde que se formaram as cooperativas há salários todos os dias, há que comer todos os dias. Não é muito, mas é o que as cooperativas conseguem nas condições actuais.

As respostas que acabámos de transcrever revelam um aspecto muito importante: os partidos ditos "de esquerda" aproveitam-se de disputas entre os trabalhadores -- ou, por parte do Partido Socialista, como dizem os trabalhadores que entrevistámos em S. Manços, procurando subordinar uma parte do proletariado agrícola à condução política de intermediários e médios camponeses, lançando-os assim em hostilidade contra os outros proletários -- e procuram deste modo ganhar uma base de apoio eleitoral. Este aspecto pode ser menos notório em outras entrevistas, pois é em S. Manços que, além da cooperativa cujos trabalhadores aqui são entrevistados, existe a cooperativa afecta ao PS. A existência de duas cooperativas divididas, pelo menos por rivalidades partidárias torna esta cisão mais evidente. Mas, embora menos claramente, é um problema de que podemos aperceber-nos noutras cooperativas. Se, por um lado, é certo que os trabalhadores aproveitam os aparelhos dos partidos de base operária para entrarem em contacto com trabalhadores de outras terras e sectores, por outro lado, e simultaneamente, os partidos exercem sempre uma acção divisória entre os trabalhadores. A unidade da classe na luta procura substituir divisões ideológicas artificiais a clientelas eleitorais e politiquieras. Pensamos que este duplo aspecto é bem revelado nas declarações que vamos transcrever.

S. Manços

Combate: Na unificação da luta dos trabalhadores do Alentejo qual foi a importância da 29 Conferência da Reforma Agrária, há pouco realizada em Évora?

- Os contributos foram bastante bons; deu ideia de como as coisas se estavam a passar a nível da reforma agrária. Não estou de acordo quanto

à forma como ela foi conduzida, por que a discussão devia ter sido feita mais aprofundadamente a nível dos próprios trabalhadores, nas próprias cooperativas; quanto a mim não são as cúpulas que resolvem os problemas das cooperativas. Nem deviam apresentar dados que não correspondem à verdade. Eu, como técnico na zona de intervenção da reforma agrária, ao ler as conclusões da 2ª Conferência não posso deixar de fazer severas críticas, porque há dados que estão errados. Quem lê esses dados chega à conclusão de que, apesar do mau ano agrícola, tivemos lucros nas empresas. É mentira! Isto não corresponde à verdade. Mesmo com bons resultados no sector pecuário não se conseguiui ultrapassar o deficit no sector cerealífero. Tivemos o pior ano cerealífero dos últimos vinte anos. Nas UCPs sentiu-se essa tentativa de camuflar uma série de verdades. As UCPs atravessam uma crise muito grande, nomeadamente quanto ao crédito. Aqueles dados foram apresentados por um grupo de indivíduos, que é sempre o mesmo, o que é bastante mau. Inquéritos deste género não se fazem em cima do joelho e em poucos dias; fazem-se em meses. Para isso são precisas várias equipas, inclusivamente com a participação dos próprios trabalhadores, e são eles que deviam fornecer esses dados.

Por outro lado, a 2ª Conferência da Reforma Agrária também teve aspectos positivos. Há o aspecto social que é muito importante. Foi a maneira de se reunirem durante dois dias trabalhadores de Portalegre, Évora, Beja, etc., onde há grandes diferenças de trabalho, etc. Aí é que foi altamente positiva. Neste aspecto social até se deviam fazer mais encontros ao longo do ano:

Combate: Depois da Conferência levantou-se polémica quanto a vários pontos: um é que tivessem autorizado a imprensa reaccionária a estar presente, mas proibindo a entrada de jornais como *Página Um*, e jornais partidários como *A Voz do Povo*. Pelo outro lado, o Acácio Barreiros não foi autorizado a entrar e o Álvaro Cunhal esteve presente. Salvo erro, hou-

ve tentativa por parte da mesa da Assembleia de sabotar propostas feitas por cooperativas de influência UDP. Qual é a sua opinião sobre isto?

- Efectivamente isso é verdade, e considero isso bastante grave. Há um partido que tem bastante audácia na zona de intervenção da reforma agrária, mas acho que devem ser dadas oportunidades a todos os trabalhadores para discutirem a reforma agrária tal como eles a entendem. O poder criativo dos trabalhadores consiste na capacidade de introduzir novos sistemas de direcção da própria cooperativa. E quando se arranjam padrões impostos por alguém, isso é manietar à partida o poder criativo dos trabalhadores. Cada cooperativa deve ser adaptada às suas condições próprias. Por isso, parece-me útil que existam cooperativas de tendência UDP. Elas podem dar uma achega preciosa para a resolução do funcionamento das cooperativas, que é esse o problema número um actual. Os trabalhadores de todas as facções políticas devem trabalhar nas cooperativas. O que importa é que o trabalho e a ideologia contribuam para maximizar o bem-estar da sociedade. Proibir certos técnicos de participar na Conferência é eliminar à partida as possibilidades de diálogo entre cooperativas com experiências diferentes.

Eu assisti só ao último dia da 2ª Conferência e não concordei com a intervenção de Álvaro Cunhal na Conferência. Aliás, já disse há pouco que a 2ª Conferência da Reforma Agrária devia ser partidária. Se Álvaro Cunhal falou, também deviam ter direito outros presidentes e outros secretários de outros partidos. Aliás, houve militantes do Partido Comunista, com quem falei, e que são da mesma opinião. Tanto quanto sei, até o próprio Álvaro Cunhal não queria intervir. Só depois de muito instado é que ele tomou a resolução de falar, e falou muito pouco. Eu estou convencido que não foi a melhor política, nem mesmo para o Partido Comunista.

Combate: Não basta dizer que é a política do Partido Socialista que está a destruir a reforma agrária e

a dividir os trabalhadores. Conheço outras zonas em que havia pessoas a trabalhar nas UCPs e que a partir de certa altura começaram a sair das UCPs e a entrar em cooperativas formadas pelo Partido Socialista. Nas Unidades Colectivas em que se verificou esta cisão acho que houve erros. Onde se verificava maior influência do Partido Comunista as pessoas, quando não viam saída na própria UCP, saíam e juntavam-se a militantes socialistas. Isto beneficiou a política do Partido Socialista, e não a política dos trabalhadores. Parece-me que a política da 29 Conferência caiu nos mesmos erros. Lembro-me de outra polémica na zona de Beja, onde os sindicatos têm uma grande influência, em volta da questão dos trabalhadores efectivos e dos eventuais. Como se manteve o mesmo estatuto do tempo do agrário, em que os efectivos tinham segurança de trabalho e regalias e os eventuais não as tinham, estes saíram e juntaram-se às cooperativas do Partido Socialista. Houve casos de UCPs onde se fez chantagem sobre os eventuais para fins políticos, e não vale a pena escamotear estes pontos por que eles existem.

- Sim, todos nós sabemos que esses problemas existem. Ser cooperante é participar na vida da cooperativa, saber resolver as suas dificuldades, não é seguir passivamente um padrão imposto à partida. Isso é errado. O erro mais grave ainda é o de, quando o trabalhador se manifesta contra estes esquemas, correr com ele para fora da cooperativa. Isso é arranjar um grupo de trabalhadores contra a cooperativa e fomentar as cisões. Foi assim que apareceram as cooperativas rotuladas PS. O mais grave é quebrar a unidade que existe entre os trabalhadores. Há pouco um camarada aqui afirmou que não concorda com cooperativas de pequena dimensão; eu não concordo com cooperativas muito grandes, de doze mil hectares, por exemplo; nós não temos quadros a nível de trabalhadores para gerir cooperativas desse tamanho. Isso é um disparate. Como é que se pode compreender que depois do 25 de Abril se criem cooperativas de doze mil hectares, onde os trabalhado-

res não têm sequer a percepção do tamanho das cooperativas a que pertencem? Ao passo que, se for uma cooperativa de 2.500 a 3.000 hectares, os trabalhadores estão ao corrente de todos os problemas que se levantam, conhecem-se uns aos outros, e conhecem a área e a zona, e assim têm uma percepção da cooperativa que estão a dominar. Acho que as cooperativas têm de ser menores, mas não da maneira que o governo está agora a fazer. Tem de ser dada terra aos agrários, para os conquistar, mas não tanta como está agora a ser dada, que é a referida submissão ao imperialismo americano. Acho que 25 hectares de terra já chega para qualquer agricultor. Isso chega perfeitamente para uma estrutura de tipo familiar. Agora, 400 hectares para um indivíduo e 18 hectares por trabalhador numa cooperativa, isto não é justiça social.

Combate: Mas não haverá problemas de rentabilidade e comercialização que exigem cooperativas de grandes dimensões? Para além disto são muito importantes os problemas de ordem social: quanto maiores forem as cooperativas não será que a possibilidade de união entre os trabalhadores é maior?

- No meu entender, acho que quanto mais forte for a união dos trabalhadores, melhor resolvem os problemas e os ataques, quaisquer que sejam. Divergir as cooperativas é destruí-las mais facilmente. Por isso é que eu defendo as cooperativas grandes. Isto está à vista de qualquer pessoa.

Bardeiras

Combate: Vai haver uma Conferência sobre a reforma agrária. Pensam lá ir?

- Sim, a gente vai lá discutir o futuro. Vamos discutir o que se está a passar; mas não temos uma actividade de como outras pessoas têm. Nesta zona as cooperativas são pequenas. Eu acho que não devia haver cooperativas muito grandes, para que as pessoas andassem mais unidas. Há muitas cooperativas onde trabalham 500 ou 600 pes-

soas e, a certa altura, muitas dessas pessoas não sabem nada do que se passa. Aqui toda a gente sabe o que se está a passar, e só não sabe quem não quer. Todas as semanas temos uma reunião com o pessoal todo. Quando a comissão vai fazer alguma coisa, todos o sabem. Antes de o fazer tudo é programado. A comissão é constituída por cinco pessoas. Essas pessoas já têm mudado, mas eu desde o início ainda não mudei.

Combate: Já fizeram alguma reunião para discutir o que vão dizer na Conferência da reforma agrária?

- Quanto à conferência, a gente não sabe nada. Lá é que vai ser discutido. Agora a gente temos de arranjar um programa, um programa para o próximo futuro, porque se a gente não diz nada, então o que é que lá vamos fazer?

As reuniões

Ao contrário do que os partidos querem fazer crer, e do que muitos críticos dos partidos julgam também, a influência que os partidos possam ter junto dos trabalhadores nunca é directa. Os trabalhadores em luta reúnem e discutem com uma autonomia que, em maior ou menor grau, é sempre existente. Daí a sistemática duplicidade nas relações proletários-partidos, e a necessidade em que muitos se encontram de procurar escamotear a movimentação autónoma dos trabalhadores.

As reuniões entre os trabalhadores e a discussão conjunta dos problemas da sua luta é facilitada, na zona da reforma agrária, pelo facto de todos viverem na mesma aldeia, ou em locais vizinhos, e de se conhecerem tradicionalmente. Por isso, para além da discussão estatutária, formal, dos assuntos da cooperativa, é ainda possível a discussão informal.

Bardeiras

Tratando-se de uma cooperativa bastante pequena, e em que todos os que lá trabalham vivem no local, a di-

visão do trabalho faz-se informalmente. Como vimos há pouco, as reuniões são semanais. Vimos já também que esta cooperativa está integrada numa união de cooperativas. Os trabalhos de responsabilidade técnica (comercialização de produtos, reparação de máquinas, etc.) são divididos pela direcção da união de cooperativas, onde a cooperativa de Bardeiras tem um representante. Na união de cooperativas realizam-se, embora não regularmente, assembleias abertas aos trabalhadores de todas as cooperativas da união. Inicialmente essas reuniões eram muito frequentadas, de tal modo que as pessoas não cabiam até no local. Agora a afluência é pequena, o que, segundo alguns cooperantes, se deve ao facto de as pessoas se mostrarem cansadas.

6 de Agosto

Combate: Costumam fazer reuniões de discussão?

- De mês a mês fazemos uma reunião com todo o pessoal. E, quando é necessário, fazemos com as comissões de trabalhadores. Houve necessidade de criar diferentes comissões porque uma só pessoa não dá volta a isto.

Combate: Além da cooperativa, têm outras coisas?

- Temos um talho -- uma casa mal arranjada porque não temos dinheiro para a montar como deve ser. Toda a aldeia se abastece de lá; aliás qua se todo o pessoal da aldeia trabalha na cooperativa. Também já temos falado na criação de uma cooperativa de consumo; já comprámos a terra mas falta-nos dinheiro.

Nesta cooperativa a produção está dividida em diferentes sectores (pecuária, cultura de sequeiro, etc.), estando um cooperante à frente de cada sector. As reuniões efectuam-se mensalmente, ou sempre que haja alguma questão importante para discutir, como vimos. Realizam-se na sala da cooperativa, que é afastada da aldeia. Na aldeia, apesar de todos trabalharem na cooperativa, não há reu-

niões para esse fim. Mas é usual os problemas da cooperativa serem também discutidos ao sábado, quando todos os cooperantes estão reunidos para o pagamento dos salários. Quando a direcção da cooperativa tem de tratar algum assunto premente, reúne no talho que, como vimos, faz parte da cooperativa.

S. Manços

Combate: Em todas as terras onde tenho ido não encontrei nenhuma cooperativa que tenha um ambiente social tão bom como este, que se una tão bem à freguesia como aqui. Há uma sede social onde os cooperantes se juntam. Ora, parece curioso que, por um lado, haja esta ligação da cooperativa à freguesia e, por outro, haja aqueles problemas tão grandes entre a população, de que se falou atrás.

- E é pena que aqui no andar de baixo esteja a Guarda Republicana (o quartel da Guarda é debaixo da sede social da cooperativa!), por que nós temos até falta de lugar. E parte destes edifícios foi feita pelos trabalhadores de noite, depois de termos trabalhado durante o dia nos campos. Tivemos de aumentar as instalações, fizemos uma cave. Por isso é pena que um povo tão pequenino esteja tão dividido por causa de dois ou três macacos; e chegámos ao ponto de, por vezes, pais e filhos não se quererem ver. Se não fosse estar aqui a Guarda, tínhamos condições para ter aqui médico e até cantina, se fosse preciso, onde os nossos filhos ficariam quando fôssemos trabalhar.

Combate: Como nasceu a ideia de fazerem aqui este convívio e a cooperativa de consumo?

- Este é um prédio que nós compramos com quotizações. A nossa cooperativa de consumo vende a quem lá for comprar; nós não proibimos, como os da outra cooperativa fazem. Vendemos para sócios e não sócios. Vendemos de tudo um pouco: mercearia, talho, peixe...

Escoural

Aqui a produção também está dividida por sectores, encontrando-se dois cooperantes à frente de cada um deles. Os serviços são distribuídos por esses cabeças de sector, podendo cada trabalhador ficar muito tempo adscrito a certo tipo de serviços, mas não em permanência. Esses cabeças de sector tomam as decisões correntes, mas para as de maior importância têm de convocar os restantes trabalhadores (por exemplo, podem vender ou comprar uma ovelha por sua iniciativa, mas a transacção de um rebanho já implica uma reunião prévia). São frequentes as reuniões para discutir a divisão de trabalho mas, segundo alguns cooperantes, a afluência é pequena porque a maior parte das discussões prolonga-se muito, o que leva as pessoas a afastarem-se. Por vezes verificam-se excepções como, por exemplo, a do guarda do rebanho: pelas suas funções técnicas não pode afastar-se muito tempo do rebanho e, por isso, não participa nas reuniões.

A condição das mulheres

Ainda relacionada com o problema das reuniões e discussões, e da vida social em geral dos trabalhadores das cooperativas, a questão da condição das mulheres assume uma importância muito especial. Exploradas pelo capitalismo e oprimidas no seio da família -- o que significa para as mulheres a reforma agrária? Qual a sua participação na vida das cooperativas?

S. Manços

Combate: As mulheres trabalham na cooperativa?

- Tudo trabalha.

- Quando foi do início da cooperativa, como não tínhamos dinheiro, pedimos a todos os sócios que contribuíssem

sem com 1.000\$00 e as mulheres com 500\$00, para auxiliarem o pagamento dos que não tinham dinheiro, e aqueles que tinham algum esperavam uma semana ou duas, até que viesse outra solução. Foi assim que nós começamos.

Combate: Nesta altura as mulheres ganham tanto como os homens?

- Não. As mulheres ganham 130\$00 e os homens ganham 180\$00.

Combate: Porquê?

- É claro que para as mulheres se escolheu um trabalho menos violento... E desde sempre tem sido assim.

- E nós vemos, também, que de maneira nenhuma podemos levantar mais, porque se quiséssemos dinheiro quem é que no-lo dava?

Combate: O trabalho da mulher rende menos que o dos homens?

- Eu cá pelo que conheço, se todos pensassem como eu, até dava mais ordenado às mulheres do que aos homens. No campo elas não fazem mais do que o homem em certos serviços; mas na apanha da azeitona e do tomate a mulher dá mais rendimento do que o homem. Mas há outros trabalhos que as mulheres não fazem. Mas nós temos nove a dez horas de serviço e as mulheres também têm o mesmo horário, mas chegam a casa e vão fazer o comer, vão assear a casa, vão varrer isto e aquilo. E nós chegamos a casa descansadinhos. Por isso, cá no meu ver, são mais castigadas que o homem. Chego a casa, vou para a venda com um amigo beber um copo ou dois, já ceiei, só lá apareço para me deitar e pronto. E a mulher tem que fazer o serviço do campo e assear a casa -- porque eu não vou varrer a casa ou fazer a cama, de maneira nenhuma. Eu acho que a mulher devia ganhar mais, mas nós não temos condições para isso.

Antigamente a mulher estava três ou quatro meses sem trabalhar, mas agora, desde que houve as cooperativas, a mulher nunca mais esteve parada. A mulher, no meu ver, é mais explorada do que o homem.

- Nota-se que a maior parte das mulheres que aparecem nas nossas reuniões vão já ingravidando, e lá fora sofrem o ataque das outras mulheres que não vêm às reuniões (não sei porquê, talvez porque os maridos não as deixam vir, ainda não me apercebi bem disso).

Nas reuniões há sempre 12, 13 ou 14 mulheres que aparecem. Segundo o estatuto da cooperativa, de três em três meses tem de se fazer uma reunião. Há cerca de 57 mulheres na cooperativa.

E depois o que é mais grave é que as mulheres dividem-se, formam grupos, e esses grupos têm reflexos na vida dos homens. O ideal seria as mulheres virem todas às reuniões. Fazer reuniões com as mulheres separadamente é discriminação, mas numa fase transitória deviam-se fazer uma ou duas reuniões só com as mulheres, excepcionalmente, para as motivar. A mulher tem condições de luta do mesmo modo que os homens, e não falarem é um erro grave. Partidos que se dizem da vanguarda dos trabalhadores cometem este erro -- dizem-se dos trabalhadores e só têm homens, não têm mulheres. E há um partido que se diz ser o principal no Alentejo, que era um partido que tinha condições para activar as mulheres, que tudo tem feito para as desviar do papel revolucionário. E lamento que assim se ja. E a participação das mulheres na vida interna das cooperativas devia incluir as próprias direcções; isto era criar condições para que as mulheres vissem as dificuldades de uma direcção e ao mesmo tempo sentissem a sua participação activa na cooperativa. A mulher faz ataques indirectos porque não está devidamente esclarecida.

Combate: Aqui no convívio reparamos que só há homens. A que se deve isso?

- De início as mulheres vinham, e a ideia inicial era a de criar condições para as mulheres estarem aqui junto aos homens. Mas nós temos atrás de nós cinquenta anos de fascismo e uma sociedade fortemente traumatizada, que faz com que os homens

casados tenham medo de que as mulheres venham aqui e olhem para os outros. Isto é um problema social. Nas raparigas novas isto já não se vê. Têm na escola uma vivência diferente da nossa. As turmas são mistas e elas já acompanham mais de perto com os rapazes, e vêm aqui ao convívio. Mas nesse caso são os pais que continuam a manietar, o que é um erro muito grande.

Combate: Por mim, acho que a situação não se alterou em relação ao que era antes do 25 de Abril, neste aspecto. Como até aquele camarada referiu há pouco, as mulheres aqui trabalham tanto como os homens, até ganham menos e, depois, vão fazer as lides da casa. Assim, que tempo lhes sobra? E que vontade têm de vir para aqui? Para além de o homem não aceitar bem o convívio entre homens e mulheres, há também as condições concretas: a mulher está cansada. É necessário que haja também uma mudança de hábitos, e o homem tem de acompanhar as tarefas caseiras.

- O primeiro passo para acabar com isso é a criação dos refeitórios internos nas cooperativas. Se tivesse mos estruturas onde o trabalhador, depois do trabalho, tomasse o seu duche e, higienicamente preparado, viesse aqui tomar as suas refeições com todos os trabalhadores, assim estariam criadas as condições para que a mulher pudesse ficar aqui e tomar o seu café, ver a televisão, e tomava assim uma parte activa nas relações sociais inter-trabalhadores. Enquanto não se criarem estas estruturas isso é impossível. Diz-se -- e muito bem -- que a mulher não ganhou nada com o 25 de Abril. Conquistou apenas oito horas para trabalhar, os doze meses consecutivos ao longo do ano, o que não tinha até aí (só tinha seis ou sete meses com trabalho). Por isso agora trabalha muito mais e, como disse, chega ao fim do dia e está cansada, está saturada. E isso leva-a a ter um espírito de dizer mal de tudo. O problema da mulher é esse: satura-se e até é capaz de dizer mal da própria cooperativa; porque ao fim e ao cabo a cooperativa até é capaz de ser

um obstáculo para ela, por lhe dar os doze meses de trabalho, e trabalho duro.

Outra das infra-estruturas fundamentais é a creche, onde, para além da alimentação, os filhos têm todas as outras coisas que a mãe não tem condições para lhes dar. E depois é o filho que aparece com ideias completamente diferentes das dos pais. A maior parte das cooperativas não tem condições económicas para realizar estas infra-estruturas; mas há já algumas experiências, como em Mora, por exemplo, onde se está a construir um refeitório para 60 trabalhadores. Mas aqui surge também o problema de habituar as pessoas a ir ao refeitório. Na cooperativa 19 de Maio, em Avis, por exemplo, já se fizeram várias tentativas, já se fizeram inquéritos entre os cooperantes, mas não se conseguiu a aderência nem de 50%. As mulheres preferem ainda o lar ao convívio umas com as outras e até com os camaradas.

O que é certo é que esse é o caminho a seguir, logo que haja condições económicas. Além de ser uma refeição mais bem preparada, que dá aos trabalhadores um hábito de alimentação mais racional, com muito mais calorias, que permitiria às pessoas também aumentar a rentabilidade do próprio trabalho, e com a grande vantagem social de preparar as pessoas para a vida de maneira diferente do que até agora têm tido.

Combate: Aquelas mulheres que têm filhos pequenos como é que fazem?

- Têm os avós; às vezes há pessoas que levam os filhos pelo campo. Havia uma creche mas, por causa da política, não foi logo controlada como devia ser pelo povo todo. Os da cooperativa ligada ao Partido Socialista, em vez de fazerem as coisas em conjunto fizeram sempre em separado, lá para as pessoas deles, e por isso não se fez uma reunião onde se escolhessem as pessoas para tratar das crianças e se votasse. Nós temos de defender a nossa classe, e não os partidos.

Combate: Há escolas suficientes?

- Há escolas com fartura. Se não

houvesse a divisão entre os partidos a reforma agrária podia aproveitar melhor a riqueza desta zona.

Alguns de nós, como eu, temos os miudos na creche dos socialistas; pagamos e eles estão lá. É pena é nos não nos darmos bem uns com os outros, porque senão isto era uma riqueza que o foguete nunca mais caía no chão.

Combate: Com os problemas de em prego existentes, quais são as perspectivas que se abrem aos filhos dos cooperantes, daqui por alguns anos? Eles serão educados da mesma maneira, ou a cooperativa poderá assegurar-lhes uma educação melhor, que as faça prescindir dos técnicos vindos das outras classes sociais?

- Isso tudo está dependente da super-estrutura. É o aparelho de Estado que tem de criar condições para que todas as pessoas tenham acesso à cultura. Quanto aos meios, se as cooperativas tivessem condições, a par do aparelho de Estado, para facilitar o acesso às escolas por parte dos filhos dos cooperantes, isso deve ser feito. Nós precisamos de técnicos oriundos das classes trabalhadoras; mesmo que não sejam a nível superior, pelo menos a nível médio. Muitos filhos de trabalhadores tiram o curso liceal e depois não conseguem o acesso à universidade; ficam a meio da viagem. Torna-se necessário criar cursos médios destinados ao sector primário. E no caso da mulher também seriam necessários novos cursos, para que elas tenham possibilidade de se libertar da vida do campo, tendo em consideração que a saturação da mão-de-obra se consegue resolver através das indústrias transformadoras. Temos de criar fábricas. Têm de surgir aqui fábricas para transformar, quer os produtos derivados da agro-pecuária, quer até dos cereais. Assim se poderia canalizar o excedente de mão-de-obra das cooperativas. Isto implica, como sabe, uma grande re-estruturação em todo o sector primário, secundário e até terciário. Não é um governo como este, que se diz socialista mas que, afinal, nada faz -- pelo contrário, está interessado em fazer uma inversão na posse dos meios de produção, devolvendo

ção, devolvendo as terras aos agricultores -- que irá resolver o assunto.

As diferenças salariais

Além dos problemas levantados pela condição da mulher, o outro grande elemento de distinção no seio da classe proletária é a diferenciação de salários. A diferença de salários entre os proletários é um critério capitalista, que os aparelhos sindicais perpetuam ao não fazerem as reivindicações em comum, de forma a haver sempre discriminação entre *sindicatos fortes* e *sindicatos fracos*. Como é que encaram os trabalhadores esta questão?

6 de Agosto

Combate: Quando as máquinas estão estragadas mandam-nas às oficinas?

- Não. Temos uma oficina mesmo nosa e um mecânico, um rapaz que estava numa oficina que não andava muito bem e por isso pediu para o metermos cá.

Combate: Ganha o mesmo que vocês?

- Não. Ganha o ordenado mandado pelo sindicato: são oito contos, e nós só ganhamos cinco.

Combate: Como explicar que numa cooperativa haja essas diferenças de ordenados?

- A diferença provém de ele ser de um sindicato e nós de outro. O sindicato dele estipula esse ordenado, o nosso sindicato diz que não podemos ganhar mais por o rendimento agora ser pouco. Não sei se está bem ou se está mal. Contudo, em qualquer sector há diferenças de ordenado.

- Por exemplo, este colega meu pode ter dois filhos solteiros a trabalhar. Quer dizer, se ele tivesse três filhos assim passava a ganhar vinte contos, eu podia ter três pequenos e a minha senhora podia não po-

der ganhar um tostão, então eu ganho
va só cinco. Ambos tínhamos o mesmo
número de bocas, mas ele ganhava mais
do que eu. Ora isto está mal.

Combate: Numa cooperativa traba-
lham todos para o mesmo fim, quer se-
ja um guardador de gado, um tracto-
rista ou um mecânico, ou um trabalha-
dor do campo. Porque razão pagam mais
ao mecânico, sabendo-se ser essa a
táctica seguida pelos agrários para
dividir os trabalhadores?

- Porque ele não vinha para cá
por menos e nós precisávamos dele.
O ordenado dele mandado pelo sindicá-
to é aquele, o nosso manda este, ora
ele não vinha para cá ganhar só cinco
contos.

Combate: O sindicato dos trabalha-
dores agrícolas estipulou um ordenado
francamente inferior à média dos salá-
rios praticados no país. Porquê?

- Isso deve-se ao Centro da Refor-
ma Agrária e ao sindicato. No ano pas-
sado obrigaram-nos a levar as folhas
do mês ao sindicato e ao Centro. Se
lá aparecesse uma folha com um salá-
rio mais elevado do que cinco contos,
o crédito era logo cortado a essa coo-
perativa. Quem manda ou quem não man-
da, não sei. Sei que é assim.

Eu penso que devíamos ganhar um
pouco mais. Na situação do país e co-
mo a agricultura não está desenvolvi-
da, não concordo com ganharmos oito
ou nove contos: não chegava o produ-
zido. Mas devíamos ganhar seis ou
seis e meio.

Da agricultura é que sai tudo. No

outro dia, no Centro da Reforma Agrá-
ria, estive lá mal entendido com um
engenheiro. Disse-me que nós produzi-
mos pouco na agricultura. E eu disse:
"Mas produzimos para hospitais em que
ninguém trabalha, produzimos para
quarteis de tropa e para a Guarda Re-
publicana; que ninguém trabalha na
agricultura, e tudo come da agricul-
tura, e de lá é que vem tudo. E se
o senhor engenheiro comesse e bebes-
se daquilo que produz aqui dentro do
escritório morria de fome. Um servi-
ço é completo com cada qual no seu em-
prego; mas todos temos direito à vi-
da e tomos temos de trabalhar. Todos
vivem da terra e somos dos que anda-
mos pior pagos".

S. Manços

Combate: O salário mínimo dos
trabalhadores do campo é muito infe-
rior ao da generalidade dos trabalha-
dores da indústria. Como é que vemos
esse problema?

- Temos tido a paciência de saber
esperar para ver se com a reforma
agrária conseguimos ganhar mais orde-
nado. Os trabalhadores da cidade
resolvem o problema rapidamente com
a greve, mas nós, nos campos, na zona
da reforma agrária, se tivéssemos pa-
rado como o trabalho, até acabávamos
com a reforma agrária ainda mais ra-
pidamente. E era isso que o governo
queria, porque se nós tivéssemos pa-
rado vinham logo os laçaios a cor-
rer. Queremos ver se através da refor-
ma agrária conseguimos equilibrar o
nível de vida do campo com o da cida-
de.

ENTREVISTA COM O M.A.R.N.

Problemas discutidos

O MARN e o seu aparecimento. As Ligas. O quotidiano dos rendeiros e as suas reivindicações. Reuniões. Discussão da nova lei e projectos de luta. O trabalho das mulheres. Comercialização dos produtos e maquinaria. Como os camponeses do Norte vêm a luta dos assalariados agrícolas alentejanos. As ocupações no Norte. As cooperativas no Norte.

Como os trabalhadores alentejanos vêm a luta dos pequenos agricultores do Norte.

- Por razões que tentaremos expor resumidamente na parte de análise deste jornal, as lutas sociais no mundo rural fora da zona de latifúndio têm tido me nos amplitude e implicações menos profundas sob o ponto de vista da criação de relações sociais novas. Mas essas lutas existem e com uma dimensão maior do que frequentemente se julga. Por isso, e para oferecer um termo de comparação com as entrevistas realizadas nas quatro cooperativas da zona da reforma agrária, que acabámos de transcrever, vamos agora publicar uma entrevista realizada com dois elementos do secretariado do MARN (Movimento dos Agricultores e Rendeiros do Norte) e dois rendeiros, também associados do MARN.

Chamamos a atenção para o facto de esta entrevista ter já sido feita há alguns meses e, por isso, ser anterior à votação na Assembleia da República da nova lei do arrendamento rural. Porém, os entrevistados exprimiam já posições que são elucidativas dos problemas que essa lei veio criar, ou agravar.

O que é o MARN e como surgiu

Combate: Como surgiu o MARN?

- O MARN (*Movimento dos Agricultores e Rendeiros do Norte*) surgiu com quatro elementos (eu fui um dos iniciadores) com o objectivo de, em conjunto, darmos uma panorâmica geral do que eram as leis do arrendamento rural. Começamos a fazer reuniões pelas freguesias e hoje temos umas centenas nas grandes de pessoas inscritas; temos feito dezenas de encontros de esclarecimento sobre a lei. O MARN foi-se alargando, primeiro com uma direcção provisória; actualmente está

já legalizado; temos uma direcção, temos o secretariado, toda a organização está realmente completa. E assim com este movimento organizado e pronto, nós podemos realmente chegar à beira das entidades oficiais para expormos aquilo que sentimos e o que os rendeiros nos vêm dizendo sobre as lutas que estão travando contra os seus senhorios, que não são poucas.

O MARN é constituído por 28 elementos da direcção; desses, 7 são do secretariado. Todos os do secretariado são do Porto, porque certos problemas aparecem de emergência e o secretariado tem de reunir logo; por causa disso resolvemos pôr assim o secretariado. Temos delegações em Coimbra e

nã s Beiras. Temos comissões de Rendei ros espalhadas por todo o Norte. Em quase todos os distritos e concelhos do Norte temos um elemento da direc ção, para ser aquela pessoa que é o porta-voz do secretariado para todos os problemas que há. O secretariado faz reuniões todós os quinze dias (atê aqui eram semanais), das 18 às 20 horas, o que faz bastante diferen ça a quem trabalha nos campos... Mas mesmo assim o secretariado não está a ter a efectividade que necessita de ter. Vamos fazer agora uma convo catória para uma reunião para uma grande análise e tirarmos conclusões sobre a maneira como vamos continuar a trabalhar.

Os associados pagam uma quota -- que de facto, se eles pagassem, nós poderíamos estar com outra estabeleci de, que não estamos: temos muitas di ficuldades.

Combate: Como são eleitos os ele mentos do secretariado?

- Nós vamos que um elemento não es tá a dar o rendimento que o MARN ne ccessita e, numa reunião, nós mesmos os do secretariado chamamos outro ele mento activista ao secretariado, se ele concordar. Os novos elementos são geralmente nomeados pelo secretaria do.

Combate: Como foi eleita a direc ção do MARN?

- Foi num encontro de rendeiros promovido na faculdade de Economia do Porto. Depois disso não se fez mais nenhuma eleição, embora depois disso se tenha modificado o secretariado.

O que são as Ligas ?

Combate: O que são as Ligas? Vocês numa brochura que editaram dizem que são como que os sindicatos... Há mui tas Ligas criadas?

- As Ligas são organizações de au xílio aos caseiros. Aqui muito perto há uma Liga já com uma certa estrutu

raçõ o, que é no concelho de Vila Nova de Gaia, que já está a trabalhar verda deiramente bem. Tem cinco tractores a funcionar, mais alguns que poderão vir a comprar. É a grande união dos caseiros para poderem comprar mais uma máquina, ou as que puderem, com a ofer ta que às vezes lhes possam fazer ou tras pessoas. Pois hoje, aqui, no Nor te, um homem com o seu tractor leva 240\$00 ou 250\$00 à hora, com a sua fre sa leva 300\$00 ou mais à hora. Ora, na Liga de Vila Nova de Gaia levam mui to menos à hora e isso é uma vantagem; e isto ainda com benefício para a Liga, para pagamento do pessoal e renovação de máquinas. As Ligas puxam ainda pe los seus direitos, por adubos mais ba ratos, pelas farinhas, rações de gado, pelas palhas... A de Gondomar também já está a trabalhar, embora ainda seja uma Liga nova e não esteja completamen te estruturada. A do Porto também está criada.

Combate: A iniciativa da criação das Ligas partiu de quem?

- A iniciativa foi toda do MARN e é o MARN que os tem ajudado; tem dado os esclarecimentos que sabe. É bom que os caseiros conheçam e sintam que as Ligas são uma organização deles e sã para eles, assim como o MARN.

Combate: Antes de surgir o MARN co mo é que os rendeiros se defendiam dos problemas de que eram vítimas? Reuniam -se com outros rendeiros, apelavam pa ra organismos estatais ou ficavam com a luta mais ou menos localizada?

- Ficavam com a luta localizada. Não tinham uma organização que real mente os orientasse. Agora sim, já mui tas centenas deles sentiram que têm uma organização ao lado deles, que faz sempre por os acompanhar, tanto a tri bunais, como a todas as entidades que sejam precisas. Eles a partir daí e que começaram a organizar-se mais. Mas ainda não chega. Pensamos que se o ren deiro estivesse ainda mais bem organi zado poderia levar a vida melhor. Mas, entretanto, a coisa vai andando, eles vão-se organizando cada vez melhor. Eu acho que são eles quem verdadeiramente sente os problemas.

Combate: Pode contar um caso concreto de luta?

- Tenho um caso de luta que se passou comigo. O que me valeu foi o MARN, que eu enquanto puder e tiver forças estou sempre ao lado dele. Sou rendeiro há quinze anos, já mudei três vezes, o que é culpa dos senhores. Os grandes senhorios deixavam tudo a monte e andavam à caça dos rendeiros para lhes cultivarem as terras. Andavam à caça do suor dos rendeiros e no fim, porque nós trabalhávamos, os senhorios ficavam todos raivosos, todos invejosos por os camponeses realmente produzirem. E ao fim de pouco tempo, como tinham raiva do que produzíamos, começavam a escociar-nos. Aqui no Norte é assim. O Norte é um jardim, mas à custa dos rendeiros. O senhorio não quer trabalhar, quer colher só o que a terra dá à custa dos rendeiros.

Desta última vez estava com uma renda muito elevada, porque vim de uma área que era mais produtiva do que aquela em que estou (era no concelho de Vila do Conde); agora estou em Moreira da Maia, que tem um solo que só produz a metade. Por isso, como me enganei, queria que o senhorio me abatesse na renda. Ele disse que não podia abater, que não podia viver já sem a terra. Surgiu-me esta lei e eu agarrei-me a ela porque não tinha outra solução, senão tinha que me ir embora procurar outro patrão.

Combate: Portanto o vosso grande problema é o do contrato de arrendamento?

- Pois é claro. Quando eu vim para lá não passava recibo. A mulher tinha lá assente num papel velho, até. Eu vendia o cereal, pagava 16 carros de cereal (que o vendia, não sei se era a trinta, se a trinta e quatro mil reis cada alqueire), e dava uma média de 25 ou 26 contos. E agora, pelo tribunal, já pago 28.890\$00; por isso eu acho que a lei que está em vigor ainda estava bem para a gente poder

- Entrámos para a terra onde estamos no dia 29 de Setembro de 1974. Eu e o meu marido (trabalhadador que acabou de falar) trabalhamos a terra e temos seis filhos menores. Em Março já o senhorio andava comigo às terras. Mandava-me lá a fiscalização todas as semanas. Eu estava a vender vinho ao garrafão, e estava legal por que era vinho tinto da quinta que tinha estado a fazer. Ele mandava-me lá a fiscalização porque o meu vinho era bom e mais barato do que o dele, e o povo gostava; enquanto que o dele era uma mixórdia que não se podia beber. A fiscalização nunca nos pegou. Ao cabo disto, começou a pôr-me ali a Guarda. Primeiro, porque lhe chamamos isto e aquilo, sem na verdade termos chamado nada. Eles chegavam lá e iam-se embora sem ter por onde nos pegar.

A 7 de Agosto de 1975 ele apresentou-me as Forças Armadas à porta. O aspirante disse-nos: "Está aqui este senhor (que era o senhorio), que faz o favor de dizer o que é que quer". E então o senhorio disse: "Estão aqui estes senhores por mor de ouvir dizer em como o senhor, quando sai de casa, fecha-me as portas todas". "Oh senhor aspirante" respondi, "acha justo que deixe os portões abertos quando saio, quando tenho o gado todo preso ali na vacaria, que se pode soltar e fugir?" Eles deram-nos razão, mas o senhorio insistia que queria uma chance para quando quisesse dar uma volta à terra, quando ele até tinha por onde passar sem ser pelo meu terreiro.

No dia 12 de Agosto apresentaram-se as Forças Armadas novamente. Ele disse que foi por causa de uma água, mas aquilo foi tudo uma tralfulhice.

A 17 de Dezembro o senhorio entrou pelo meu terreiro dentro, que queria fazer a poda. Tinha colhido as uvas em Setembro, verdes ainda, porque nessa altura saiu o decreto-lei 201, que dizia que o rendeiro tinha direito ao vinho; e ele, com medo que a gente as colhesse, colheu-as verdes. Como viu o meu homem a fazer a poda, que nós sabíamos que estávamos dentro da lei -- estávamos em contacto com o

MARN --, resolveu contratar uns homens da laia dele, uns enxovalhados dos seus dezoito anos, que nunca tralhalharam, e entrar com uma escada pelo meu terreiro para ir à poda. Nessa altura nós dissemos das nossas razões e ele acabou por sair porta fora. O meu marido resolveu ir ao MARN para saber se havia algumas alterações à lei que estava. Como ele viu sair o meu homem de casa, chama outro bando de canalha e entraram lá para dentro dez pessoas, com paus, machados, facas, navalhas de ponta e mola, e eu ali sozinha e o terreiro é todo fechado. Eu lutei ali com eles todos. Ao senhorio deixei-o podar -- foi o trabalho que me tirou das costas -- mas aos outros não. O meu filho foi chamar a Guarda, mas eles mandaram dizer que as leis de antes do 25 de Abril ainda estavam válidas. Mas passada uma hora, a chama do senhorio, a Guarda apareceu. Ele foi-se queixar de que éramos nós que o estávamos a atacar. A Guarda mandou logo embora os guedelhudos, mas deu razão ao senhorio, dizendo que as leis de antes ainda vigoravam. Entretanto chegou o meu marido do MARN com indicações de deixarmos o senhorio fazer a poda se ele quisesse, mas que éramos nós a ter o direito ao vinho. E ele fez a poda; mal feita, mas fê-la.

A 19 de Dezembro chamou novamente alguns dos mesmos enxovalhados e arrombou-me uma porta que dava entrada para a minha eira. Eram uns trinta e tal guedelhudos. E ouvimos: "A porta arromba-se e matam-se todos". Conseguí sair e fui chamar a Guarda. Ao lado da casa do senhorio estava muita gente. Ele é que nos atacava e gritava por socorro, que éramos nós que lhe estávamos a fazer mal. A Guarda disse-me que não tinha ninguém para lá mandar, mas que esperasse. Enquanto esperava a senhoria chamou a Guarda por três vezes, e dizia "A minha caseira está a matar a minha menina de treze anos". Consegui depois levar a guarda. Ninguém tinha entrado na minha eira. A coisa esclareceu-se, mas a senhoria ainda fez uma queixa à Judiciária.

Conflitos como este foram vários. Tivemos mais provocações do senhorio no mês de Dezembro, com ameaças de alguns guedelhudos com catanas e navalhas de ponta e mola, etc... Noutra

vez tivemos uma provocação do senhorio, quando resolvemos mudar a porta que fora arrombada, com chamamento da Guarda.

Combate: Quando tinham esses problemas os vizinhos acudiam pelo lado do senhorio?

- Acudiam pelo nosso lado, que éramos quem tinha razão. Desde que ali estou, há três anos, já tive vinte queixas em tribunal: treze julgadas, mas ganhei-as, e as outras hão-de ir pelo mesmo caminho.

- O meu caso foi este: de princípio, quando se começou a usar o contrato de arrendamento pela nova lei, a dinheiro e não a milho, o meu homem ajeitou duas testemunhas e o dinheiro, e foi levar a renda ao senhorio. O senhorio não queria o dinheiro, mas milho. Nós resolvemos depositar esse dinheiro da renda no Porto. Entretanto, ouvi um apelo para os rendeiros irem ao MARN para se esclarecerem. Eu fui lá e expus o meu caso, e o senhor doutor disse-me que devia escrever uma carta com aviso de recepção para o senhorio, para ele fazer o contrato de arrendamento. Eu já lhe escrevi duas, mas ele ainda não respondeu a nenhuma.

O meu homem deitou sulfato na vinha e logo à segunda vez veio o senhorio botar o sulfato. No dia 11 de Setembro vindimamos uma parte da vinha, a que estava madura -- sabíamos então que tínhamos direito ao vinho --, e mais do que essa vinha o lagar não levava. No dia 12, às 7,30 da manhã, o senhorio apareceu com o tractor e a espingarda sobre o regaço e ameaçou o meu marido: "Ou deixas colher o vinho, ou mato-te". Ele teimou sempre com o tractor a caminho da ramada com mais cinco pessoas. Eu fui chamar a Guarda. Telefonei e não consegui nada. Fui depois de taxi para Leça da Palmeira, onde me perguntaram se havia mortos. Aí também não consegui nada. Fui depois ao Quartel General, mas a secção estava fechada, só na segunda-feira abria. Fui-me embora e por volta das três da tarde apareceu lá um jeep com cinco guardas, que até pensava que tinham sido chamados pelo senhorio, porque mais ou menos por essa altura tinham-lhe furado o tractor.

Mas não -- era para nós. A Guarda deu-nos razão e disse que tínhamos direito ao vinho, que, se o quiséssemos, cávamos com ele, se não o senhorio pagava-o e pagava depois. Nós não quisemos porque a vinha ainda estava verde, e tudo amassado. O meu problema foi este, nada mais.

- Os senhorios da Maia têm-se julgado um bocedo fortes. Há algum tempo tivemos lá dois casos de rendeiros que constantemente eram atacados por umas 10 ou 60 pessoas. Inclusivamente cinco pessoas até agrediram a mulher de um deles, que até tem umas costuras fortes dessa coça. Essa questão está na Judiciária. Isto tudo é derivado do senhorio. Esta fazia umas reuniões com várias pessoas das redondezas e isto dava-se todos os quinze dias, quando eles iam fazer a sulfatagem. Nestas duas últimas semanas isto não aconteceu porque os caseiros já estavam mais activos e prevenidos até para nas próximas semanas enfrentarem as pessoas que os querem agredir. Todo o Norte de Portugal está a ser muito atingido com casos destes, como acontece em Maia, Gondomar, Lousada, Penafiel. Até nós, o MARN, em certas exposições e esclarecimentos que queremos fazer sobre a lei, também já temos sido atingidos.

Combate: Como é que vocês, os rendeiros que aqui estão, tiveram conhecimento do MARN?

- Eu tive conhecimento do MARN por ouvir. Andava já esta coisa do arrandamento rural e ouvi falar numa organização que era na Rua das Flores. Eu andava já no advogado e dirigi-me ao MARN.

Combate: Antes desta lei do arrendamento rural, qual era a situação?

- Os senhorios nunca nos passavam arrendamento nenhum. Era por palavra. Mas depois, em qualquer altura, passava-lhes outra coisa pela cabeça e es-corráçavam-nos da porta fora. Por vezes até nos faziam penhora. Roubavam-nos tudo o que a gente tinha dentro das portas.

- Antes do 25 de Abril os contratos eram feitos verbalmente. O senhorio propunha a meias, ou a terças... Agora há um contrato que é celebrado escrito pela tabela que ainda vigora; não sei o que trará a lei que está a ser discutida. O caseiro e o senhorio podem chegar a um acordo e pode ficar uma parte em dinheiro e o resto em vinho, por exemplo, ou qualquer outra forma que acordarem. Se o caseiro achar melhor pode, no fim, pagar só em dinheiro. Pois há anos em que o vinho é muito pouco, e os caseiros podem não garantir que fossem sempre pagar em vinho a quantia acordada, e podem preferir pagar em dinheiro.

Combate: E o que é isso da parceria agrícola?

- É toda aquela agricultura que está a fazer um terreno a meias ou a terças: dando duas partes ao senhorio e ficando o caseiro só com uma, ou dando metade daquilo que colheu ao senhorio e ficando o caseiro com a outra metade dos produtos. Mas há algumas meias fossem vistas de uma certa maneira, ainda estava certo; mas essas meias são muito grandes... ou que o caseiro tem que dar tudo do seu trabalho, todo o produto, e no fim levá-lo ainda a casa do senhorio e pô-lo no sítio onde lhe interessa.

Combate: Se chegarem ao fim do ano e não tiverem produtos suficientes para satisfazerem o acordo com o senhorio, como resolvem o problema?

- Quando não temos os produtos ou dinheiro, temos que ir pedir aos amigos para pagar ao senhorio.

- A lei 201/75 previa que, quando houvesse essas falhas, o senhorio fazia um acordo com o caseiro. Vamos lá a ver se esta nova lei traz as mesmas características, pois isso beneficia muito os rendeiros. Todos nós sabemos que há anos em que a agricultura anda bem para o caseiro sobreviver, quanto mais para o senhorio!

Combate: Como é que vocês se defendem? Movem uma acção judicial em

tra o senhorio, ou reuniam vários rendeiros nessa zona e travavam uma luta?

- Nem movíamos nada. Nós andávamos logo pela porta fora, que a nossa solução era essa. Agora, como temos o MARN a apoiar-nos, o MARN sempre nos dá força para lutarmos um bocado. Se não a gente andava sempre com o saco na rua, que é uma tristeza.

Reivindicações dos rendeiros

Combate: Quais os pontos que vocês mais reivindicam em relação à nova lei do arrendamento rural?

- Primeiro: "Não à parceria agrícola!", porque a maior parte dos rendeiros aqui no Norte, que têm uma média de 0,5 a 1 ha de terra, se não tiverem o apoio da lei e se continuarem debaixo do domínio do senhorio, não fazem gastos e deixam mesmo terrenos inculcos. Haverá mesmo mais gente a abalar de Portugal. Eles sabem que oito horas na fábrica custam tanto como quatro horas na lavoura.

- O que nós queremos é que seja cumprido o decreto-lei 201/75. Porque pagarmos o vinho a 28 tostoes não tem jeito nenhum, nem podemos. Assim o governo rebenta com os rendeiros. Nem há autorização para vender o vinho americano (vinho produzido de um tipo de uvas dito "americano"); se vendemos algum à socapa, não chega o vinho para pagar a multa... Este ano vai haver uma baixa de vinho muito grande em vistas do ano passado; gasta-se mais no sulfato porque está mais caro; a mão-de-obra é a mesma -- ao fim do ano é menos vinho. Como é que havemos de pagar ao senhorio mais dinheiro do que pagamos no ano passado? E ainda comprar os pesticidas, os adubos, as novas ferramentas?

Discussão da nova lei de arrendamento

Combate: Vocês, caseiros, reúnem-se às vezes, ou só se reúnem e discutem quando são as Ligas ou o MARN a promover as reuniões?

- A gente quando quer fazer uma reunião convoca os sócios todos e a direcção faz uma reunião com eles, para ver como se hão-de resolver os problemas.

- Em geral, é sempre o MARN ou as Ligas a convocarem para todos os escalamentos.

Combate: Há dias discutiu-se na Assembleia da República a nova lei do arrendamento rural. Vocês, agricultores do Norte, reuniram-se alguma vez para discutirem essa lei? Apresentaram alguma proposta ao Governo?

- Posso dizer, em nome do MARN, em nome da Liga do Porto e de outras Ligas de que tenho conhecimento, que se foi lá, expuseram-se aqueles novos projectos, mas as conclusões tiradas foram poucas ou nenhuma. Fui eu uma das pessoas que esteve lá, juntamente com quatro deputados (cerca de quatro horas menos dez minutos), e tirei a conclusão de que eles estavam com a sua vencida, e que a posição "só governar já estava tomada. Todos os meus colegas tiraram as mesmas conclusões.

Nós discutimos isso em dezenas de reuniões aqui no MARN, inclusivamente fizemos um último encontro no passado dia 17 de Julho, em que nós continuámos a manter a nossa posição; mandámos exposições à Assembleia da República e ao primeiro ministro, ao ministro da Agricultura, até ao presidente da República. Há já um ponto de que temos conhecimento geral: até aqui davam a possibilidade de o senhorio ter cinco anos a terra inculca e ao sexto ano cultivá-la, e agora haveria uma redução para três. Mas vai ser um dei

zar de terras incultas a não proibição da parceria agrícola, porque aquelas pessoas que tiverem menos de 2 há, segundo o que eu ouvi, parece que não serão obrigadas a fazer o contrato por escrito, a não ser que as duas partes estejam de acordo, e não haverá senhorio nenhum a propor um contrato escrito com o caseiro.

Combate: Se a nova lei não vos for favorável, o que é que vocês pensam fazer? Fazer face à aplicação dessa lei?

- A gente vai lutar enquanto puder. Os que tiverem mais possibilidades de lutar contra o senhorio, pois lutarão, mas pelo que temos direito; quando já não pudermos mais, pois então não podemos fazer mais nada do que abandonar, mesmo contra nossa vontade...

Combate: Até aqui lutaram recorrendo ao tribunal, porque têm tido a lei do vosso lado. No caso de a lei já não vos proteger como pensam lutar?

- São os senhorios que espetam conosco no tribunal, não somos nós que os levamos a eles, e nós vamos lutar enquanto pudermos.

Trabalho das mulheres

Combate: Que pensam vocês, homens do campo, do trabalho de casa feito pelas mulheres? Vocês ajudam-nas na cozinha e na casa como elas vos ajudam no campo?

- As nossas mulheres trabalham no campo, trabalham na cozinha, no tanque, olham pelos filhos e fazem-lhes as roupas... O homem, no que sabe, ajuda a mulher, mas na cozinha ajuda sempre pouco, porque o homem está habituado cá fora. A mulher é que tem as canseiras dessas partes.

- Eu fui obrigada a pôr um filho à cozinha, ou a fazer um ou outro trabalho, porque sozinha não posso. Eu faço todo o trabalho da terra e da ca

sa, qualquer que ele seja. Não tenho medo de nenhum trabalho. Na minha casa o meu marido não me ajuda.

- Em geral a mulher acompanha o homem, mas quando chega a ocasião de ir cozinhar, ou de ir tratar dos filhos, digo abertamente, a mulher é a única sacrificada.

Combate: Mas vocês acham que será sempre assim?

- Isso é o hábito acumulado ao longo de anos. Às vezes o homem lá vai buscar uns cântaros de água a uma fonte que fique mais distante, mas é raro, é mesmo muito raro. Geralmente o homem procura fazer outros trabalhos, porque não se aclima a ajudar a mulher na lide da casa. Porque, eu contra mim o digo, o homem também devia ajudar a mulher em certos pontos. Mas, antigamente, o homem nunca era chamado à cozinha. Hoje já as mães vão mentalizando os rapazes a fazerem isto ou aquilo com a irmã...

- Eu acho que o direito é por igual, mas nunca cá tão bem o homem trabalhar na cozinha como a mulher. Não compete tão bem ao homem trabalhar na cozinha. Não é tão bonito! Aqui, na nossa terra, se um homem trabalha em casa os outros chamam-lhe mariquinhas, e eles não querem.

Aspectos técnicos da produção e comercialização

Combate: Qual a porção de terra, em média, que os rendeiros aqui do Norte cultivam? E têm maquinaria?

- A maior parte é à volta de 1 a 2 hectares. Mas também há de 5, 6 e 6,5 hectares. Alguns têm maquinaria e outros não, depende da possibilidade de a comprar. Mas a maior parte é de 2 hectares para baixo.

Combate: Quanto a máquinas, há alguma estrutura já montada para ajudar os rendeiros? Alguma coisa que lhes permita o uso de máquinas?

- Nesse aspecto não há nada.

Combate: Qual o destino que dão aos produtos colhidos?

- São vendidos para os mercados, pa ra os intermediários -- que ainda exis tem muitos, o que é muito mau para nós. O caseiro não tem dinheiro sufi ciente para poder assegurar os produ tos em sua casa para depois vender a retalho, nem tem essa autorização. Se ele tivesse autorização para vender a sua colheita de vinho, de batata, o seu milho, etc., ele talvez pudesse vender à sua porta; e era justo, mais barato e beneficiava o consumidor.

Combate: Aqui no Norte há alguma experiência de venda directa ao público?

- Nós praticamente não temos nenha ma experiência de venda ao público. Agora estão a formar-se as cooperati vas de comercialização e, nessa altu ra, pode ser que tenhamos mais uma ideia. Neste momento não temos ideia nenhuma sobre esse assunto.

Que pensam das lutas no Alentejo?

Combate: O que pensam das lutas de senvolidas pelos trabalhadores alen tejanos?

- Quanto à lei da reforma agrária sei muito pouco, porque realmente não estou muito a par do que se passa na zona sul, embora já lá tenha ido a passeio. As conclusões que tirei do que vi é que o pessoal do Sul está realmente a trabalhar, e a trabalhar honestamente por uma reforma agra ria de que realmente nós necessitamos no nosso país. Acho injustíssima toda aquela repressão que a GNR tem implan tado sobre aqueles trabalhadores alen tejanos. Tenho a certeza de que o pes soal do Alentejo está a produzir, não sei fazer cálculos, mas talvez mais do dobro que antes.

Combate: Que seria para vocês uma reforma agrária justa?

- Não tenho conhecimentos suficien tes, mas acho que a outra lei já dá va terreno suficiente aos grandes agrários para eles produzirem. Mesmo esses ter renos, tenho a certeza de que os não vão produzir, e isso vai prejudicar mui to todo o Alentejo e deixar muitos ho mens parados.

Combate: Já tiveram reuniões de tra balho com camponeses do Alentejo?

- Reuniões de trabalho nunca tive mos, mas já lá estivemos no ano passa do e falámos com eles em diversas cooper tivas. Eles deram-nos ânimo e abriram -nos um bocadinho os olhos, porque aqui o povo do Norte é um bocadinho atrasado, e alguns infelizmente assim estão.

Ocupações e cooperativas no Norte

Combate: O MARN, do que se depreen de, é um movimento pacífico. É um in termediário na resolução de problemas entre rendeiros e senhores, interme diário junto da GNR, dos tribunais... No Norte há casos de trabalhadores a trabalhar terras ocupadas, como acon teceu no Sul?

- Não. Aqui no Norte não há essa coisa de ter pessoal a ocupar terrenos. Cá no Norte, o pessoal que está a tra balhá-los já os trabalhava antes do 25 de Abril. O que é, como veio a nova lei, o pessoal agarra-se à nova lei. Mas aqui no Norte não temos aquela coi sa de dizer que eles avançam para ocu par aqueles terrenos, a não ser os ter renos maninhos, ou seja, terrenos que eram do Estado e que estavam incultos, especialmente lá mais para o Norte; os serviços florestais estavam a tomar conta deles, mas não estavam a trabalhá -los em condições. Temos até conheci mento de uns serviços florestais que entregaram a uma cooperativa uns certos

terrenos e um certo número de animais, e posso-lhe garantir que essas pessoas, essas dez famílias que tomaram conta desses terrenos, têm produzido mais do dobro que antes, têm o dobro de cabeças de gado, até já venderam porque não podem ter mais cabeças, mas eles querem ter mais... vamos a ver se o Estado lhes dá essa possibilidade de se alargarem mais um bocado. Eles aumentaram os salários (de mil e tal escudos para três contos e tal), aumentaram a produção, fizeram uns certos investimentos em produtos. Tenho a certeza de que, se o Estado desse possibilidades para que o pessoal pudesse trabalhar abertamente, à vontade — e digo isto não só por mim, mas por milhares de camponeses — a economia nacional avançava e nós trabalhávamos com gosto, porque produzíamos para nós e para bem da nossa Nação.

Combate: Vocês acham possível formar cooperativas aqui no Norte, juntando terras e trabalhando-as em conjunto, com máquinas?

— Acho é que devíamos formar cooperativas para arrumarmos com os intermediários, que são eles que dão cabo de nós.

O que pensam os trabalhadores alentejanos acerca dos pequenos agricultores do Norte

Os trabalhadores da cooperativa de S. Manços dizem:

— Os pequenos rendeiros foram explorados toda a vida como os trabalhadores. Os capitalistas com a renda tiram-lhes todo o lucro. Mas o problema mais grave é que há verdadeiros capitalistas — médios rendeiros — que se metem atrás dos pequenos rendeiros e querem-se fazer passar por eles. Ao lado desses médios rendeiros não posso trabalhar de maneira nenhuma, e eles só querem unir-se com os capitalistas. O problema é que temos de dividir os pequenos rendeiros dos médios rendeiros.

Aqui não se podem juntar as terras umas às outras, porque isso daria muito prejuízo na baixa do vinho, porque aqui a maior riqueza que há é no vinho. Se se unissem as terras para as máquinas trabalharem as vinhas tinham de ir abaixo, e isso prejudicava a produção. Podia haver cooperativas para trabalhar com tractores, mas unindo-se o povo em vez de se unirem as terras.

— Eu acho que em muitos locais aqui no Norte podíamos, de facto, fazer uma ampliação. Temos vinhas em certos sítios que podiam ser transplantadas para outras zonas mais próprias. Vemos aqui em muitos sítios vinhas plantadas em terras que estavam boas para produzir outra coisa qualquer. E essas ramadas prejudicam muito qualquer cultura. Por causa da vinha fica por lavar uma grande porção (2 a 5 metros) que não podem ser lavrados pelo tractor. Claro que para as transplantações de vinhas tinham de se dar indemnizações e uma certa quantidade de vinho. Podiam-se fazer planícies que não estão a ser feitas, porque toda a gente tem a sua leirinha. Mas teria que haver umas leis para isso tudo.

— A aliança do Norte com o Sul depende de uma coisa muito simples: há uma organização que é a CRARA (*Comitês Revolucionários de Apoio à Reforma Agrária*), que funciona para defender os trabalhadores do Norte como os do Sul. O ano passado fui a prais de Mira para visitar uma cooperativa de pequenos e médios agricultores. Esta cooperativa tinha dificuldades com o intermediário da comercialização de palha que a vendia a noventa e a cem escudos. Nós, aqui desta cooperativa fomos lá de camioneta com trezentos e tantos fardos de palha, que vendemos a 65\$00. São estas formas de luta que temos de

travar contra a reacção e contra es-
ses parasitas, para pôr o povo do
Norte ao lado do povo do Sul. Há tam-
bém excursões que vêm para ver o Alentejo,
para ver como ele está. Ainda
há tempos veio cá uma da região do
Porto. Tem que vir muitas mais pes-
soas do Norte ver o Sul, e do Sul te-
mos de ir ver o Norte. Porque os tra-

balhadores do Norte não têm ainda o
salário como nós, estão a ser rouba-
dos e explorados. Temos de esclare-
cer essas pessoas de como a nossa lu-
ta avançou, e de como não podemos es-
tar à espera de ordens do governo.
Temos de ser nós a tomar as decisões
e as coisas têm de ser feitas pela
nossa cabeça.

Resumo da bibliografia

"Alguns dados referentes à Reforma Agrária no distrito de Évora", *Análise Social* nº 50, Abril-Junho de 1977

Álvaro BANDARRA, Nelly JAZRA, *A Estrutura agrária portuguesa transformada?*, Iniciativas Editoriais, Lisboa 1976

José Carvalho CARDOSO, *A Agricultura portuguesa*, Moraes editores, Lisboa 1973

Comité Portugais de l'Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture (FAO), *Rapport 1973-1974*

"2ª Conferência da Reforma Agrária. Os números respondem aos detractores da Reforma Agrária", *Alavanca*, Novembro de 1977

João Mendes ESPALDA, "Comentário ao relatório 'O Sector agrícola em Portugal. Caracterização e medidas de política'" em *The German Marshall Fund of the United States*, Fundação Calouste Gulbenkian, *Conferência internacional sobre economia portuguesa* (11 a 13 de Outubro de 1976), vol. I, Lisboa 1977

Fernando ESTÁCIO, Alvin EGBERT, "O Sector agrícola em Portugal. Caracterização e medidas de política" em *The German Marshall Fund* etc.

Vitor Matias FERREIRA, *Da Reconquista da terra à reforma agrária (as ocupações de terras no Alentejo)*, A Regra do Jogo, Lisboa 1977

Livro negro do MIP, Edições "Avante!", Lisboa 1977

Marcel MAZOYER, "Comentários ao relatório 'O Sector agrícola em Portugal. Caracterização e medidas de política'" em *The German Marshall Fund* etc.

José Gonçalo Corrêa de OLIVEIRA, entrevista ao *Diário de Lisboa*, 11 de Agosto de 1966

José Machado PAIS e outros, "Elementos para a história do fascismo nos campos: A 'Campanha do Trigo': 1928-38 (1)", *Análise Social* nº 46, 1976 2ª

Esta foi, em resumo, a principal bibliografia empregue na análise que a seguir vamos transcrever.

AGRICULTURA, ECONOMIA E REVOLUÇÃO — uma análise:

Plano da análise

Introdução

1. A agricultura antes da Reforma Agrária
 - 1.1. A insuficiência da produção agrícola relativamente ao aumento do consumo
 - 1.2. A estagnação da agricultura
 - 1.2.1. Aspectos estatísticos da estagnação da agricultura
 - 1.2.2. Aspectos sociais e políticos da estagnação da agricultura
 - 1.3. A diversificação social do mundo rural consoante as regiões
2. A Reforma Agrária e a agricultura
 - 2.1. A Reforma Agrária resultou de uma acção proletária directa
 - 2.2. A integração económica da Reforma Agrária no capitalismo
 - 2.2.1. Aspectos económicos da integração económica da Reforma Agrária no capitalismo
 - 2.2.2. Aspectos políticos da integração económica da Reforma Agrária no capitalismo
3. A Reforma Agrária e as novas relações sociais

Introdução

A luta pela sociedade comunista e a realização de formas embrionárias de relações comunistas não constituem um processo linear. A classe proletária desenvolve relações sociais comunitárias e igualitárias na sua luta contra o capitalismo, sempre que se trata de uma luta directa, em que todos decidem e pensam em comum os passos a dar. Essas novas relações sociais tendem naturalmente a desenvolver-se sob a forma de novas relações de produção. Nesse sentido os trabalhadores tomam conta da produção nas empresas em que lutam e procuram orientá-la consoante novos critérios, que vão evoluindo e desenvolvendo-se ao longo das fases históricas da luta do proletariado mundial. Mas, para que tais relações sociais se transformem efectivamente de relações de luta em novas relações sociais de produção é preciso que o organismo complexo e centralizado do capitalismo contemporâneo seja atacado no seu próprio coração, queremos dizer, é preciso que a luta se desenvolva mundialmente para atacar o mercado capitalista mundial. Se não, a concorrência capitalista mundial impõe a essas empresas, grupos de empresas, isoladas os critérios decorrentes do mercado capitalista, e a gestão deixa de se realizar segundo os novos critérios igualitários e volta a ser uma gestão de tipo capitalista. Até agora, como sabemos, a internacionalização dos processos revolucionários tem sido reduzida e, de qualquer modo, nunca foi suficientemente duradoura para pôr radicalmente em causa o mercado capitalista mundial. As lutas proletárias têm-se por isso apresentado com duas grandes facetas: por um lado, desenvolvendo nas formas da sua luta directa relações so-

ciais novas; por outro, relacionando-se sob o ponto de vista económico com o capitalismo dominante e, portanto, submetendo-se economicamente ao mercado capit^l lista mundial.

Sejam^os claros: de nada vale criticar uma luta operária por ela acabar por se inserir economicamente no capitalismo, como fazem geralmente os grupos elitistas críticos do movimento operário. A internacionalização da revolução não depende da vontade dos operários isoladamente considerados, e sim de condições objectivas complexas, da possibilidade de crises simultâneas do sistema capitalista altamente integrado, da necessidade de unificar os ritmos diferentes das lutas sociais nos vários países. E é claro que o proletariado não pode ficar de braços cruzados quando essa internacionalização não tem condições para se efectuar. Quando os operários em luta assumem a gestão da empresa em que laboram estão a desenvolver — e isso sempre acontecerá, inelutavelmente — as relações sociais novas criadas no processo de luta prática, alargando-as ao próprio processo de trabalho. É este o sentido inicial da tão debatida auto-gestão. Se o processo revolucionário não se internacionaliza e o mercado mundial impõe, mediante as leis da concorrência, o tipo capitalista de gestão, então essa auto-gestão degenera, num processo mais ou menos rápido, e volta a ser uma gestão capitalista, ou uma gestão capitalista feita por operários, em geral burocratizados e afastados já da massa dos seus antigos companheiros. É esta a dialéctica pela qual as novas relações sociais produzidas na luta prática e directa contra o capital se expandem e recuam. Não podemos, por isso, analisar este processo segundo critérios científicos, padrões dogmáticos de análise. Fazê-lo é condenarmo-nos a nada compreender dos processos reais de luta, e pregar no deserto. Mas é claro que em quanto houver quem prefira ter um bonito programa a compreender as lutas reais, esses pregadores no deserto sempre existirão.

Todas as lutas proletárias têm de ser estudadas no duplo aspecto que acabamos de enunciar. Estes dois aspectos articulam-se numa relação altamente instável, e o avanço ou o recuo do processo revolucionário consiste, afinal, no predomínio de uma destas formas sobre a outra. Assim, qualquer estudo da Reforma Agrária tem de encará-la sob dois pontos de vista: a maneira como o capitalismo domiⁿante se aproveitou ou não da reforma agrária, no aspecto económico, bem como o modo por que esta se inseriu economicamente no capitalismo; por outro lado, os aspectos em que a reforma agrária ultrapassou todos os limites da sociedade capitalista, pela constituição de relações sociais novas, comunitárias e igualitárias, que são, na sua forma embrionária, uma promessa do futuro. Analisaremos no ponto 2 o primeiro dos aspectos enunciados, e abordaremos em seguida, no ponto 3, o outro aspecto e a sua articulação com o primeiro.

Desde já, e para deixarmos esta questão absolutamente clara, fazemos notar que por *Reforma Agrária* entendemos sempre a luta que os assalariados rurais da zona de latifúndio lançaram espontaneamente, na sequência de reivindicações já muito antigas e de um processo de luta com tradições muito profundas. Por isso não iremos procurar a reforma agrária nos textos das leis, nem nas tentativas (conseguidas ou não) de controle por parte dos sindicatos ou de partidos. Esses aspectos não caracterizam a pujança da reforma agrária, e marcam sim os seus limites ou, pelo menos, aqueles limites que os vários sectores políticos das classes dominantes gostariam que existissem e se esforçam por impor. Não deixa de ser curioso notar que tanto os defensores do capitalismo de Estado (do tipo da URSS ou da China, ou do tipo da Albânia, a cuja sombra se acolhem hoje os maosistas orfãos), como certas correntes que se pretendem libertárias mas são na realidade, e bem profundamente, anti-proletárias, vão procurar a reforma agrária nos textos das leis ou nas manobras dos sindicatos, para enaltecê-la ou para criticá-la. O que há de comum entre estas posições, que partem de pontos aparentemente tão opostos, é o seu profundo elitismo: tanto umas como outras têm uma desconfiança absoluta nas capacidades do proletariado; só que os partidários do capitalismo de Estado pretendem acorren^tar os proletários aos senhores doutores tecno

cratas triunfantes, enquanto estes pseudo-libertários elitistas pretendem subotuir o movimento revolucionário do proletariado pela contestação difusa de mais estudantes, doutores frustrados.

1. A agricultura antes da Reforma Agrária

Foi a Reforma Agrária, e não o 25 de Abril, que marcou um corte efectivo no domínio da produção agrícola.

1.1. A insuficiência da produção agrícola relativamente ao aumento do consumo

A característica mais visível da agricultura portuguesa tem sido a tradicional incapacidade de a produção agrícola satisfazer o aumento do consumo interno. Esta diferença entre o acréscimo da procura interna de produtos agrícolas e a quase estagnação da produção agrícola nacional foi sendo resolvida pelo apelo às importações. Enquanto que o Produto Agrícola Bruto foi, na média dos três anos de 1959-1961, de 15.588,3 milhares de contos, foi nos anos de 1970-1972, em média, de 17.813 milhares de contos (para diminuir os erros provocados pela variação do valor da moeda, devida à inflação, todos estes valores estão calculados a preços de 1963); isto significa que entre estes dois períodos médios o Produto Agrícola Bruto aumentou de pouco mais de 14%, ou seja, de pouco mais de 1% anualmente. Vejamos agora a relação desta estagnação real da agricultura com o comércio externo de produtos agrícolas. Como não se dispõe de um cálculo dos valores importados a preços constantes (isto é, deflacionados), é preciso trabalhar agora com preços correntes, portanto com aumentos exagerados pela inflação, sem correspondência nos produtos reais; como se trata, porém, de uma comparação entre exportações e importações este facto não tem grande importância. Entre os anos de 1955 e 1974 o Produto Agrícola Bruto aumentou cerca de três vezes (a preços correntes, repetimos), sendo mais ou menos idêntico o acréscimo das exportações de produtos agrícolas; enquanto que as importações de produtos agrícolas cresceram nove vezes, isto é, subiram três vezes mais depressa do que o Produto Agrícola Bruto. Em termos absolutos isto significa que, em 1973, Portugal importava maior valor de produtos agrícolas do que os exportados (importações: 16.791 milhares de contos; exportações: 10.387 milhares de contos). A estagnação da produção agrícola teve como consequência o aumento das importações de produtos agrícolas, que não pôde ser coberta pelo aumento das exportações. A incapacidade da agricultura portuguesa foi, assim, um factor importante para o desequilíbrio da balança comercial, contribuindo portanto para a origem de um dos graves problemas da economia capitalista portuguesa actual.

Destes traços muito gerais a situação que se percebe pode ser definida por uma palavra: estagnação.

1.2. A estagnação da agricultura

Comecemos por dar uma ideia estatística mais detalhada dessa estagnação. Veremos depois o seu significado social.

1.2.1. Aspectos estatísticos da estagnação da agricultura

A estagnação da produção agrícola torna-se particularmente eloquente se a compararmos com o ritmo de crescimento do conjunto da economia portuguesa, e em particular com o do sector industrial. O Produto Agrícola Bruto (a preços constantes de 1963) cresceu à taxa anual de 0,8% entre 1957 e 1971, enquanto que o

Produto Não-Agrícola Bruto aumentou, no mesmo período, a taxa de 11,2% anualmente. É evidente que, no capitalismo industrial, a produção agrícola desenvolve-se sempre mais lentamente do que o resto da economia, mas a gravidade da situação portuguesa provém do facto de, em primeiro lugar, não se tratar de um crescimento agrícola mais lento, e sim de uma verdadeira estagnação e, em segundo lugar, do facto de essa estagnação se processar sobre a base de uma agricultura que era já extremamente atrasada. Isto só iria agravar as contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo português. Temos uma ideia sugestiva da gravidade deste desfasamento se repararmos que a taxa média anual de crescimento da produção industrial durante o período de 1960-1972 foi de 9%, o que é exactamente igual ao aumento verificado na produção agrícola total no período compreendido entre o triénio de 1961-1963 e o de 1952-1954; ou seja, a produção industrial cresceu anualmente o que a produção agrícola crescia numa década.

Tanto mais grave aparece esta situação quanto vemos que, internacionalmente, os países europeus de agricultura mais atrasada, como a Grécia, a Turquia e a Espanha desenvolviam a sua agricultura a uma média 6 a 3,5 vezes superior à portuguesa.

As indicações globais fornecidas pelos valores da produção agrícola bruta ocultam ainda desfasamentos internos importantes: enquanto que a produção florestal cresceu em valores sensivelmente idênticos aos do crescimento do produto agrícola bruto (15% entre 1959-1961 e 1970-1972), os produtos vegetais tiveram um crescimento bastante superior (23%) e a produção animal teve um crescimento quase nulo (0,9%). É, pois, neste sector que o desfasamento da oferta relativamente à procura interna foi mais agudo. Por isso, durante a década de sessenta o preço dos produtos animais aumentou bastante mais do que o dos produtos vegetais. Porém, se alargarmos o leque da análise ao período de 1953-1973, já o crescimento dos produtos vegetais é bastante inferior ao acima indicado, o que mais ainda acentua o carácter estagnante da agricultura, reproduzindo ao longo dos anos fortes oscilações e incapaz de aumentar decisivamente o ritmo da sua produção com o andar do tempo. A estagnação foi também notória sob o ponto de vista da decomposição do Produto Agrícola Bruto nas suas várias componentes. Ao longo dos quarenta anos que foram da década de 30 até à década actual, ou seja, ao longo de todo o período salazarista, não houve alterações radicais quanto às partes relativas ocupadas por cada um dos sectores da produção agrícola na produção total. Este perfil praticamente inalterado da composição da produção agrícola revela uma estrutura de produção estagnante e incapaz de corresponder aos novos tipos de procura determinados pela industrialização que, entretanto, se acelerava. As variações nesse perfil devem-se, em parte, às oscilações na produção (caso dos cereais, por exemplo); em parte, também, ao incremento de certas culturas industriais, cuja procura se acresceu com a industrialização (caso das resinas e cascas tanantes), mas os valores absolutos são muito baixos e tiram ao acréscimo relativo uma parte considerável da importância que poderia ter tido; finalmente, parte dessas variações, especialmente no que se deve à diminuição da produção de azeite e azeitonas (1963-1972/1953-1962: menos 23%) resultou da substituição de olivais por árvores de fruta (frutas, no mesmo período: mais 35,4%), em virtude da maior rendibilidade por hectare da produção frutícola e da menor mão-de-obra, relativamente às oliveiras, exigida pelas árvores de fruto.

A estagnação da produção agrícola bruta implica, evidentemente, uma baixa produtividade; quer isto dizer que a relação entre o valor do produto e o número dos trabalhadores agrícolas era muito baixa, tal como a relação entre a superfície cultivada e o número de trabalhadores. No início da década actual a população activa agrícola, que representava pouco mais de 30% da população activa total, produzia um produto agrícola bruto que representava menos de 15% do produto nacional bruto; mais de dez anos antes, em 1957, a população activa agrícola, que correspondia a 42% da população activa total, produzia 25% do produto nacional bruto; isto mostra um progresso lentíssimo da produtividade na agricultura. Entre 1960 e 1972 a taxa de Valor Acrescentado Bruto no sector

agrícola não ultrapassou 1,2% por ano; daqui resultou uma diminuição de 25% para 13% da participação da agricultura no total do Produto Interno no período considerado. Assim, a contribuição da agricultura para o acréscimo total da produtividade da mão-de-obra não só foi muito reduzida, como diminuiu ao longo do tempo (18% em 1957-1962, 11% em 1962-1967). Ora, se a produtividade é uma relação entre o produtor e o produzido, o elemento central dessa relação são os meios de produção. Começamos a aproximar-nos das razões que levaram a esta estagnação, tanto em números absolutos como relativos, da produção agrícola portuguesa, se incidirmos a nossa atenção na maquinaria agrícola e nos fertilizantes.

Segundo um inquérito de 1968, cerca de 20% do número total de explorações não utilizava nem adubos nem correctivos calcários ou estrumes. Sendo dado que a acidez do solo deveria ser compensada com correctivos calcários em mais de metade da superfície cultivável do continente, é eloquente que, a crer no referido inquérito, menos de 2% das explorações de menos de vinte hectares, e menos de 4,5% das de mais de vinte hectares usassem correctivos calcários. Esta situação manteve-se, pois o consumo de fertilizantes não aumentou significativamente desde 1968 até 1974. Sob este aspecto, a posição internacional da agricultura portuguesa ficava ilustrada comparando os 16 kg de adubos azotados gastos por hectare, em média, em 1963-1964, com os 125,8 kg da Holanda, os 52,9 kg da Alemanha ou os 22,8 kg da França; o mesmo para os 10 kg/ha de adubos fosfatados, comparados com 70,1 kg na Bélgica, 54,1 kg na Holanda e na Alemanha; a diferença é maior ainda quanto aos adubos potássicos, pois enquanto em Portugal se consumiam 4 kg/ha, esse número subia a 110,7 na Bélgica ou 52,4 no Luxemburgo.

Quanto à maquinaria empregue na agricultura, se o número de tractores cresceu de 590% entre 1956 (5.000 tractores) e 1972 (34.475), o seu crescimento na década de sessenta foi relativamente constante, sem um corte que correspondesse a uma verdadeira arrancada. Note-se ainda que na Europa ocidental o número de tractores agrícolas cresceu, entre 1950 e 1970, de 500%, o que mostra que a taxa de crescimento portuguesa não de destacou significativamente da dos restantes países europeus. Ora, o fraco número de que se partiu levou a que esse aumento relativo não tivesse, em valores absolutos, um significado de monta: segundo o inquérito de 1968, só 1,8% das explorações agrícolas possuíam tractores de dois eixos, crescendo-se só 13,9% que recorriam ao uso desses tractores sem deles serem proprietários. Uma situação de tipo semelhante passava-se com a restante maquinaria: segundo o referido inquérito, só 14,1% das explorações agrícolas recorriam ao uso de charruas de tracção mecânica sem delas terem a propriedade, às quais se juntavam 1,5% sendo delas proprietárias. Só 28,2% das explorações agrícolas utilizavam debulhadoras mecânicas não pertencentes ao produtor, e, nas mesmas condições, só 7,2% empregavam motores (de combustão interna: 5,9%; eléctricos: 1,3%), aos quais se acrescentam só 19,9% das explorações que empregavam motores em próprio (de combustão interna: 14,4%; eléctricos: 5,5%). Em resumo, não só o volume de maquinaria, relativamente ao número de explorações, era reduzidíssimo, como ainda era muito reduzido o número de produtores não proprietários de máquinas que a elas podiam recorrer. Podemos ter uma ideia da posição internacional que Portugal ocupava neste domínio se soubermos que o número de tractores por 100 ha de superfície arável era, em Portugal, de 0,7, sendo de mais de 16 na República Federal Alemã, de mais de 7 na França, e até de quase 2 na Grécia e de mais de 1 em Espanha. A grande emigração do princípio dos anos sessenta, motivando uma alta dos salários, acrescida ainda pela mobilização militar para as guerras coloniais, constituiu sem dúvida o incentivo principal desta mecanização restrita, a qual, portanto, nem sequer se ficou a dever principalmente a um desenvolvimento capitalista intrínseco da agricultura portuguesa.

Esta deficientíssima utilização de máquinas e adubos químicos permite-nos pôr o dedo na ferida: a estagnação do sector agrícola em Portugal deveu-se principalmente ao carácter retrógrado dos proprietários da terra. Contrariamente aos capitalistas industriais, que desenvolveram os seus sectores de produção na

busca de um lucro máximo, os proprietários da terra satisfizeram-se com formas arcaicas de exploração e preferiram manter os seus rendimentos estagnantes. Por quê?

1.2.2. Aspectos sociais e políticos da estagnação da agricultura

Porque é que os agricultores portugueses não desenvolveram as suas explorações num ritmo verdadeiramente capitalista? Numa resposta simplista, diríamos que os que poderiam porque não quiseram, e os que teriam querido porque nunca puderam. Mas o principal não é descrever um comportamento, e sim explicá-lo.

A repartição da propriedade fundiária em Portugal teve como consequência a criação de um grande número de explorações agrícolas de pequeníssima superfície e de um pequeno número de grandes latifúndios que ocupavam a maior parte da superfície cultivável. Entre estes dois grandes tipos de exploração a média propriedade conheceu um desenvolvimento relativamente reduzido, não se criando assim uma verdadeira classe de capitalistas rurais. Em termos muito gerais, a 96% do número das explorações correspondia somente 1/3 da superfície total, enquanto 3% dominavam quase 2/3 dessa superfície. Mas terá sem dúvida interesse transcrever um quadro mais completo da repartição das explorações consoante a superfície:

| classes de área | superfície (ha) | % da superfície total |
|-----------------|-----------------|-----------------------|
| 4 ha | 748.977 | 14,9 |
| 4-20 ha | 1.187.426 | 23,6 |
| 20-50 ha | 540.238 | 10,8 |
| 50-100 ha | 297.826 | 5,9 |
| > 100 ha | 2.247.946 | 44,8 |
| | 1.936.403 | 39,5 |
| | 828.064 | 16,7 |

Nos dois extremos temos que pouco menos de 40% da superfície agrícola útil era ocupada por explorações de menos de 20 hectares, enquanto que 45% era ocupada por explorações de mais de 100 hectares. A polarização acentua-se ainda mais quando sabemos que as explorações com mais de mil hectares detinham quase metade da superfície ocupada pelas explorações acima de cem hectares. Por outro lado, podemos ver até que ponto as explorações de menos de 20 hectares estavam afastadas de uma produção capitalista ao repararmos que 89% da superfície ocupada pelas explorações de 0,05 a 0,5 ha (correspondente a 90% do número dessas explorações) destinavam a sua produção ao auto-consumo, e idêntico destino seguia a produção de 57% da superfície ocupada por explorações entre 0,5 e 20 ha (correspondente a 67% do número dessas explorações). Este predomínio do auto-consumo em explorações que ocupavam quase 40% da superfície agrícola total mostra melhor ainda o papel absolutamente dominante representado pelas grandes e muito grandes explorações na comercialização dos produtos agrícolas, e a situação de sufocamento da propriedade média.

Para além de razões históricas ancestrais que estão na origem deste tipo de dimensionação das explorações agrícolas em Portugal, um conjunto de factores mais recentes serviu para perpetuar e manter tal situação:

Desenvolvendo-se com grande atraso relativamente ao mundo capitalista tradicional, o capitalismo industrial português precisou de reunir um certo número de condições óptimas que lhe facilitassem uma acumulação rápida de capital e que acelerassem a constituição em Portugal de grandes grupos monopolistas. O Estado representou um papel decisivo nesse processo, e o salazarismo cumpriu aí a sua função histórica. O arranque industrial, num país que partia de uma situação de atraso tão grande como era a de Portugal nas primeiras décadas deste século, e gozando por isso de uma fraquíssima competitividade no mercado mundial, exigia,

para se realizar, a constituição de grandes lucros; ora, dada essa baixa competitividade, tais lucros avultados só podiam resultar do processo de exploração interno do proletariado português (além da ultra-exploração dos trabalhadores das colónias), isto é, de baixos salários; acrescia ainda a função das colónias enquanto fonte de matérias-primas a baixo preço e mercado de produtos de qualidade insuficiente para poderem concorrer no mercado internacional (*). Uma política geral de baixos salários exige ao mesmo tempo condições políticas e económicas. As condições políticas são bem conhecidas: destruição dos sindicatos e ilegalização das greves, perseguição aos activistas proletários e aos partidos políticos, particularmente os de base operária, em suma, repressão geral. Mas a repressão, se podia fazer os salários baixarem, era incapaz por si só de os manter nesse nível baixo; para tal era necessário que os bens de consumo básico fossem mantidos a baixo preço. Dado o consumo muito restrito do proletariado português, isso significava essencialmente uma política de baixos preços agrícolas.

Deste modo, porém, a classe dominante corria o risco muito grave de ver estalar um conflito entre os industriais, cujos lucros aumentavam, e os agricultores, que permaneciam com os lucros estagnantes. Tal conflito comprometeria a estabilidade estadual necessária para a arrancada industrial e a repressão, e o salazarismo evitou-o a todo o custo. Pretendeu-se compensar a fixação dos preços agrícolas com os subsídios concedidos aos produtores, mas é claro que, se desse modo se permitia uma certa estabilidade dos rendimentos, nomeadamente por parte dos latifundiários, tornava-se impossível que a produção agrícola procedesse a uma arrancada e a uma modernização. Em suma, as condições de fraqueza congénita do capitalismo português tiveram como efeito que a arrancada do capitalismo industrial não correspondesse a modernização das explorações agrícolas, agravando-se esse desfazamento num ritmo sempre crescente, como vimos já no início da análise, quando comparámos os ritmos dos crescimentos industrial e agrícola.

Em sistema capitalista, para que a produção se desenvolva face à concorrência circunstante é necessário que os lucros se acumulem num ritmo tal que permita a expansão acelerada do aparelho produtivo. Ora, para tal, não basta que os salários sejam baixos — e a longo prazo nem sequer convém que eles se mantenham baixos. Vejamos porquê: não basta que os salários se mantenham baixos porque, se os preços dos produtos forem muito baixos também, e assim se mantiverem, os lucros permanecerão estagnantes; e se os salários forem mantidos no mesmo baixo nível durante muito tempo, o mercado interno não poderá desenvolver-se, o que tem como consequência impedir que o crescimento industrial se sustenha. Em Portugal, era a agricultura que mais sofria com estas contradições, já que produzia fundamentalmente para o mercado interno. Os subsídios que o Estado fornecia aos preços ao produtor, bem como o crédito, mantinham os rendimentos agrícolas, mas eram incapazes de se converter em instrumentos financeiros de uma arrancada capitalista da agricultura. Pelo contrário, os capitais abandonavam o sector agrícola, onde se dava um verdadeiro desinvestimento. Daí a estrutura de exploração que há pouco esquematizámos: o predomínio da propriedade grande e muito grande, com capacidade para aguentar essa descapitalização, mantendo uma produ-

(*) Para rapidez da exposição abstraímos aqui da situação mundial da época. A arrancada da grande indústria moderna em Portugal, efectivando-se com o salazarismo, correspondeu, nos seus primeiros tempos, à reacção mundial à gravíssima crise de 1929. Essa reacção determinou, no período de 1929 até à segunda guerra mundial, um desenvolvimento da autarquia económica ao nível de cada país e levou as metrópoles imperialistas a estreitarem os laços com as suas colónias, tendendo a constituir blocos relativamente isolados uns dos outros, sob o ponto de vista económico. Tal situação internacional favoreceu o tipo de acumulação interna e de barreiras alfandegárias proteccionistas que o salazarismo pôs em prática.

çã) de tipo estagnante e rendimentos estáveis (em números absolutos); a falta do incentivo económico do lucro para a constituição de uma verdadeira propriedade de capitalista média; a abundância de uma pequena e pequeníssima exploração, cuja produção, à margem do mercado capitalista, se destinava ao auto-consumo, combatendo assim, tantas vezes, os baixos salários.

O próprio mecanismo económico descrito, pela estagnação dos lucros na agricultura, afastava dos investimentos agrícolas o capital industrial. Mas o regime salazarista promoveu ainda, consciente e deliberadamente, esse afastamento, deixando aos latifundiários, como costada, a exploração agrícola. O salazarismo procurou assim manter um equilíbrio de forças que assegurasse a paz no interior da classe dominante. Juntamente com o subsídio dos preços à produção, esta conduta política completava o leque de medidas destinadas a garantir o equilíbrio no interior do aparelho de Estado. Aos latifundiários era tradicionalmente deixado o controle de certos ministérios (desses, o do Interior era o mais importante); os investimentos do capital industrial e financeiro na agricultura do continente eram vetados e canalizados para as colónias, onde desenvolviam grandes explorações agrícolas (a CUF com as oleaginosas, o Banco Nacional Ultramarino com algodão, açúcar, café e outras produções ainda, o Banco Português do Atlântico com o algodão também, o grupo Champalimaud com o açúcar e o café, o Banco FONSECAS e Burnay). Por seu turno, os latifundiários viram-se também cortados dos investimentos na indústria, além do mais pela falta de capital. O Banco da Agricultura, que representava os interesses dos latifundiários, participava somente, fora do sector agrícola, na imobiliária (e por aí, depois, no turismo), muito reduzidamente na indústria alimentar e, mais recentemente, na publicidade (*).

É claro que esta situação de estagnação, este desinvestimento agrícola e esta desincentivação do médio capitalismo rural produziu efeitos diversos consoante as categorias de exploração, como nos podemos aperceber por uma rápida análise do crédito. O primeiro aspecto flagrante é o de que o crédito se dirigia predominantemente para as grandes e muito grandes explorações; das explorações compreendidas entre 100 e 200 hectares, praticamente 50% recorreram ao crédito no período de 1963-1968 e, nas de mais de 200 hectares, esse número eleva-se a 76,4%. Pelo contrário, nas explorações entre 0,05 e 1 hectare só 16,5% recorreram ao crédito, mantendo-se esse número igualmente baixo nas explorações compreendidas entre 1 e 4 hectares (23,5%) e entre 4 e 20 hectares (26,3%). Este número também não era elevado na camada das explorações médias: entre 20 e 50 hectares 31,3% das explorações recorreram ao crédito, e 35,9% das explorações compreendidas entre 50 e 100 hectares. Na situação de estagnação e de desinvestimento já caracterizada, o crédito era pois, muito claramente, um dos elementos com que os grandes e muito grandes proprietários mantinham os seus rendimentos pessoais; aliás, repetidas vezes ministros do salazarismo, em discursos oficiais, exprimiram a sua preocupação pelo facto de tais créditos visarem despesas improdutivas e não o aumento da produção.

Será importante também analisar o problema do crédito, não já sob o ponto de vista exclusivo de quem o pede, mas ainda de quem o fornece. O empréstimo de tipo usurário, concedido por particulares ou pelos próprios fornecedores — co

(*) Esta separação, tradicionalmente mantida e estimulada, entre os latifundiários e os capitalistas industriais, teria após o 25 de Abril um efeito pitorresco: a movimentação do proletariado rural que desencadeou a reforma agrária, com ocupações de terras verificadas já antes do 11 de Março, como veremos mais adiante, não suscitou protestos por parte dos capitalistas industriais e financeiros, que não sentiram os seus interesses directamente atacados.

merciantes que mantêm assim uma posição de controle sobre o explorante agrícola — ocupava uma posição relativa bastante elevada, o que mostra a estrutura arcaica e parasitária da agricultura portuguesa, mas relativamente constante entre as várias categorias de explorações: em cada uma das categorias indicadas, de 14,5% a pouco mais de 19% das explorações recorriam ao crédito de particular e fornecedores, sendo em todas as categorias a parte do fornecedor mais importante do que a dos mutuantes particulares. Se isto nos esclarece quanto à situação geral de atraso no sistema de crédito no mundo rural, daqui em diante as restantes rubricas elucidam-nos quanto à diversificação nas relações entre os mutuantes e os mutuários. Efectivamente, enquanto que só 0,6% das explorações compreendidas entre 0,05 e 1 hectare recorriam, no período indicado, ao crédito por parte das entidades bancárias particulares, esse número ascendia a quase 21% nas explorações de área superior a 200 hectares (1 a 4 ha: 1,4%; 4-20 ha: 2,5%; 20-50 ha: 4,7%; 50-100 ha: 7,4%; 100-200 ha: 11,2%); até aqui, porém, na da é de espantar, pois a banca comercial fornece créditos mediante garantias e é natural, por isso, que o número de explorantes que recorriam à banca aumentasse se consoante as dimensões da sua exploração. Muito mais importante é repararmos que os organismos de crédito estaduais e de crédito agrícola mútuo ostentavam um comportamento exactamente idêntico ao da banca privada, ou melhor, ainda mais acentuado. Se juntarmos numa mesma rubrica os organismos de layoura, as cooperativas de crédito agrícola mútuo, e as instituições de crédito públicas e estaduais, temos que, sempre no período considerado, enquanto que só menos de 1,3% das explorações compreendidas entre 0,05 e 1 hectare recorriam àquelas fontes de crédito, esse número elevava-se a mais de 37% entre as explorações de área superior a 200 hectares (1-4 ha: 3,1%; 4-20 ha: 5,1%; 20-50 ha: 10,4%; 50-100 ha: 13,7%; 100-200 ha: 21,6%). Em suma: as instituições ditas cooperativas, as públicas e as estaduais serviam sobretudo para garantir aos grandes e muito grandes proprietários rurais uma estabilidade de rendimentos numa situação de baixos preços tabelados dos produtos agrícolas de consumo básico.

O crédito nunca conseguiu, pois, ser um factor de desenvolvimento capitalista da agricultura e contribuiu, pelo contrário, para manter sem modificações a camada social mais responsável por essa estagnação da produção agrícola. É assim, por exemplo, que enquanto no período de 1930-1940, que abrangeu a maior parte da "Campanha do Trigo", de um total de 1.130.462 contos de dívidas hipotecárias sobre prédios rústicos, foram anuladas hipotecas no valor de 912.018 contos, ou seja, 80,7%, no período de 1954-1959, de um total de 2.042.373 contos dessas dívidas, só 46,4% (949.185 contos) foram anuladas e, no período de 1969-1973, de um total de 27.957.102 contos de dívidas hipotecárias sobre prédios rústicos, só conseguiram anular-se 18,5% (5.137.476 contos). Ficamos assim com uma ideia do endividamento crescente dos pequenos proprietários, levados à falência, enquanto o crédito mantinha os rendimentos parasitários dos grandes proprietários, numa situação de estagnação da produção agrícola.

Porém, e como dissemos desde o início, esta situação de estagnação da agricultura, condição do crescimento industrial acelerado, não poderia ser sempre mantida sem comprometer irremediavelmente o próprio desenvolvimento da indústria. A contradição entre o sector agrícola e o industrial agravou-se ao longo da década de sessenta e tornou-se patente durante o período de vigência do marcelismo. Por um lado, o surto de emigração dos anos sessenta, fazendo rarear a mão-de-obra, obrigou a um aumento dos salários, nomeadamente dos rurais, tendência que foi ainda acentuada pela mobilização militar para a guerra nas colónias. Por outro lado, o próprio desenvolvimento industrial fez com que as indústrias começassem a implantar-se fora das áreas já consagradas, constituindo assim polos de atracção da mão-de-obra rural, com os consequentes efeitos de alta sobre os salários agrícolas. Por outro lado ainda, a indústria em expansão precisava de aumentar o mercado interno, e exigia para isso uma agricultura de tipo capitalista e não estagnante. Finalmente, o grande surto inflacionista, para o qual, além dos factores internacionais determinantes, não foi estranha a própria es

tagnação da produção agrícola face ao incremento acentuado da procura, comprometeu gravemente o equilíbrio tradicional entre latifundiários e industriais no seio da classe dominante. Estas contradições haviam chegado a uma situação quase explosiva durante o marcelismo, e ainda aqui o 25 de Abril veio resolver ao capitalismo português problemas prementes.

1.3. A diversificação social do mundo rural consoante as regiões

Até agora analisámos o sector agrícola como se ele constituísse um todo homogéneo, sem diversificações regionais. Todos sabem, porém, que a repartição da propriedade e a dimensionação das explorações são muito diferentes consoante as regiões, de modo que, numa visão muito simplista, pode dizer-se que as pequenas propriedades ocupam a maior parte da superfície agrícola útil no Norte do país, enquanto que os latifúndios dominam o Sul. Mas, no seu simplismo, esta descrição tradicional é ilusória, pois a realidade é bastante mais complexa. Começemos pelo problema da dimensão das explorações. Não faremos mais do que indicar, em traços muito largos, grandes zonas de características relativamente homogéneas, abstrahindo de diferenciações consoante os concelhos, que tornam a situação em cada uma dessas zonas bastante mais complexa.

Quatro grandes distritos a sul do Tejo (Setúbal, Portalegre, Beja e Évora) formavam um bloco em que a estrutura da exploração era bastante homogénea: pre domínio absoluto da grande exploração (de mais de 100 ha), que ocupava de pouco mais de 70% da superfície agrícola útil (em Setúbal e Beja) a pouco menos de 90% (em Évora); se, entre estas, vimos as muito grandes explorações (acima de 1.000 ha), verificamos que iam desde mais de metade da superfície agrícola útil (Évora: 64,4%) até menos de um terço (Beja: 28,7%), ocupando Portalegre e Setúbal um lugar intermédio (43,2% e 41,2% respectivamente). A pequena exploração (inferior a 4 ha) ficava no lugar inferior da escala (de 4,8% em Setúbal até 1,4% da superfície agrícola útil em Évora). Entre estas, a média exploração (de 4 a 100 ha) ocupava uma posição também muito fraca, com predomínio aliás da exploração média-inferior (de 4 a 20 ha) sobre a média-superior (de 50 a 100 ha). Esta estrutura comum não nos deve, porém, fazer esquecer uma diferença bastante elevada entre as superfícies médias das explorações em cada distrito; sob este ponto de vista, a superfície média das explorações no distrito de Évora (62,3 ha) era quase cinco vezes superior às do de Setúbal (12,7 ha), estando compreendidas entre estas as superfícies médias das explorações dos distritos de Portalegre (30,7 ha) e de Beja (39,4 ha). Estas características gerais da estrutura da exploração apresentavam-se mais atenuadamente em dois distritos (Santarém e Castelo Branco) que bordam a norte a região que acabámos de referir. Têm explorações com uma superfície média bastante inferior (Santarém: 6,3 ha; Castelo Branco: 7,8 ha), as grandes explorações (acima dos 100 ha) continuavam aqui a deter o primeiro lugar, mas somente ao nível dos 50% (Castelo Branco) ou menos (Santarém: 45,2%). E, contrariamente aos quatro distritos antes analisados, as explorações médias inferiores tinham o segundo lugar na escala, com mais de 20% da superfície agrícola útil, logo seguidas pelas pequenas explorações de menos de 4 hectares. Em resumo, relativamente aos quatro distritos latifundistas de Setúbal-Portalegre-Beja-Évora, os distritos de Castelo Branco e Santarém apresentavam uma menor percentagem de grandes explorações e um reforço das explorações pequenas e médias inferiores.

De características opostas, uma faixa litoral que se estende quase ininterruptamente da fronteira norte até ao Tejo (distritos de Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra, Leiria e Lisboa) apresenta também caracteres de relativa homogeneidade: predomínio da pequena exploração (de menos de 4 ha), logo seguida da exploração média-inferior (4-20 ha); depois, fortemente distanciada destas, a grande exploração (com mais de 100 ha), seguida pela média (20-50 ha) e finalmente, no últi

no lugar da escala, a média-superior (50-100 ha). As características desta zona vão-se atenuando de Norte para Sul. Não só a superfície média das explorações, em cada distrito é maior no Sul do que no Norte (Lisboa: 3,5 ha e Leiria: 2,5 ha, contra 1,4 ha no distrito de Viana do Castelo), como a dominância da pequena exploração é muito mais acentuada no Norte, onde ocupa mais de 50% da superfície agrícola útil (Viana do Castelo), para descer no distrito de Lisboa a quase 30% (aliás, em toda esta zona, o distrito de Lisboa é o único em que as explorações entre 4 e 20 hectares ocupam uma superfície um pouco superior às pequenas parcelas de menos de 4 hectares). Paralelamente, a percentagem da superfície ocupada pelas grandes explorações é superior nos distritos a sul desta zona relativamente aos do norte.

A partir do litoral norte desenha-se também uma outra zona de relativa homogeneidade, que se estende de Oeste a Leste (distritos do Porto, Braga, Viseu, Vila Real e Guarda). Aqui é a exploração média-inferior (4-20 ha) que predomina, em valores que vão de pouco mais de 40% da superfície agrícola útil (Viseu) até pouco mais de 50% (Vila Real). Seguem-se as pequenas explorações, depois as médias, e só no fim as grandes explorações. Aliás, os caracteres desta zona variam à medida que caminhamos para o interior, mas tendo sempre como eixo a exploração média-inferior; porém, enquanto nos distritos mais próximos do litoral (Porto, Braga e Viseu) a exploração média-inferior é logo de perto acompanhada pela pequena exploração (de menos de 4 ha), sempre com uma diferença de menos de 10% relativamente às percentagens de superfície ocupada, nos distritos correspondentes às zonas mais montanhosas do interior (Vila Real e Guarda) a posição da média exploração (20-50 ha) é mais forte, chegando mesmo, no caso da Guarda, a ser superior à da pequena exploração. Daqui resulta que nestes dois distritos a superfície média das explorações é duas a três vezes superior à dos outros três distritos mencionados (6,4 ha na Guarda e 4 ha em Vila Real, para 2 ha no Porto, 2,2 ha em Braga e 3 ha em Viseu). Em resumo, as explorações médias-inferiores constituem aqui o fulcro, formando a Oeste um bloco com as pequenas explorações e, a Leste, tendendo a formar bloco com as explorações médias. A zona que margem o rio Douro aparece, aqui, como uma excepção, onde predominam as grandes e muito grandes explorações, em que a pequena exploração é quase inexistente e o grau de proletarização muito elevado. Mas esta faixa do Douro diverge completamente da região que a rodeia; até climaticamente é uma excepção, constituindo um clima mediterrânico.

Relativamente a estas três grandes zonas de relativa homogeneidade, dois distritos apresentam-se como casos particulares. Em primeiro lugar, o de Bragança pode apresentar-se como uma variante extremada do da Guarda: domínio da exploração média-inferior (45% da superfície agrícola útil), com um peso bastante grande da exploração média (23,8%) e igual percentagem de explorações médias-superiores e grandes (repartidas com domínio das grandes, de mais de 100 ha, que ocupam 15,1% da superfície). Em último lugar, com 7,4%, vêm as pequenas explorações. Com 10 ha de superfície média, as explorações deste distrito estão mesmo acima das de Castelo Branco e Santarém, e não muito abaixo das de Setúbal.

O segundo dos casos particulares é o do distrito de Faro, onde as grandes explorações (mais de 100 ha) ocupam a maior percentagem de superfície, relativamente aos restantes distritos, à exclusão dos seis distritos latifundistas: 27,2%; mas a exploração média-inferior (32,4% da superfície agrícola útil), média (13,3%) e pequena (11,3%) ocorrem posições muito mais elevadas do que nos distritos latifundistas. Daí, aliás, que a superfície média das explorações seja só de 8 ha. Este distrito não possui características homogêneas, destacando-se uma faixa Norte, em geral correspondente às serras, com explorações maiores do que na parte Sul.

É conveniente Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate não de corre só da sua extensão, mas varia também consoante o tipo de solo e de clima, consoante se trata de regiões de regadio ou de sequeiro, conforme as culturas, etc. Se tivermos em conta as diferenças nos limites das áreas consideradas neossárias para que, entre os diferentes concelhos do país, as explorações se equiva^lvalham, podemos verificar que se atenuam as variantes do mesmo padrão que obser^vvamos em cada uma das zonas homogêneas atrás descritas. Assim, por exemplo, a ca^ttegoria de explorações entre 3 e 20 hectares nos distritos do Porto e Braga coⁿsidera-se correspondente à que tem como limites 10-50 ha em parte dos concelhos dos distritos de Viseu e Vila Real, e à de 20-100 ha no distrito da Guarda. En^qquanto que no distrito de Viana do Castelo e na maior parte dos concelhos do de^o Aveiro se equivalam as explorações entre os limites de 1 a 3 hectares, noutros concelhos do distrito de Aveiro, no de Coimbra e na maior parte dos concelhos do de Leiria as explorações equivalentes estão entre 1 e 5 hectares, precisando, pa^rra essa equivalência se manter, de subir para a dimensão 1-10 ha nos restantes concelhos do distrito de Leiria e no de Lisboa. Quanto às explorações considera^ddas muito grandes, será sugestivo verificar que se considera uma equivalência en^tre as explorações de 100 hectares no distrito de Viana do Castelo, ou até de 50⁰ hectares em certos concelhos do distrito de Aveiro, e as explorações de 1.000 hectares nos distritos de Portalegre, Beja, e em parte dos concelhos dos de Se^ttúbal e Évora.

Destas indicações quanto à dimensão das explorações não podem inferir-se imediatamente os sistemas de propriedade. As estatísticas, porém, apresentam in^dicações mais numerosas quanto às explorações do que quanto às propriedades, so^bre que ofereçam dados muito irregulares e de pouca confiança. Várias explora^çções podem, por um lado, pertencer ao mesmo proprietário; por outro, um proprie^ttário pode ter uma exploração arrendada ou explorada com parceiros cultivadores. Em geral, nas zonas do Norte é frequente o sistema de arrendamento das proprie^ddades em várias explorações, de dimensões variáveis como acabámos de analisar. Na zona sul, onde as propriedades eram de dimensões muito superiores à média. No Norte, estas eram, ou exploradas directamente pelos proprietários, ou arren^ddadas em bloco, ou grandes blocos, originando assim, como vimos acima, o predô^mmínio das grandes explorações. Desta articulação dos sistemas de propriedade com as várias dimensões de exploração resultaram consequências muito importantes pa^rra a estratificação social e a luta de classes no mundo rural.

Nas zonas de grande exploração e de latifúndio, o escasso número de médios explorantes (proprietários ou renteiros) e o número diminuto de pequenas explo^rrações tiveram como consequência imediata uma definição muito radical dos anta^ggonismos de classe; entre o patrão e a massa dos assalariados agrícolas não se interpunha um corpo de camponeses pequenos e médios. Era esta a zona de grande proletarianização rural. Dos 444.750 assalariados rurais que se contavam, em 1970, no continente, quase 30% concentravam-se nos distritos de Évora, Portalegre, Se^ttúbal e Beja. Consequentemente, a percentagem de assalariados rurais sobre a po^ppulação activa agrícola era, nesses distritos, muito superior à média do país: essa percentagem ia de pouco menos de 30% (Beja) a um pouco menos de 90% (Évo^rra), enquanto que a média em Portugal era um pouco inferior a 50%.

Pelo contrário, nas zonas em que predominam as pequenas ou as médias explo^rrações existe um relativo equilíbrio entre o número de assalariados rurais e a restante população agrícola e, além disso, muitos desses assalariados são tam^bbém, parte do tempo, explorantes de pequenas parcelas. Não há aqui uma polariza^çção da sociedade rural entre o proprietário, ou o explorante, latifundista, por um lado, e os assalariados por outro; mas desenvolve-se uma hierarquia gradual de explorantes ou proprietários, que dilui parte dos antagonismos numa teia de interesses recíprocos e de mútua convivência. Essa acção diluidora da luta de classes será mais acentuada na zona Leste-Oeste atrás descrita, em que as explo^r

rações médias-inferiores predominam sobre as pequenas explorações, tendem aliás as explorações médias a fortalecer-se à medida que caminhamos para o interior. Na zona litoral Norte-Sul até ao Tejo, em que as grandes explorações ocupam uma percentagem de superfície maior do que na zona Leste-Oeste, e onde as pequenas explorações detêm uma posição mais forte do que as médias, o carácter de tampão às lutas sociais de que se reveste a média propriedade rural é menos acentuado, e isso contribui para que esta zona ofereça um perfil menos consentâneo com o que a zona Leste-Oeste. Porém, se nesta zona litoral Norte-Sul até ao Tejo a pirâmide social no interior do mundo rural é menos regular, a proletarianização rural assume também níveis inferiores, nomeadamente nos distritos de Viana do Castelo (21,4% de assalariados sobre o total de activos agrícolas) e de Aveiro (27,4%). Em suma, se no Sul há uma clara polarização entre proletários e latifundiários, e na zona Leste-Oeste os antagonismos sociais rurais tendem a ser atenuados, na zona litoral Norte-Sul até ao Tejo a oposição verifica-se sobretudo entre pequenos e grandes camponeses, e por isso não assume o carácter violento dos conflitos sociais na zona latifundista.

Mas nem toda a fisionomia da luta de classes no campo decorre da estrutura da propriedade rural e da sua exploração. É preciso não esquecer a interpenetração entre o mundo rural e o industrial. Em certas zonas a norte do Tejo, nomeadamente na faixa litoral, uma parte considerável do proletariado industrial reside, não na cidade ou nas grandes vilas, mas no campo, onde o resto da família se dedica ao trabalho agrícola; em numerosos casos até o proletário industrial é também, durante parte do ano ou parte da semana (por vezes mesmo durante parte do dia), um trabalhador agrícola. Deste modo, se a atenuação da contradição entre proletários e proprietários (ou explorantes), no mundo rural, pode influir na luta de classes na indústria, não é menos certo que a luta na fábrica influirá no comportamento das classes sociais no seio da sociedade rural. Este é um facto importante, que devemos ter sempre em conta.

Por tudo isto, vemos que é francamente reaccionária uma divisão simplista do país em "Norte" e "Sul". A diversificação nas categorias de exploração e nos tipos de propriedade, o diferente peso dos assalariados rurais, e ainda as influências recíprocas entre o mundo rural e os centros industriais, determinam uma fisionomia muito diversificada da luta de classes no campo. Mas é evidente, também, que a polarização social era maior nos quatro distritos latifundistas de Évora, Portalegre, Setúbal e Beja. Por isso as lutas de ponta no mundo agrícola têm-se tradicionalmente localizado nestes distritos. E por isso também teve aí lugar uma das arrancadas mais revolucionárias da luta de classes após o 25 de Abril — a Reforma Agrária.

2. A Reforma Agrária e a agricultura

Como dissemos logo no início, em todas as lutas em que o proletariado efectivamente marca a sua autonomia desenvolvem-se relações sociais novas que tendem a organizar segundo o seu modelo toda a vida social e económica. Porém, como nem a empresa, nem sequer o sector económico, no qual um conjunto de proletários desencadeia a sua luta subsistem independentemente do mercado capitalista, mais ou menos rapidamente se depara com a pressão desse mercado capitalista. Por um lado, é ao mercado capitalista que têm de se dirigir para obter matérias-primas e maquinaria; por outro lado, é a ele também que se dirigem para vender os produtos fabricados; por outro lado ainda, é a ele que podem dirigir-se para obter os créditos necessários a todas as formas de desenvolvimento da economia actual.

Assim, a partir do momento em que uma luta se desencadeia, ela tem uma fase ascensional, quando o mercado capitalista não limitou ainda o desenvolvimento das relações sociais novas criadas pelo proletariado, e uma fase de refluxo, em que de novo as formas de organização proletárias têm de se subordinar à sociedade capitalista dominante. Assim, por exemplo, enquanto que as relações comunitárias e igualitárias criadas pelos operários em luta tendem a desenvolver como critérios da produção e da vida económica em geral o bem estar das populações trabalhadoras, o colectivismo nas decisões, a solidariedade política entre grupos de proletários em luta, etc., o critério capitalista de gestão e de crescimento económico, assente na procura do lucro máximo, não pode senão impedir o desenvolvimento dessas formas.

Mas uma luta não passa de uma maneira monolítica da fase de desenvolvimento para a fase de refluxo. Durante um período de tempo, que pode ser mesmo bastante longo, articulam-se formas conflituosas decorrentes de uma e outra fase. Em geral, isso depende de dois grandes factores: em primeiro lugar, das lutas que os proletários, noutros sectores de produção ou noutros países, vão travando; em segundo lugar, da pujança inicial tida pela luta.

Vejamos à luz destes critérios a reforma agrária. Pode marcar-se o fim da fase de desenvolvimento desta luta a partir do momento em que, tendo o proletariado rural alentejano ocupado as terras, a luta do proletariado industrial do resto do país, para não falar já do restante proletariado agrícola, permaneceu por razões várias numa fase de desenvolvimento mais atrasada; acresce ainda a situação de relativo isolamento da luta operária em Portugal no contexto internacional. A partir desse momento as cooperativas agrícolas ficaram inteiramente dependentes do mercado capitalista e tiveram, por isso, de reproduzir critérios de gestão capitalistas. Mas essa reprodução não é completa, nem ocorre sem conflitos. Por um lado, a reforma agrária resultou de um surto de luta tão radical, tão profundo e maciço, que, além de critérios de gestão capitalistas impostos pela pressão do mercado, continuam a afinar-se critérios comunitários e igualitários. As entrevistas publicadas neste número são perfeitamente esclarecedoras a esse respeito, e não deixam margem para dúvidas. Por outro lado, as movimentações constantes do operariado industrial não permitiram nunca que os proletários agrícolas da zona da reforma agrária permanecessem isolados, e, apoiando-os na pressão junto ao aparelho de Estado, ajudam a que possam manter-se formas sociais comunitárias e igualitárias para além da fase puramente ascensional do processo de luta. Os críticos elitistas do movimento operário consideram-nos — tal vez ingénuos por pensarmos que manifestações e outras acções convocadas pelo PC ou pelas burocracias sindicais significam uma acção efectiva das massas operárias urbanas ao lado do proletariado da reforma agrária; ingénuos são eles ao imaginarem que milhares, dezenas de milhares, centenas de milhares de trabalhadores se movimentam à ordem de um partido ou de uma cúpula sindical. Esse movimento maciço dos trabalhadores corresponde a uma solidariedade profunda, que por um lado se reflecte na própria tática dos partidos, e a que, por outro, os partidos tentam antecipar-se com palavras de ordem táticas; mas isto só confirma a força irresistível desse movimento de solidariedade.

Para que este duplo processo possa ser claramente entendido, impedindo assim as visões simplistas e monolíticas — o, por isso, elitistas e francamente reaccionárias — sobre a questão da reforma agrária, começaremos, neste ponto 2, por mostrar resumidamente como a reforma agrária resultou de um surto de luta proletária, profundíssimo e muito vasto. Mostraremos depois como esse surto de luta se deparou com as barreiras do mercado capitalista e teve de se lhes sujeitar economicamente. Mostraremos em seguida como o próprio capitalismo se pode aproveitar dessa sujeição económica, e as contradições que se levantam entre facções da classe dominante quanto a esse aproveitamento. Finalmente, no ponto 3, sintetizaremos todos aqueles aspectos, perceptíveis ao longo das entrevistas que

blicas, em que a luta do proletariado agrícola criou novas formas de organização social e as desenvolveu, de tal forma que hoje ainda a sua importância se mantém.

2.1. A Reforma Agrária resultou de uma acção proletária directa

Foi-nos visível, quando esboçámos a diversificação social do mundo rural, que nos quatro distritos de Évora, Beja, Portalegre e Setúbal, pela grande dimensão das propriedades e das explorações, e pela fortíssima concentração no latifúndio, a luta entre as classes se travaria do modo mais franco e antagónico. Efectivamente, a tradição de luta do proletariado rural alentejano data de uma época muito antiga, praticamente anterior à existência de manufacturas em Portugal. Já nos séculos dezassete e dezoito a movimentação "sindical" entre os assalariados agrícolas do Alentejo, para a fixação do preço a que venderiam a sua força de trabalho, revelou uma vastidão e uma violência muito grandes, suscitando os protestos e os receios dos grandes proprietários da época. Essa luta manteve-se constante e, mais modernamente, durante a primeira república, travaram-se no Alentejo as mais importantes lutas grevistas, e ao longo dos cinquenta anos de salazarismo o proletariado agrícola alentejano teve a honra, a seu que conquistada, de encher uma boa parte das salas de Caxias e Peniche. Nomeadamente, a luta pelas oito horas de trabalho, no início da década de sessenta, marcou dos pontos mais altos da luta anti-capitalista em Portugal. É evidente, por isso, que a Reforma Agrária resultou de um constante de luta marcadamente proletária, e de modo nenhum foi uma resposta das massas a uma decisão de quaisquer círculos políticos.

Logo depois do 25 de Abril a luta dos proletários agrícolas alentejanos incidiu na reivindicação de convenções salariais e de acordos de trabalho. Criaram-se entretanto os sindicatos agrícolas, na altura com uma base de massas bastante reduzida e com posições muito mais moderadas do que as do proletariado em luta. Assim, por exemplo, enquanto que, em fins de Maio de 1974, nas reivindicações salariais os trabalhadores exigiram igualdade de salários para todos, os sindicatos, nomeadamente o de Beja, procuravam uma posição conciliatória com o patronato, defendendo a manutenção de leques salariais (sobre este assunto, veja o artigo "Greve no Montolito", em *Combate* nº 3, 12 de Julho de 1974). Estas reivindicações eram frequentemente acompanhadas por greves e outras formas de pressão sobre o patronato. Para os assalariados agrícolas alentejanos, com uma percentagem elevadíssima de trabalhadores "eventuais", isto é, que não dispunham de emprego assegurado durante grande parte do ano, estas reivindicações correspondiam a uma necessidade praticamente vital, de sobrevivência.

Os latifundiários alentejanos viram-se, assim, sob fortes pressões para aumentarem, não só os salários, como a mão-de-obra empregue, e assinaram, em Julho-Agosto de 1974, Convenções Colectivas de Trabalho nesse sentido. Porém, o seu intuito era, pura e simplesmente, o de não as cumprirem. Se a pressão dos assalariados agrícolas obrigou ainda os latifundiários a proceder às colheitas nesse Verão — e que assim, devido a essa pressão, revelaram uma produção consideravelmente superior à das anteriores — em seguida os grandes agrários começaram a proceder à descapitalização maciça: abate de gado, recusa de fazer os alqueives, recusa da colheita da azeitona, etc. Resultou daqui uma proliferação dos conflitos laborais, já que estava em perigo evidente a garantia de um preço recém-conquistado. Face a esta situação, a resposta dos sindicatos e dos partidos políticos (nomeadamente o PC), por um lado, e a das massas proletárias, por outro, é francamente divergente. Enquanto que, nos fins do ano de 1974, Comissões Paritárias constituídas por delegados sindicais, representantes do patronato, elementos dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, e do MTA, reunem para tentar estabelecer a capacidade de emprego de cada empresa agrícola

la e definir assim as obrigações locais de contratação por parte do patronato, os proletários rurais seguiram um caminho bem mais simples, nada conciliatório, e muito eficaz -- começaram a ocupar terras. (É certa a ocupação de terras já em fins de 1974, embora os únicos dados sistematicamente recolhidos, até à data em que redigimos esta análise, respeitem unicamente ao período a partir de Janeiro de 1975, e isto só no distrito de Évora.) Resultante de um complexo de problemas que se resumem, afinal, ao capitalismo latifundista, a reforma agrária teve no entanto a questão do desemprego como estímulo inicial. Não espanta, por isso, que depois das ocupações, e relativamente às áreas transformadas em cooperativas e unidades colectivas de produção, o número total de trabalhadores tivesse aumentado de 184% (antes das ocupações: 22.600; 1975-1976: 71.900; 1976-1977: 64.200), sendo esse aumento muito maior relativamente aos trabalhadores permanentes (311% do que aos eventuais (79%)), o que revela o aumento da segurança de emprego.

A ocupação das terras, passo inicial da reforma agrária, surge, pois, em conflito com a actuação das burocracias sindicais, e antecipando-se às táticas mais tarde oficializadas pelos aparelhos dos partidos de base operária. Essa reacção da reforma agrária na estrutura social profunda e nos seus conflitos básicos é claramente visível se estudarmos a relação do processo de luta com o grau de proletarização. É claro que não podemos extrair conclusões simplistas saltando directamente da percentagem de assalariados para a actividade revolucionária. Mas trata-se de um factor de base da maior importância que, sendo semelhante aos outros factores políticos e sociais, assume um papel predominante. Ora, a região marcadamente latifundista a sul do Tejo constitui uma zona que, cultural e politicamente, é bastante homogénea, com experiências de luta comuns e tradições culturais ancestrais idênticas ou semelhantes. Neste contexto, são os diferentes graus de proletarização nas várias regiões que explicam as variações no processo, comprovando além disso o carácter directamente proletário desta luta. Secundariamente, influi no grau de activismo do proletariado de uma dada zona o número absoluto de trabalhadores dessa zona. Em termos gerais, numa zona mais intensamente povoada desencadeam-se as lutas mais activas do que numa zona com menor povoamento. Deste modo, veremos as zonas com maior grau de proletarização e mais povoadas à cabeça das lutas, e com um menor grau de activismo revolucionário as zonas com uma taxa inferior de proletarização e menor população em números absolutos.

Se tomarmos para estudo o distrito de Évora, para o qual, como dissemos, disponos já de dados completos a partir de 1975, vemos que, do total de catorze concelhos que compõem o distrito, só quatro (Borba, Mourão, Redondo e Vila Viçosa) não haviam ainda ocupado quaisquer herdades à data da publicação do decreto que veio institucionalizar legalmente tais ocupações (29 de Julho de 1975); ora, exceptuando o caso de Redondo, os outros três concelhos têm uma taxa de proletarização relativamente ao total da população agrícola activa, inferior à média ou, tendo-a um pouco superior à média (Vila Viçosa), é a população absoluta que é mais reduzida. Mais sugestivo ainda o quadro se apresenta se considerarmos as ocupações antes do 11 de Março, que, se não teve consequências directas na questão agrícola, é evidente que nela influiu mediante a alteração na situação política geral. De Janeiro até à segunda quinzena de Março, procedeu-se a ocupações nos seguintes concelhos: Évora (uma na primeira quinzena de Janeiro, outra na primeira quinzena de Fevereiro e outra na segunda quinzena de Janeiro de Fevereiro), Arraiolos (3 na primeira quinzena de Fevereiro), Reguengos (também 3 na mesma data), Montemor (uma na primeira quinzena de Fevereiro, outra na primeira quinzena de Março) e, finalmente, Portel (2 na segunda quinzena de Fevereiro). Ora, à excepção de Reguengos (no último lugar quanto à taxa de proletarização sobre a população activa agrícola, mas a meio termo quanto à população absoluta), todos os outros concelhos se encontram acima da média, ou bastante acima, quanto à percentagem de proletários no total da população activa agrícola. Podemos, pois, concluir que foram as zonas de mais forte proletarização agrícola

que primeiro iniciaram a luta da reforma agrária. Isto compreende-se tanto mais facilmente se recordamos a importância do problema concreto do desemprego, evidentemente muito mais elevado nas zonas de forte proletarização e de população mais abundante. O grau de proletarização influíu também decisivamente nos resultados totais alcançados: se vimos, em cada um dos concelhos, a percentagem das áreas ocupadas durante todo o ano de 1975 relativamente aos totais das áreas cultivadas, vemos que os oito concelhos que obtiveram resultados superiores à média encontram-se também entre aqueles que têm uma taxa de proletarização relativamente aos activos agrícolas superior à média (exceptuando Viana do Alentejo), com particular relevo para o caso do concelho de Vendas Novas, claramente destacado no primeiro lugar quanto à percentagem de terras ocupadas e também no primeiro lugar quanto à taxa de proletarização.

O mesmo tipo de resultados obtém-se se passamos agora para a globalidade da zona da reforma agrária, onde, por não existirem dados tão minuciosos como os de que dispomos para o distrito de Évora, temos de seguir critérios mais latos. O decreto-lei 406-A/75, de 29 de Julho de 1975, estabeleceu critérios legais de expropriação em virtude dos quais se considerava expropriável uma área de cerca de 1.500.000 hectares, ou seja, pouco menos do metade (48,8%) da superfície agrícola útil dos oito distritos abrangidos — Beja, Évora, Setúbal, Santarém, Portalegre, Lisboa, Castelo Branco e Faro. Note-se, porém, que quanto aos distritos de Faro, Lisboa e Castelo Branco, só parte da área foi incluída na zona legal de expropriações da reforma agrária. (Má ainda acrescentar a nacionalização dos prédios rústicos beneficiados por obras de aproveitamento hidro-agrícola, o que dará algo menos de 200.000 hectares.) Este máximo jurídico não está ainda legalmente cumprido e, até 31 de Março de 1977, as terras legalmente expropriadas no conjunto desses distritos ascendiam somente a 450.000 hectares, o que representa apenas 30% do máximo de terras expropriáveis. A situação de facto, porém, é outra, pois temos de contar com as expropriações ainda não legalizadas. A superfície de terras efectivamente ocupadas vai muito além das já legalmente expropriadas (terras efectivamente ocupadas, segundo certos cálculos: mais de 1.080.000 ha; segundo cálculos mais recentes: 1.130.000 ha), dependendo essencialmente da força do proletariado em cada distrito. Vale a pena introduzir aqui um quadro estatístico mais completo:

| distritos | terras efectivamente ocupadas (em ha) | % das terras ocupadas sobre a sup. agr. útil do distr. | % das terras ocupadas sobre o máximo leg. expropriável |
|--------------|---------------------------------------|--|--|
| Beja | 284.258 | 30 | 63,2 |
| Évora | 392.000 | 68,5 | 78,4 |
| Setúbal | 92.000 | 40,8 | 76,6 |
| Santarém | 43.957 | 33,3 | 43,9 |
| Portalegre | 257.000 | 54,7 | 85,6 |
| Lisboa | 5.650 | 3,7 | 47,1 |
| Cast. Branco | 4.517 | 1 | 45,1 |
| Faro | 957 | 0,4 | 11,9 |
| total | 1.080.339 | 32,9 | 72 |

Embora incluídos na zona da reforma agrária, os distritos de Lisboa, Faro e Castelo Branco são de reduzida importância (o máximo de terras legalmente expropriáveis era só de 3%, 2,9% e 2,7%, respectivamente, em relação à superfície agrícola útil de cada distrito); Santarém caracteriza-se, sob este ponto de vista, por uma importância média. É nos restantes distritos (Beja: 59%; Évora: 74%; Setúbal: 61%; Portalegre: 63,8%) que o processo atingiu maiores dimensões. Isto é perfeitamente natural, pois, se recordamos o que atrás se disse quanto às grandes zonas de exploração, sabemos que estas quatro distritos constituem uma zona bastante homogênea, onde a grande e muito grande exploração predomina, face à importância praticamente nula das pequenas explorações e ao número

muito restrito das médias. Assim, é precisamente nestes quatro distritos que a percentagem de assalariados sobre a população activa agrícola é superior e, por si só, eles concentram (números de 1970) mais de 125.000 dos quase 445.000 assalariados agrícolas existentes no continente, ou seja, mais de 28% desse total. Se o grosso da reforma agrária se desenvolveu nos distritos com um proletariado rural mais forte, é também muito esclarecedor verificar que é precisamente nos dois distritos em que a percentagem de assalariados rurais sobre a população activa agrícola é superior (Évora: 37,6%; Portalegre: 33,2%) que foram atingidos os melhores resultados, quer quanto à percentagem de terras ocupadas relativamente à superfície agrícola útil, quer quanto à percentagem de terras ocupadas relativamente ao máximo legalmente expropriável. O distrito de Beja, com 77,7% de assalariados rurais relativamente ao total da população agrícola activa, foi, destes quatro distritos, o que obteve resultados mais moderados no processo da reforma agrária.

Vimos até aqui como o processo da reforma agrária resultou de uma mobilização autenticamente proletária, independente da actuação dos sindicatos e em antecipaçaõ às decisões políticas tácticas dos aparelhos partidários "de esquerda". Quando esse processo se mostrou demasiado geral e profundo para poder ser reprimido, os governantes decidiram então reconhecê-lo, para poderem controlá-lo. É o próprio texto do decreto-lei 406-A/75, de 29 de Julho de 1975, que "fixa as normas a que deve obedecer a expropriação de determinados prédios rústicos", a reconhecer a iniciativa autónoma do processo da reforma agrária, escrevendo no preâmbulo: "Este processo não constitui, (...) no que tem de profundo e essencial, um facto ou uma iniciativa do poder de Estado". Mas é evidente que a publicação desse decreto-lei, vindo incentivar os mais tímidos, e fazer recuar, pelo menos de imediato, os agrários menos afoitos, constituiu um incentivo ao próprio processo das ocupações, ao mesmo tempo que procurava definir-lhe limites legais. Se vimos o caso do distrito de Évora, para o qual dispomos de dados mais completos, temos que desde o princípio de Janeiro até ao fim de Julho de 1975 se haviam ocupado 12,2% do número total das herdades ocupadas até ao fim desse ano, o que corresponde, em superfície, a 12,4%, e a um ritmo de crescimento semanal de 0,44%. Saída a lei nos últimos dias de Julho, vemos que, desde Agosto até ao 25 de Novembro de 1975, data em que foram proibidas mais ocupações, o ritmo de crescimento semanal das ocupações é de 5,5%. Em resumo: a lei surge num momento em que o processo de ocupações era já absolutamente irreversível, e contribuiu, daí em diante, para o estimular, para além do estímulo naturalmente oferecido pelas crises internas da classe dominante, particularmente graves no Verão desse ano. Mas os resultados finais obtidos, e que acima analisámos, mostram claramente que a dinâmica geral do processo nunca se deveu aos pretensos apoios legais, e sim à força proletária efectiva.

De todo este movimento de luta resultou, em 1976, a constituição de um total de 449 unidades colectivas de produção, cooperativas e pré-cooperativas, as seguintes:

| distritos | total das UCPs etc. | superfície média das UCPs etc. (km ²) |
|----------------|---------------------|---|
| Beja | 80 | 3.553 |
| Évora (*) | 165 | 2.376 |
| Setúbal | 73 | 1.179 |
| Santarém | 51 | 362 |
| Portalegre | 61 | 4.213 |
| Lisboa | 7 | 504 |
| Castelo Branco | 4 | 1.120 |
| Faro | 3 | 325 |
| total (**) | 449 | 2.406 |

(*) Dados mais recentes indicam 171 unidades de produção, com uma área média de 2.546 ha.

(**) Outros dados, mais recentes: 538 unidades de produção, com um total de 1.130.000 ha.

Isto significa que, na sua totalidade, as novas unidades de produção ocupam entre 22% e 23% da superfície agrícola útil total. Por um lado, e como é evidente, o maior número de novas unidades de produção constituiu-se nas zonas onde as ocupações mais avançaram. Por outro lado, para explicar as variações nas dimensões médias das unidades de produção em cada distrito há certamente que ter em conta, para além da estrutura da exploração anterior à reforma agrária e do tipo de solos, também critérios políticos diferentes.

2.2. A integração económica da Reforma Agrária no capitalismo

Como atrás dissemos, a partir do momento em que se verificassem as ocupações e o proletariado tivesse de começar a organizar ele próprio a produção, entrariam em conflito os novos critérios decorrentes das relações sociais igualitárias e comunitárias estabelecidas no processo de luta, com os critérios de gestão capitalistas. A restante situação nacional e internacional obrigou o processo proletário da reforma agrária a inserir-se economicamente no capitalismo dominante. Daí em diante, e até hoje, as aspirações comunitárias e as formas sociais e económicas delas decorrentes manter-se-ão em conflito com uma gestão assente na procura do lucro, a que o capitalismo circundante inelutavelmente obriga.

2.2.1. Aspectos económicos da integração económica da Reforma Agrária no capitalismo

O decreto-lei de 29 de Julho de 1975 marca o primeiro passo para o controlo estadual da reforma agrária, tentando definir limites a impor às ocupações. Duas semanas depois, a 11 de Agosto, o COPOON emitiu um comunicado proibindo as ocupações ilegais. Mas, apesar destas veleidades repressivas, as contradições internas da classe dominante impediram então essa repressão de ser muito eficaz. O controle estadual só começa a tornar-se efectivo, sob o ponto de vista económico, a partir de Outubro desse ano, quando o Crédito Agrícola de Emergência foi alargado para cobrir os salários dos cooperantes.

Em sistema capitalista, nomeadamente no capitalismo desenvolvido em que vivemos hoje, todo o progresso na produção exige crédito. O crédito é a condição necessária à economia capitalista. Mediante o crédito, uma dada empresa pode inaugurar um novo processo produtivo contando com os lucros futuros; sem esse crédito, tais lucros futuros não viriam a ser reais. Este mecanismo de antecipação dos lucros é uma condição necessária para o ritmo da economia capitalista. O mecanismo do crédito torna-se mais importante ainda para todos aqueles tipos de produção que, tendo as despesas repartidas ao longo do ano, concentram as suas receitas numa parte determinada do ano. A agricultura está nesse caso. O acesso ao mercado de capitais impunha-se, pois, à reforma agrária a partir do momento em que ela estava obrigada a inserir-se economicamente no capitalismo dominante. Eram necessários capitais para fazer as sementeiras e alargar a área cultivada, para comprar maquinaria e rações para o gado, eventualmente para certas instalações, e para a manutenção da força de trabalho, isto é, para salários. Ora, a partir da nacionalização da banca, com o 11 de Março, o recurso ao crédito bancário significa sempre uma relação directa com o Estado. A necessidade de recorrer ao crédito implicaria sempre para a reforma agrária, qualquer que fosse a forma desse crédito, a dependência directa do aparelho de Estado, oferecendo ao corpo político o seu mais importante campo de manobras para conter, orientar e reprimir a reforma agrária.

Usualmente, a repressão à reforma agrária é assimilada sobretudo à concessão das reservas. É que a concessão de reservas origina frequentemente luta fi

sica e repressão, manifestações dos trabalhadores, cargas brutais da GNR, dos cães policiais e dos policiais sem cão (que são cães eles próprios), enquanto que a arma do crédito é, nas mãos de quem a usa, sempre silenciosa, subtil e muito mais eficaz. Por razões políticas, porque precisa de uma dada base de apoio eleitoral, um partido pode, quando ocupa o governo ou se encontra em condições para pressioná-lo, impedir a concessão de reservas e a desagregação de cooperativas. Mas se pode prescindir dessas armas é porque possui a arma decisiva do crédito, com a qual controla e orienta todos os aspectos económicos da reforma agrária.

Mais directamente relacionado com os investimentos agrícolas de fundo, o crédito agrícola a longo prazo mantém ainda hoje as formas em que foi estabelecido na década de sessenta, notando o controle estadual ser particularmente severo e discriminatório quanto às garantias oferecidas pelo mutuário. Quanto ao crédito concedido pelos bancos comerciais, a parte destinada à agricultura e pesca manteve-se, nos anos de 1974 a 1976, entre valores do pouco mais de 3% a pouco menos de 4% do total dos créditos concedidos, o que mostra o papel limitado desta rubrica. Para já, é o Crédito Agrícola de Emergência que assumirá maior importância para o controle económico da reforma agrária. Esse crédito destinava-se, quando foi criado (pelo decreto-lei 251/75, de 23 de Março de 1975), aos pequenos e médios agricultores, mas foi seguidamente alargado às novas unidades de produção resultantes da reforma agrária (pelo decreto-lei 406-B/75, também de 29 de Julho de 1975); a extensão desse crédito de modo a abranger o pagamento dos salários nas novas unidades de produção data de um despacho de 29 de Setembro de 1975, confirmado depois pelos decretos-lei 541-B/75 e 586/75, respectivamente de 27 de Setembro e 18 de Outubro de 1975.

Não há ainda estatísticas exactas, nem abundantes, sobre o movimento do Crédito Agrícola de Emergência. Sabe-se que até 31 de Março de 1976 o crédito efectivamente concedido foi de 1.593.487 contos, dos quais quase 94% (1.495.320 contos) se destinaram aos oito distritos da reforma agrária. E a percentagem era a mesma nos créditos concedidos até 30 de Junho de 1976 (distritos da reforma agrária: 2.551.000 contos; outros distritos do continente: 178.000 contos). Porém, tem de se ter em conta que parte do crédito destinado à zona da reforma agrária, embora sem dúvida uma pequena parte, foi beneficiar médios e pequenos agricultores, e não as novas unidades de produção; mas é impossível, por ora, saber o modo exacto da sua repartição (do crédito concedido entre Junho de 1975 a Novembro de 1976, em cinco concelhos do distrito de Évora, só pouco mais de 6% reverteu para os pequenos e médios agricultores, destinando-se o resto às cooperativas). A repartição do Crédito Agrícola de Emergência entre os distritos da reforma agrária mostra grandes variações. Se dividirmos o crédito efectivamente concedido, até 31 de Março de 1976, pelas terras efectivamente ocupadas, em cada distrito (contos/hectare), temos:

| | | | |
|----------|-----|----------------|------|
| Beja | 1,8 | Portalegre | 0,8 |
| Évora | 1,2 | Lisboa | 10,1 |
| Setúbal | 1,6 | Castelo Branco | 1,5 |
| Santarém | 0,2 | Faro | 10,2 |

Se a elevada posição de Lisboa se pode compreender, pois é sempre mais fácil exercer pressões quando se está perto dos centros de decisão, já o caso do distrito de Faro anarece pouco claro. De qualquer modo, em termos absolutos o Crédito Agrícola de Emergência destinado a esses distritos, no período considerado, não foi muito significativo, e só nos quatro distritos onde a reforma agrária atingiu um maior relevo esse crédito subiu, até 31 de Março de 1976, acima dos 100.000 contos. Assim, parece-nos que as variações do crédito relativamente às superfícies ocupadas nesses quatro distritos se devará sobretudo à maior facilidade de pressão, no interior dos Centros Regionais de Reforma Agrária e a níveis superiores, de elementos ligados às correntes politicamente he-

genónicas em certos distritos (nomeadamente o predomínio do Partido Comunista no distrito de Beja).

Com a entrada em vigor do primeiro governo constitucional, e correspondendo a uma alternativa de enquadramento da reforma agrária que a seguir analisa remos sumariamente, o crédito, além de instrumento de controle e orientação, passa a constituir efectivamente uma arma de desagregação das cooperativas. Em bora, em fins de 1976, só 4% do crédito concedido às cooperativas estivesse por regularizar, e o Ministério da Agricultura tivesse por seu turno dívidas às cooperativas, começa em 1977 a cortar os créditos de maneira discriminatória, procurando abater sucessivamente cooperativas; uma das armas mais frequentemente utilizadas foi a de fixar prazos para pagamento que não levavam em conta o facto de esse crédito ter, para ser pago, o prazo legal de doze meses. Ao mesmo tempo a taxa de juro desses créditos, que em princípio deveria ser de 6,5%, passa para 8,75%.

Ainda aqui, porém, parece ter uma importância decisiva, como elemento de pressionação do aparelho de Estado, o grau de proletarianização de certas zonas. Para nos mantermos com o exemplo do distrito de Évora (o único para o qual, como dissemos, possuímos dados especificados por concelhos), em princípios de Julho de 1977 o Ministério tinha cortado o crédito a 16 unidades de produção; dessas, 12 (75%) localizavam-se em concelhos que, como vimos já, têm uma taxa inferior de proletarianização relativamente ao total de activos agrícolas, e um grau inferior de ocupações relativamente à área total cultivada (Reguengo: 6; Borba: 4; Vila Viçosa: 2). Seria muito importante comparar com este aspecto a concessão forçada de reservas, para verificarmos se também neste caso existe uma relação entre as zonas com uma taxa inferior de proletarianização e de ocupações e as zonas mais atingidas com a concessão de reservas. É impossível, porém, dispor, pelo menos neste momento, de quaisquer dados sistemáticos quanto à concessão de reservas.

Neste estudo da inserção económica da reforma agrária no capitalismo vimos, até aqui, o que nos parece ser o seu aspecto decisivo — a dependência relativamente ao mercado de capitais. Vejamos agora o outro aspecto, que diz respeito ao mercado de produtos.

Em termos gerais, os resultados económicos da reforma agrária, sob este ponto de vista, podem sintetizar-se assim: um enorme acréscimo da área cultivada e do volume da produção; um reforço da mecanização das fainas agrícolas, apesar do aumento do número de trabalhadores, atrás referido.

Vimos já como um dos problemas presentes e imediatos que estimulou a arrancada da reforma agrária foi a necessidade de garantir de imediato o emprego, perante a recusa dos agrários em proceder às fainas agrícolas, e sabemos também como o problema do sub-emprego era grave no Alentejo. Não espanta por isso que, sob o ponto de vista económico, o aspecto mais significativo da reforma agrária tivesse sido o aumento da área cultivada. Se nos reportarmos à superfície total de 1.130.000 hectares, ocupada pelas 536 cooperativas e unidades colectivas de produção, vemos que antes das operações a área semeada era de 94.500 hectares, passando para 271.000 em 1975-1976 e mantendo-se sensivelmente idêntica no ano seguinte (1976-1977: 265.000 ha). Isto significa que a área semeada em 1976-1977 era 180% superior à do período anterior à reforma agrária.

Se, dentro deste total, discriminarmos a área semeada com trigo e outras culturas cerealíferas, verificamos que aumentou de 1239 entre o período anterior às operações e 1976-1977, e isto apesar de ter descido bastante de 1975-1976 para 1976-1977 (antes da ocupação: 79.000 ha; 1975-1976: 222.000 ha; 1976-1977: 174.000 ha). Para nos apercebemos da importância deste acréscimo,

bastará utilizar como terra de cultivo, o tempo que foi ocupado pelo sa lazari^{smo} no período de 1928 a 1938. No decurso dessa campanha, é 1932 o ano em que se verifica a maior extensão da superfície cultivada de trigo e, apesar dis so, o acréscimo de 1932 relativamente a 1927 foi somente de pouco mais de 37% no país, não chegando a 43% nos quatro distritos cerealíferos de Portalegre, Santarém, Beja e Évora. Mais importante ainda é o facto de, hoje, no interior do aumento total da área cultivada pelas novas unidades de produção, se desenhar um diferente perfil da produção; trata-se de uma diversificação da produção, procurando responder ao leque mais amplo da procura de produtos agrícolas que se verifica nas sociedades industriais. Observemos o pequeno quadro seguinte:

| áreas semeadas (em ha) | antes da | | |
|--------------------------------------|----------|-----------|-----------|
| | ocupação | 1975-1976 | 1976-1977 |
| trigo e outras culturas cerealíferas | 78.000 | 222.000 | 174.000 |
| leguminosas e oleaginosas | 7.000 | 33.000 | 54.000 |
| regadio (arroz, tomate, milho) | 9.300 | 16.000 | 21.000 |

Enquanto que, antes da reforma agrária, a área destinada às culturas leguminosas e oleaginosas representava só 9% da superfície cultivada de cereais, essa percentagem sobe para 15% em 1975-1976, continuando a subir no ano seguinte, até chegar a 31%. Este facto é, além do mais, bastante importante para desmuitar aquelas críticas que acusam os trabalhadores de, na reforma agrária, terem esgotado as terras com uma cultura abusiva de trigo; como é sabido, as leguminosas (essencialmente destinadas ao gado) e as oleaginosas (essencialmente para fins industriais) mantêm e aumentam a fertilidade dos solos e, por isso, o incremento da sua cultura revela, por parte dos trabalhadores, uma capacidade de planificação que só a desonestidade dos críticos se recusa a reconhecer. E é significativo também o aumento absoluto das culturas de regadio, de forma a poderem manter a sua posição relativa apesar do acréscimo das culturas cerealíferas (12%, 7%, 12%).

Em volume da produção, isto significa que as 90.000 toneladas de cereais produzidas, naquela área, antes das ocupações, subiram, em 1975-1976, nessa zona ocupada pelas novas unidades de produção, a 240.000, descendo para 110.000 no ano seguinte. Podemos pois, agora, verificar que a produtividade, em termos de toneladas de cereais por hectare cultivado, que era de 1,15 antes das ocupações, desceu para 1,08 em 1975-1976 e 0,63 em 1976-1977. Isto deve-se ao facto de antes da reforma agrária só serem cultivadas as terras de melhor rendimento, sendo abandonadas as outras, de forma que a ocupação maciça de terras antes abandonadas fez diminuir a produtividade média; e, se essa produtividade média não diminuiu muito no primeiro ano da reforma agrária, o segundo ano de cultura dessas más terras teve como consequência evidente a queda da produtividade média. Quanto ao tomate, a mais importante das culturas de regadio pela sua importância como matéria-prima para a indústria alimentar, a sua produção, que era de 72.800 toneladas antes das ocupações, aumentou de 55% no ano de 1975-1976 e continuou a aumentar, crescendo de 60% no período 1976-77/1975-76. O aumento da produção animal foi também notório e constante; no ano de 1976-1977, relativamente ao período anterior às ocupações, e sempre na área que temos vindo a referir, existiam 87% mais bovinos (103.000), 61% mais ovinos e caprinos (437.000) e 443% mais suínos (170.000).

É frequente vemos a imprensa contrária à reforma agrária, do Partido Socialista até à direita histórica, acusar os trabalhadores da reforma agrária de incapacidade de produzirem, incompetência, etc., invocando para tal a quebra da produção agrícola em 1977. Mas referem-se sempre à produção agrícola global, sem descriminarem a zona da reforma agrária, como nós acabámos de fazer. Ora, é este o único método correcto, que permite comparar a evolução das culturas na zona da reforma agrária e no resto do país. Sabemos que o mau clima foi o res

ponsável imediato pela quebra da produção agrícola verificada em 1977. A agricultura é uma actividade que se ressentirá sempre das variações climatéricas, mas é claro que uma agricultura atrasada como a portuguesa terá muito menos possibilidades de compensar os efeitos do clima. Assim, em 1977 a produção de trigo no total do país foi inferior de 71% à verificada em 1976, e de 68% à média de 1966-1975. Se compararmos com a zona das novas unidades de produção, verificamos que a produção cerealífera em 1977 foi, aí, 54% inferior à de 1975-1976, o que representa portanto um decréscimo menor do que no geral do país. Este facto será mais relevante ainda se repararmos que a zona ocupada pelas cooperativas e UCPs, que produziu em 1975-1976 cerca de 35% do total do trigo do continente, produziu em 1976-1977 cerca de 55% desse total. Isto com firma eloquentemente como o descalabro da produção de trigo, durante o mau ano agrícola de 1976-1977, se verificou sobretudo fora das novas unidades de produção. Quanto à produção de tomate, que, como vimos, aumentou de 60% em 1976-1977 relativamente ao ano anterior na zona ocupada pelas cooperativas e UCPs, diminuiu de 6% na generalidade do continente; ora, quanto à produção de tomate nesse ano, 40% deve-se à zona ocupada pelas novas unidades de produção.

Assim, sob o ponto de vista da economia capitalista globalmente considerada, foi a reforma agrária que permitiu uma diminuição das despesas previsíveis de importações e uma sustentação das receitas obtidas com a exportação de certos produtos, como o tomate e o concentrado de tomate, por exemplo. Apesar do grande aumento da procura interna de bens alimentares, devido ao acréscimo brusco do nível salarial dos trabalhadores portugueses após o 25 de Abril, o que levou a um aumento de mais de 93% das importações de trigo (em toneladas) no ano de 1974 relativamente a 1973, essas importações diminuíram, no ano de 1976 relativamente a 1975, de 23%. (Apresentamos os dados referentes às toneladas, e não ao valor monetário do trigo importado, pois as variações do preço desse cereal no mercado mundial são muito fortes e, sob o ponto de vista que nos interessa -- o da produção interna -- são os valores em toneladas os mais importantes.) Quanto às polpas ou massas de tomate, que são uma das rubricas importantes das exportações portuguesas, e de que, como vimos, uma parte muito importante é produzida pelas novas unidades de produção na zona da reforma agrária, as suas exportações aumentaram, em toneladas, em 1976 relativamente a 1975, de 198% (em escudos: + 137%); ora, essas exportações tinham diminuído consideravelmente em anos anteriores.

Embora a política restritiva de créditos seja desfavorável ao investimento, e mais ainda, como vimos, às beneficiações a longo prazo, e apesar da concessão forçada de reservas, em que as terras são entregues aos agrários com todas as incorporações de capital fixo que os trabalhadores nelas realizaram (o que raramente é compensado pelas indemnizações, levando certamente a re-traimentos no investimento por parte dos trabalhadores), a reforma agrária não se limitou a aumentar a área cultivada, o volume de produção e o volume do emprego -- reforçou também a mecanização das faixas agrícolas. Sempre reportando-nos à área ocupada pelas 536 cooperativas e UCPs que temos vindo a referir, e no período compreendido entre 1976-1977 e a época anterior às ocupações, o número de tractores aumentou de 70% (de 2.690 para 4.550), as máquinas de colheita aumentaram de 115% (de 960 para 2.060), os camions e outros veículos aumentaram de 285% (de 70 para 270), o número de reboques cresceu de 107% (de 1.230 para 2.540), o número de motores aumentou de 314% (de 580 para 2.400) e, por fim, as alfaias e máquinas diversas aumentaram de 153% (de 5.350 para 13.550).

Isto revela uma utilização do crédito e uma direcção dos investimentos inteiramente diferente da que se verificara na época de domínio do capitalismo latifundista. O crédito deixou de ser empregue na sustentação parasitária

de rendimento. Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate. Baseou a aplicação dentro de uma linha de desenvolvimento acelerado da produção agrícola, fazendo com que a economia agrícola alentejana se inserisse plenamente na época capitalista moderna.

Fizemos até aqui uma apresentação dos principais dados que permitem situar economicamente a reforma agrária no capitalismo e definir os problemas principais que assim se colocam. Mas, consoante os seus interesses próprios, cada um dos sectores da classe dominante procurará orientar essa integração segundo critérios que se revelam bem diversos. É este o aspecto que resumidamente vamos analisar.

2.2.2. Aspectos políticos da integração económica da Reforma Agrária no capitalismo

Em linhas gerais, e se posuermos de lado os nostálgicos do latifundismo, que pretendem pura e simplesmente entregar todas as terras aos antigos agrários, existem em Portugal dois grandes tipos de projectos de integração da reforma agrária no capitalismo. Um desses projectos é principalmente defendido pelo Partido Comunista, e corresponde a uma orientação capitalista de Estado da economia portuguesa; o outro, encabeçado pelo Partido Socialista, corresponde a uma forma de capitalismo de Estado mais mitigado, em que se assegura um papel económico importante às empresas privadas. Estes dois projectos têm constituído um dos elementos mais importantes no jogo de forças entre o Partido Comunista e o Partido Socialista relativamente ao controle do aparelho de Estado.

O projecto do PC, que o que hoje se chama *gonçalviano* começou a aplicar, procura um desenvolvimento da economia capitalista de Estado em Portugal. Para tal, seria preciso que o capitalismo de Estado português procedesse a uma forte acumulação interna de capital, sem estar inteiramente dependente do mercado mundial de capitais; efectivamente, pela integração de Portugal no bloco da economia americana, obrigatória no actual jogo de forças mundial, da dependência estreita relativamente ao mercado mundial de capitais resultaria o crescimento da economia portuguesa com base em empréstimos concedidos, ou por grupos privados, ou por Estados e grupos de Estados representando medianamente interesses de grandes capitalistas privados; esse tipo de relações económicas viria, por isso, reforçar o sector privado da economia portuguesa e conter o sector capitalista de Estado nos seus limites actuais ou, até, fazê-lo retrogradar. Assim, para evitar o recurso aos empréstimos, ou para diminuir a sua importância, o projecto que agora estamos a analisar concebeu, tentou aplicar, e continua a propor, um modelo de arranque da economia portuguesa actual com as seguintes fases: 1º) Aumento a curto prazo da superfície cultivada, mesmo que seja de más terras e, portanto, diminuindo a produtividade média; daqui resultaria uma exploração agrícola sobretudo trabalho-intensiva, de modo a absorver mão-de-obra e limitar o desemprego; apesar da diminuição da produtividade média, este incremento absoluto da superfície cultivada teria como consequência o aumento da produção agrícola. Ora, como este sistema se fundamenta na rentabilidade da economia considerada globalmente e a longo prazo, e não no lucro particular imediato, ele teria como condição política a continuação do ataque ao capitalismo privado na agricultura e a expansão, nesse sector, do capitalismo de Estado. 2º) Em virtude do aumento da produção agrícola diminuiriam as importações de produtos alimentares e de matérias-primas de origem agrícola; com as divisas assim poupadas poder-se-iam importar meios de produção para a indústria, que re-arrancaria assim em novas bases tecnológicas, tornando-se mais produtiva e concorrencial. 3º) A médio prazo, esse desenvolvimento industrial permitiria a absorção, não só do de

sempre, como do excedente de mão-de-obra agrícola. 49) Nessa altura a agricultura poderia diminuir o seu carácter trabalho-intensivo, o cultivo de más terras seria abandonado para concentrar os esforços nas mais férteis, em suma, ao aumento absoluto da produção agrícola em detrimento da produtividade substituir-se-ia então o crescimento da produção mediante o incremento da produtividade.

Como dissemos, a aplicação prática deste plano nunca passou dos seus preliminares e, por isso, não podemos saber como o proletariado agrícola da zona da reforma agrária reagiria contra o desenvolvimento capitalista de Esta do que este projecto consubstancia. As pressões inelutáveis sobre a economia portuguesa e a luta de classes a nível nacional deteminaram a interrupção deste tipo de projectos e a sua substituição pelos projectos do Partido Socialista, que a partir do 25 de Novembro é a força política que detém a iniciativa no seio da classe dominante. Vimos que um desenvolvimento da economia portuguesa em que as formas do capitalismo de Estado mantivessem a hegemonia absoluta exigiria uma forte acumulação interna de capitais, de forma a tornar menos directa a dependência da economia portuguesa relativamente à esfera económica americana, em que nos inserimos. Pelo contrário, a alternativa económica que hoje vigora com o Partido Socialista torna essa dependência absolutamente imediata.

Nesse sentido, o Partido Socialista concebeu para a zona da reforma agrária um projecto, que tem como uma das peças fundamentais a lei 77/77, de 29 de Setembro de 1977, e que o ódio dos trabalhadores conhece pelo nome, que vale como o pior dos insultos, de *Lei Barreto*. Numa primeira abordagem, os termos que melhor poderão caracterizar essa lei, e o projecto mais geral em que se insere, são os de — utopia tecnocrática. Esse projecto procura transplantar para a zona da reforma agrária, sem em nada atender às presentes circunstâncias sociais, nem à situação económica geral da agricultura portuguesa e de toda a restante economia, nem aos problemas tradicionais da agricultura, uma espécie de modelo óptimo, resultante de uma média estabelecida a partir de várias agriculturas desenvolvidas. Nesse sentido é um projecto meramente académico. Todo ele se baseia nas concepções de um aumento imediato da produtividade, mediante a restrição das culturas aos melhores solos, a reorganização dos cultivos, e a drástica redução da força de trabalho. Para que este projecto pudesse aplicar-se seria necessário, em primeiro lugar, que a economia capitalista portuguesa dispusesse de possibilidades financeiras sólidas que lhe permitissem continuar a aguentar volumosas importações alimentares, em quanto a pretendida reconversão das culturas se efectuasse. Em segundo lugar, seria necessário que a indústria portuguesa pudesse, desde já, produzir aquilo de que necessita essa agricultura altamente produtiva, nomeadamente produzisse adubos em quantidade suficiente e inaugurasse o fabrico nacional de tractores; mas nós sabemos que, para ver se obtém o apoio francês para a entrada de Portugal na CEE, o governo acordou com a Renault no fabrico em Portugal de automóveis de turismo, sendo de parte o projecto da fábrica de tractores; e sabemos também que o preço dos adubos irá em breve aumentar e que, ao mesmo tempo, o Ministério da Agricultura tem-se mostrado incapaz de apoiar, não só financeiramente mas tecnicamente também, as adições na zona da reforma agrária; sabemos ainda que algumas das fábricas de rações compostas para animais debatem-se com enorme falta de matéria-prima, devido à incapacidade dos gabinetes estaduais que deviam dar aval à planificação das respectivas importações, resultando desta situação baixos na produção da ordem dos 60% e até, em certos casos, paralização de fábricas durante dias. Finalmente, seria necessário, para que o projecto do Partido Socialista pudesse realizar-se, que os restantes sectores económicos estivessem numa fase de crescimento acelerado, que lhes permitisse absorver toda a força de trabalho exceden-

tária que seria despedida da agricultura; ora, ninguém ignora as altas percentagens a que o desemprego chega hoje em Portugal (*).

Mas se este projecto pode aparecer, à luz de uma análise minimamente atenta, como inteiramente utópico e praticamente irrealizável, isso não nos deve levar a pensar que se trata somente de incompetência dos governantes. É que os principais objectivos deste projecto não residem naquilo que ele proclama como tais. A sua única função consiste em acentuar a submissão completa da economia capitalista portuguesa aos grupos mais fortes do capitalismo privado internacional. Para além das suas utopias tecnocráticas, o que efectivamente preva lece neste projecto é a recusa de uma alternativa de independência alimentar em certos produtos de base e a continuação da dependência relativamente às importações, com as consequentes repercussões financeiras na actual situação da

(*) Os defensores deste projecto argumentam que, com uma agricultura de tipo trabalho-intensivo, o Estado tem de subsidiar uma grande parte dos salários, para aí se desviando parte do Crédito Agrícola de Emergência. Porém, nas circunstâncias actuais de estagnação industrial, a única alternativa que aos dirigentes do capitalismo português se oferece é a de subsidiar os salários rurais com esse crédito, ou de pagar subsídios de desemprego. E ainda que, hoje, só parte dos desempregados receba o subsídio devido (segundo a União dos Indústrias de Lantarem recebem-no 30.000 desempregados, o que corresponde só a 6% do total), é evidente que um aumento maciço do desemprego obrigaria a um acréscimo do número de subsídios concedidos. E ponhamos ainda de parte o facto de o uso de crédito para subsidiar salários, por um lado, acarretar o recebimento de juros por parte do Estado e, por outro, sustentar um trabalho produtivo — coisas que não acontecem com o subsídio de desemprego.

Sponhamos que, da força de trabalho total das UCPs e cooperativas (64.200 trabalhadores em 1976-1977), a orientação económica do partido socialista consegue lançar no desemprego toda a mão-de-obra excedentária, que calcularíamos como igual ao número de trabalhadores eventuais (19.000 nessa mesma data); se tomarmos como subsídio de desemprego 2.700\$00 mensais, o que será um mínimo, isto significaria para o Estado um montante anual de subsídios da ordem dos 615.600 contos ($2.700\$00 \times 19.000 \times 12$). Consideremos agora os dados relativos aos empréstimos concedidos, no período de Junho 1975-No vembro 1976, a 92 cooperativas em cinco concelhos do distrito de Évora, as quais constituem 54% do número total de cooperativas do distrito, revelam que 38,2% do crédito concedido (que foi de um montante total de 690.345 contos) se destinou a salários. Tomando esta percentagem como base de trabalho, temos que, do total do Crédito Agrícola de Emergência concedido à zona da reforma agrária no ano que foi de Julho de 1975 a Junho de 1976, 1.020.400 contos ter-se-iam destinado a salários (40% de 2.551.000 contos), e isto não entramo em conta com a parte que, nessa zona, se destinou aos pequenos e médios agricultores. Como o total dos trabalhadores das cooperativas e UCPs, em 1975-1976, foi de 71.900, isto significa um subsídio salarial anual, a cada trabalhador, no montante de 14.200\$00; o que representaria, para os referidos 19.000 trabalhadores eventuais, um total anual de 269.800 contos, ou seja, menos de metade do que se dispenderia em subsídios de desemprego.

Isto mostra que tal projecto não decorre de critérios de rentabilidade, mas sim de outros interesses, como em seguida vamos procurar explicar.

economia portuguesa, e daí o reforço do recurso aos empréstimos externos. Além disso, pretende-se também criar condições que permitam sujeitar as culturas aos ditames dos países da CEE, nomeadamente da França, Alemanha e Itália, quando se avizinhar o momento da integração económica nesse organismo, proibindo-se então, ou desincentivando-se, culturas que podiam ser mais concorrenciais dos agricultores desses países. Só nesta óptica pode o projecto do Partido Socialista para a zona da reforma agrária ser entendido.

Socialmente, a condição deste projecto, pela sua dependência imediata dos mais fortes grupos monopolistas privados internacionais, é o reforço da propriedade agrícola privada na zona da reforma agrária. Assim, ao longo da *Lei Barreto* sucedem-se as ameaças que são deixadas em suspenso sobre as novas unidades de produção: quanto aos estatutos, quanto ao crédito, quanto às concessões de reservas, etc., garantindo-se o governo um poder descrençante verdadeiramente assombroso, com o qual espera poder prosseguir a chantagem sobre os trabalhadores rurais da zona da reforma agrária. Simultaneamente, instituindo como critério a rentabilidade de cada exploração agrícola isoladamente considerada, a lei afirma que cada reserva deve ser rentável (art. 19 nº 2) para, a partir daqui, admitir a majoração das reservas sob o pretexto de lhes aumentar a rentabilidade (art. 23 nº 1). Mas o mesmo critério não se aplica já às novas unidades de produção, às cooperativas e UCPs, pois a lei admite que a concessão de reservas leve à inviabilidade económica de cooperativas, obrigando-as à extinção (art. 36 nº 5); nesse caso, a lei afirma que o reservatário fica obrigado a empregar "a totalidade ou parte dos trabalhadores permanentes na respectiva exploração em 1 de Janeiro de 1975" (art. 36 nº 5 a); sublinhados nossos).

Em resumo: o aumento da produtividade da agricultura não depende só, nem principalmente, do sector agrícola, mas sobretudo da capacidade da indústria em produzir a maquinaria e os adubos necessários, e em absorver a força de trabalho rural que se tornará excedentária. E o capitalismo português é absolutamente incapaz, hoje, de levar a cabo essas tarefas. Por isso a única função deste projecto do PS é a completa subserviência às pressões do capital privado internacional, procurando reforçar ao máximo as explorações privadas na zona da reforma agrária, nem que para isso diminua a produção e fomenta o desemprego. Agora, com a coligação PS-CDS, esta linha de actuação será, certamente, reforçada. Mas é impossível que os trabalhadores que fizeram a reforma agrária se deixem agora expropriar de tudo: das novas instituições que revolucionariamente criaram e desenvolveram, e dos empregos que conseguiram garantir. Parece-nos impossível que, continuando a vigorar este projecto, as lutas sociais na zona da reforma agrária não se agudizem. Mas, para que daí resulte uma nova maré de lutas, será necessária a luta comum dos proletários das zonas urbanas e industriais, e também dos assalariados agrícolas do resto do país. Se assim acontecer, os trabalhadores das novas unidades de produção da zona da reforma agrária desenvolverão as relações sociais novas que na luta se produzem, reforçando assim as instituições comunitárias e igualitárias que se têm mantido, em contradição com a integração económica da reforma agrária no capitalismo dominante.

3. A Reforma Agrária e as novas relações sociais

O nosso principal objectivo com as entrevistas publicadas neste número foi o de analisar as novas relações sociais que os trabalhadores produzem na sua luta pela reforma agrária. Podemos, por isso, limitarmo-nos agora a indicar muito sinteticamente essas relações novas e os problemas com que elas se defrontam.

Vamos referir, nesta análise sintética, somente as lutas da zona de la tífúndio. Podemos verificar, comparando as entrevistas realizadas nas novas unidades de produção com a entrevista aos rendeiros da zona do Douro lito ral, que as lutas na zona da pequena e média exploração são constantes e che gam a expressões muito agudas. Porém, dificilmente desembocam num movimento de solidariedade geral, numa luta de classes frontal, apesar de certas formas de solidariedade por parte da vizinhança; quase sempre essas lutas dão lugar a demandas judiciais, apelos à intervenção policial, etc. É por isso que, re velando embora uma coragem e uma determinação muito grandes por parte de tan tos rendeiros, não se desenvolveram a partir destas lutas movimentos maciços e, por isso, não se produziram numa escala considerável relações sociais de tipo novo. Sob este aspecto, aliás, o MARN enquanto movimento de solidarieda de entre caseiros tradicionalmente isolados é um passo importante. Mas não é aqui que podemos ver claramente as novas relações sociais que na dinâmica da luta se desenvolvem. Sob este ponto de vista, é para as lutas na zona de la tífúndio e para as novas unidades de produção aí surgidas que devemos olhar.

O aspecto que, em nosso entender, deve ser sublinhado em primeiro lugar é o de uma diferença existente entre os critérios proletários e os critérios capitalistas na própria gestão econômica das cooperativas. Isto é, a contra dição não reside somente entre as novas formas de organização social e a in serção econômica da reforma agrária no mundo capitalista dominante. No pró prio interior dessa inserção se verifica um claro antagonismo entre o crité rio dos antigos agrários, que consiste em retirar de cada terra um lucro máximo imediato, e o do proletariado agrícola que criou as novas unidades de produção, e que pretende sobretudo, sob este ponto de vista econômico, asse gurar o máximo de postos de trabalho. Nas condições do Alentejo o lucro ima diato, em grande parte das terras, significaria utilizá-las somente como pas tagem ou abandoná-las de todo em todo; mas os trabalhadores entrevistados afirmaram claramente que, embora com eventuais prejuízos a nível do lucro, eles pretendem levar a cabo um tipo de exploração que assegure a estabilidade dos empregos. Assim, a mecanização das fainas agrícolas e todos os progres sos de tipo técnico não são encarados como uma maneira de fazer econo mias de força de trabalho, como concebem os critérios capitalistas, mas, pe lo contrário, enquanto forma de aumentar a superfície cultivável a produção e, desse modo, poder até crescer o número de cooperantes. Esta necessidade de garantir o emprego é vista, aliás, de uma forma muito lúcida e nada limi tada, no interior das circunstâncias do capitalismo actual. Se os critérios econômicos fossem outros — vários trabalhadores o repetem — a situação po deria ser organizada de forma que o excedente de mão-de-obra na agricultura fosse absorvido por actividades industriais. É todo o problema da relação cidade-campo que assim se coloca. Mas, para já, a única possibilidade de as segurar a vida nas condições existentes é conquistando a garantia de emprego.

Através deste aspecto chegamos ao que nos parece ser o verdadeiro ful cro da questão, ao ponto em que se relacionam mutuamente a integração da re forma agrária no capitalismo e a reforma agrária enquanto campo de criação e de desenvolvimento de relações sociais novas. É que os trabalhadores procu ram manter a viabilidade econômica das cooperativas e unidades colectivas de produção precisamente porque elas lhes oferecem um espaço privilegiado em que podem manter-se e até desenvolver-se as relações sociais novas, as re lações comunitárias e igualitárias que as grandes lutas de 1974 e 1975 fize ram surgir. Em lado nenhum a procura de créditos, o eventual recurso aos téc nicos e às autoridades oficiais, etc., nos apareceram com o fim de desenvol ver a produção só pela produção, ou seja, com o objectivo limitado de reali zar lucro. Pelo contrário, procura assegurar-se o futuro econômico de cada cooperativa porque ela aparece como a melhor garantia de uma vida nova, não só pela existência de um emprego assegurado que não transforme o dia-a-dia

numa aflicção quotidiana, mas de uma forma mais geral e radical — uma vida assegurada consoante critérios diferentes e em que pela primeira vez se colocam de uma forma clara os objectivos sociais futuros, e se começa desde já a realizá-los praticamente.

Nessa prática quotidiana muitos aspectos constituem desde já conquistas efectivas: É a discussão mais aberta dos problemas. É o aproveitamento dos tradicionais pontos de reunião da aldeia para fins novos, para a discussão dos problemas surgidos. É a própria criação de novos locais de encontro social, ligados às cooperativas, e a extensão das cooperativas aos vários campos da vida económica e social, com as cooperativas de consumo. É o entendimento geral e a união entre os trabalhadores, ao nível de uma certa prestação de serviços entre as cooperativas. É a possibilidade de novas relações sociais aberta pela existência, em muitos casos, de férias (cerca de vinte dias) para os trabalhadores das cooperativas, devidas ao reforço da mecanização das fainas agrícolas; férias que permitem aos trabalhadores, junto com o alargamento do seu horizonte cultural, o estreitamento de relações com os trabalhadores do resto do país e, assim, o reforço da solidariedade proletária. Mas se tudo isto são factos assegurados, vários outros aspectos existem somente sob a forma de problemas que se discutem, mas não ainda como prática efectiva. Desses, como as entrevistas mostraram claramente, um dos mais importantes é a condição das mulheres. São numerosos já os homens que colocam o problema da opressão das mulheres no seio da família, e isto certamente porque as mulheres souberam fazer notar essa opressão e se revoltam contra ela. Mas o problema radica-se em condições infra-estruturais profundas, na própria forma como a tecnologia hoje reinante reproduz a divisão do trabalho e, por aí, o lugar da mulher na sociedade. Por isso é um problema que não pode ser resolvido de forma idealista, mediante meros apelos ou por um didatismo utópico. A condição para a resolução desta questão, como um dos trabalhadores entrevistados tão claramente previu, só pode residir no desenvolvimento dos órgãos da vida comunitária no seio das cooperativas; quando essa vida comunitária se tiver expandido até ao ponto de se criarem consoante os seus critérios infra-estruturas novas, como creches e refeitórios que libertem a mulher de certas escravidões básicas, então estarão criadas as condições necessárias para, a partir delas, se promover a remodelação dos comportamentos individuais; sem essas condições básicas, tal esforço ficaria votado ao fracasso. Ainda aqui se trata de uma questão de prioridades: porque é que uma cooperativa canaliza os fundos num sentido e não noutra? É claro que só o desenvolvimento das relações comunitárias no interior da cooperativa e a participação das mulheres nessas relações poderá começar a dar corpo a investimentos de base nas infra-estruturas referidas que irão, por sua vez, permitir uma intervenção muito mais activa das mulheres. Sem isso, e como referiu um dos trabalhadores entrevistados, as cooperativas, tendo aumentado a segurança de emprego feminino, teriam vindo então escravizar mais a mulher ao trabalho, em vez de libertarem as suas perspectivas de vida social.

Ao longo desta análise temos procurado demonstrar que a subordinação ao mercado capitalista é o principal obstáculo que se depara à extensão das relações sociais de tipo novo criadas na luta directa do proletariado agrícola contra os proprietários e explorantes latifundistas. É desse obstáculo que todos os outros decorrem. E pretendemos mostrar também que a subordinação ao mercado capitalista era inelutável numa situação em que, nem se desenvolviam lutas operárias importantes à escala internacional, nem a restante classe proletária portuguesa chegara, na sua luta, a um grau de radicalização comparável ao dos trabalhadores agrícolas da zona de latifúndio. A ambiguidade assim gerada revela-se muito claramente na posição relativamente expectante dos trabalhadores das cooperativas quanto à forma como podem defrontar a repressão e quanto à necessidade em que se encontram de recorrer ao aparelho de Estado para

a obtenção de créditos, apoio técnico (?), comercialização de produtos, etc. Parece ser uma posição sem excepções a de que, se as desanexações se tornam sistemáticas, de modo a comprometerem a própria sobrevivência das cooperativas, então a luta será inadiável. Mas como prosseguir essa luta? Os trabalhadores acorrem de outras cooperativas para manifestarem o seu repúdio por uma desanexação, mas não há preparação de uma efectiva acção de resistência — pelo menos por enquanto não tem havido. O que evidentemente se relaciona com a ausência de uma estrutura, a nível dos trabalhadores, coordenadora da própria gestão económica das várias unidades de produção, da comercialização dos seus produtos, etc. Por isso os trabalhadores entrevistados parecem re partir-se entre, por um lado, a convicção de que essas acções de resistência efectiva se desenvolverão se o ataque contra a reforma agrária se generalizar e, por outro lado, uma certa esperança de que o aparelho de Estado venha a comportar-se de outra maneira.

Isto coloca imediatamente uma questão importante: a da relação entre os proletários e os partidos de base operária, nomeadamente, no caso da zona de latifúndio, o Partido Comunista (e, em muitíssimo menor grau, a UDP). Um dos grandes argumentos dos partidos de inspiração leninista é o de que as massas proletárias, entregues à sua espontaneidade, não conseguem organizar acções de resistência centralizada e, portanto, eficaz, contra a repressão. É extrair dinheiro como tantos militantes desses partidos continuam a repetir este argumento, quando a experiência portuguesa — para já não falar nas dos outros países — tem mostrado eloquentemente que quem não conseguiu organizar quais quer acções de resistência foram esses mesmos partidos. Logo após o 25 de Novembro o *Combate* intitulou assim a sua primeira página: "*E agora perguntamos: onde estão os partidos de esquerda?*" A mesma passividade desses partidos os caracteriza na questão das entregas de reservas e dos ataques em geral à reforma agrária. O Partido Comunista pode usar a questão para as suas pressões de corredor em S. Bento (a UDP não tem força eleitoral para isso) mas, no terreno, os aparelhos desses partidos — que se distinguem, evidentemente, das acções dos seus militantes enquanto activistas proletários corajosos — nada fazem. Daí a exterioridade com que vários dos trabalhadores entrevista dos encaram os partidos de base operária: por um lado, úteis para entrar em contacto com outros trabalhadores, ou até para pressionar o governo; por outro lado, aparelhos exteriores às lutas práticas quotidianas, procurando im por padrões inadequados, que têm como único efeito travar as lutas.

Em todos estes pontos, porém, em todos os que, a nosso entender, melhor caracterizam as potencialidades das novas relações sociais surgidas com o processo de luta, como naqueles em que mais claramente vemos os limites com que essa luta se deparou, um aspecto se apresenta incontroverso — a mentalidade exclusivamente proletária revelada, quer ao longo da luta, quer já na constituição das cooperativas. Não são — como foi o caso em reformas agrárias de outros países — camponeses sem terra que a querem partilhar. Trata-se de proletários, a si próprios considerando-se sempre como assalariados, e que em toda a sua maneira de encarar o mundo, nas relações sociais que desenvolvem, nas preocupações de futuro que apresentam, se revelam claramente e decididamente proletários. A reforma agrária continua, por isso, como o movimento proletário que desde o início foi.

♦

Errata: a percentagem de terras ocupadas sobre a sup. agr. útil em Santarém é 11,6.
é de 11,6.

★

Para a bibliografia resumida desta análise, consultar a página I.36.

Para nós a afirmação de que *a libertação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores* não é uma demagogia, nem queremos dizer que os trabalhadores se libertarão só quando tiverem compreendido que as nossas ideias são as salvadoras, etc.

Os proletários não têm só a sua prática de assalariados proletários. O capitalismo é uma sociedade com antagonismos irresolúveis, e por isso os proletários desenvolvem formas de luta anti-capitalistas. Quando essas lutas são efectivamente directas e autónomas, sem que os proletários deleguem as suas reivindicações nos *representantes* sindicais ou nos partidos — então o proletariado cria novos tipos de relações sociais para prosseguir essas lutas. Entendemos que essas novas relações sociais são o germen da sociedade comunista.

Na história da sua luta, o proletariado tem desenvolvido tipos diversos de organizações autónomas em que realiza essas novas relações sociais, e não podemos por isso apegar-nos exclusivamente a uma dessas formas. Hoje, o problema principal é o de uma unificação autónoma das várias organizações localizadas de luta autónoma; este problema está por resolver, e da sua solução prática depende o progresso da luta proletária.

O desenvolvimento da luta contra o capitalismo e a união das várias lutas permite que as relações sociais comunitárias e igualitárias comecem a transformar-se realmente em relações sociais *de produção* comunistas. Mas, para isso, é necessária uma expansão internacional da luta e uma crítica aos sistemas capitalistas de gestão e de tecnologia, que não teve ainda lugar de uma maneira decisiva em nenhum país do mundo.

Em resumo: o comunismo não é, para nós, nem uma ideia nem uma criação partidária. Ele encontra-se em germen nas relações sociais que os proletários estabelecem na luta directa e autónoma contra o capitalismo. Por isso mesmo pensamos que o proletariado é capaz, não só de lutar, mas também de compreender a sua luta e de produzir a ideologia necessária a essa luta.

Qual o papel que atribuímos aos grupos revolucionários que, como o nosso, defendendo a autonomia dos trabalhadores, são independentes de cada uma das lutas particulares?

Pensamos que o papel destes grupos na luta pelo comunismo é secundário, mas apesar disso têm a sua importância e necessidade. Em primeiro lugar, divulgando, com entrevistas e análises, as formas práticas de organização que os trabalhadores prosseguem nas várias lutas. Deste modo apresentamos a única alternativa concreta realmente existente para a sociedade capitalista, e não a última novidade ideológica saída da cabeça do mais recente profeta. Em segundo lugar, a realização de entrevistas, mesas-redondas, etc. contribui para por em contacto trabalhadores activos de empresas diferentes, acelerando por este modo o processo de unificação das lutas. Em terceiro lugar, achamos ainda que as várias ideologias revolucionárias, apesar de não constituírem por si a ponte de passagem para o comunismo, devem ser divulgadas e discutidas, pois esse movimento de polémica ideológica facilita a elaboração pelo proletariado dos novos ideais e a tomada de consciência das novas formas de luta.

O âmbito da nossa actuação é restrito e a nossa audiência é fraca. Pensamos que isto sucede aos grupos que, não pretendendo substituir-se ao proletariado, prosseguem uma actividade prática que só poderá realmente alcançar um âmbito de massas quando for a própria classe proletária, directamente, a realizá-la.

Não acreditamos que sejamos nós a mudar a história. Pretendemos, somente, compreender e ajudar a compreender em que medida a história nos vai mudando a todos e como é que cada um de nós participa na acção dessa vasta mudança.